

**ANTONIO PAIM**

**LIBERDADE ACADÊMICA  
E OPÇÃO TOTALITÁRIA**

**Um debate memorável**

**Editora Artenova S.A.  
Rio de Janeiro  
1979**

# ÍNDICE

Introdução do prof. Antonio Paim .....	4
--	---

## I – CARTAS E NOTAS

Professora sai da PUC em protesto contra censura num texto de Miguel Reale .....	21
Diretor da PUC contesta acusações de professora .....	24
Reitor da PUC considera infundadas as acusações de censura à obra filosófica .....	27
Reafirmação da profa. Anna Maria Moog .....	24
Carta do prof. Antonio Paim.....	28
Reitor nega que PUC-RJ faça doutrinação marxista .....	31

## II – EDITORIAIS

Filosofia intolerante ( <i>Jornal do Brasil</i> ) .....	36
Discriminação ideológica ( <i>O Globo</i> ) .....	39
Em defesa da Universidade ( <i>O Estado de São Paulo</i> ) .....	42
Pela liberdade ( <i>Jornal do Brasil</i> ) .....	45
A opção totalitária dos intelectuais ( <i>O Estado de São Paulo</i> ) .....	47

## III – ARTIGOS

O declínio da liberdade acadêmica. A crise não é a que vem de fora mas a que vem de dentro – Aroldo Rodrigues .....	50
--	----

Está entre nós a guerra pelo controle da opinião - Luiz Carlos Lisboa .....	60
Uma linguagem enredada nela mesma – Luciano Zadsznajder .....	64
Universidade, tolerância e democracia – Vicente Barreto .....	69
Neutralidade acadêmica – Luiz Alfredo Garcia-Roza .....	76
Ensaio de caçada – Franklin de Oliveira .....	80
A apostila da PUC – Olinto A. Pegoraro .....	87
Marxismo e liberdade acadêmica – Eurico de Lima Figueiredo .....	93
Ainda a liberdade acadêmica – Aroldo Rodrigues.....	105
As regras do jogo – Simon Schwartzman.....	109
PUC e liberdade acadêmica – Creusa Capalbo .....	119
Lições da crise da PUC – Aroldo Rodrigues .....	125
Liberdade, processo e Academia – Olinto A. Pegoraro .....	139
Democratismo autoritário – Vicente Barreto .....	145
Universidade e pluralismo cultural – Miguel Reale .....	154
As raízes da crise da PUC – Antonio Paim .....	167
Os fundamentos histórico-culturais da opção totalitária no Brasil – Antonio Paim.....	175
Ignorância totalitária – Vamireh Chacon .....	182
“Crise” da PUC: descendo às raízes – Henrique de Lima Vaz, SJ .....	188
As formas de opção totalitária no Brasil – Antonio Paim .....	196

## **ANEXOS**

I. Manifestações de solidariedade .....	205
II. Segunda carta do prof. Antonio Paim ao Reitor Mac Dowel .....	221
III. O texto censurado .....	224

# INTRODUÇÃO

## 1. Os Eventos

O *Jornal do Brasil* do dia 14/3/1979 publicou uma carta da profa. Anna Maria Moog Rodrigues, endereçada ao Chefe do Departamento de Filosofia da PUC-RJ, na qual protesta contra a censura de um texto do prof. Miguel Reale, a ser incluído numa coletânea para servir de material didático ao curso da disciplina História do Pensamento, ministrada por cinco professores, entre os quais a autora da carta. A seleção dos textos que integrariam a coletânea foi efetivada em comum pelos responsáveis incluindo Platão, Aristóteles, Marx, Sartre e três pensadores brasileiros, um deles o autor censurado. A discriminação era de responsabilidade do Chefe do Departamento, alegando divergências com a atuação política do prof. Miguel Reale. “Por considerar este ato arbitrário e cerceador da liberdade acadêmica”, a profa. Anna Maria apresenta o seu pedido de exoneração do Corpo Docente da PUC. Ao transcrever esta carta, o *Jornal do Brasil* indicou que, assim, vinha a público uma crise existente naquela Universidade, remontando-se a carta anterior de outro professor – dirigida ao Reitor e que não fora tornada pública -, em que manifesta sua estranheza diante da preferência unilateral pela metodologia marxista.

O mesmo jornal do dia seguinte insere uma carta do Diretor do Departamento de Filosofia em que informa ter decidido que o texto “não fosse incluído numa apostila oficial

do Departamento, face ao caráter polêmico e controvertido das atividades políticas do prof. Reale”. Afirmar ainda que não havia “conveniência do Departamento realçar uma figura controvertida nos meios universitários, especialmente entre alunos”. Deste modo, a chefia do Departamento assumia a responsabilidade pela censura e atribuía-lhe razões políticas, o que vinha corroborar a alegação da profa. Anna Maria Moog Rodrigues para afastar-se do Corpo Docente da PUC.

A edição subsequente do *Jornal do Brasil* (16/3/1979) transcreve nota do Reitor da PUC-RJ em que se solidariza com o Departamento de Filosofia, considera infundadas as acusações da profa. Anna Maria Moog Rodrigues, ridícula a afirmativa de existência de crise e faz questão de reafirmar que “nem por isto a Universidade se afastará de sua missão de despertar a responsabilidade de seus professores e alunos”. A mesma matéria que contém essa nota abrange ainda carta do prof. Antonio Paim, do mesmo departamento, igualmente desligando-se da PUC, a declaração da profa. Anna Maria Moog Rodrigues de que, tendo sido a censura reconhecida de público, reafirma a sua discordância com tal procedimento e seu afastamento da instituição.

Todos os textos mencionados constam deste livro..

Nos dias subsequentes a matéria ocupou posição de destaque na imprensa. Outros professores da PUC denunciaram o clima de discriminação ideológica ali vigente. Os principais jornais do país condenaram – em editorial igualmente anexados a esta coletânea – o fato da censura como contrário à liberdade acadêmica.

Na semana de 19 a 23 de março, viu-se na PUC-RJ um espetáculo deveras assustador e que não pode ser esquecido

porquanto revela a audácia do grupo totalitário, estimulado naturalmente pelo apoio que lhe emprestou o Reitor. O espetáculo em causa transcende aquela instituição e, por isto mesmo, deu origem a toda uma meditação que este livro pretende refletir.

O mesmo grupo do Departamento de Filosofia, ora apresentando-se como Associação de Docentes, ora como uma sociedade de filosofia que havia constituído, ora como entidades fantasmas de estudantes, lançou em campo a tática de distorcer os fatos, quebrar a solidariedade do Corpo Docente, caluniar e denegrir, e, finalmente, como disseram, mas que caberia denominar com mais propriedade de “auto-defé” medieval, quando os heréticos eram queimados na fogueira.

O chefe do Departamento de Filosofia lançou nova nota à comunidade acadêmica em que não mais fala em censura ao texto do prof. Miguel Reale nem nas razões que a determinaram, e tenta apresentar os professores demissionários como achando-se a serviço de objetivos escusos. No mesmo tom se pronunciou a Associação de Docentes, para a qual “o irrelevante episódio da organização de uma apostila de textos” foi “habilmente aproveitado para servir aos propósitos de uma ofensiva ideológica”; “sob a aparente defesa do pluralismo filosófico, esconde-se o inconformismo com as coisas novas”... etc. etc. As notas das entidades fantasmas dos estudantes condenavam com veemência o afastamento de professores, que ocorrera no passado, e enxergavam na atual denúncia conivência com aquelas arbitrariedades. Mobilizaram-se estudantes para interromper aulas e dar essa versão dos acontecimentos e ainda para gritar “slogans” nos

pátios. O documento da Associação de Docentes foi lido em coro. Desceu-se a um nível tão baixo de acusações rasteiras que o próprio *Jornal do Brasil* foi acusado de ter interesses em terrenos na periferia da PUC; correram-se abaixo-assinados contra o projeto de fazer passar no interior da PUC uma estrada... Os acusados tiveram naturalmente que revidar. De sorte que o objeto mesmo da disputa ficou de fato bastante ofuscado. Para a opinião pública restou a impressão de que a PUC-RJ havia coletivamente realizado o que em seguida se denominou de opção totalitária.

Em nota aparecida nos jornais do dia 24/3, adiante transcrita, o Reitor encampa a tese de ter-se desencadeado uma campanha contra a PUC; não diz uma só palavra de condenação à censura. Apesar disto, fez apelo ao desarmamento dos espíritos e ao término dos ataques pessoais e ressentimentos, que teve o efeito de paralisar os promotores desses ataques dentro da Universidade. Passa então a primeiro plano o debate de toda a problemática envolvida na questão. Esta coletânea tem justamente o propósito de refleti-lo.

Antes de passar à indicação das grandes linhas do debate conviria indicar as verdadeiras razões da censura.

## **2. O Autor Censurado**

Explicando as razões da censura, o chefe do Departamento de Filosofia da PUC indicou que não havia conveniência de “realçar uma figura controversa nos meios universitários, especialmente entre alunos”. E como se incumbiu de explicitar um dos defensores da censura, o caráter

controvertido do autor censurado prender-se-ia à sua condição de ex-integralista.

Em que pese a alegação, a esquerda brasileira não está preocupada com a condição de ex-integralistas daquelas personalidades que se converteram à sua opção totalitária, mesmo porque toda a sua “linha de frente” é constituída na atualidade por antigos expoentes do sigma como Alceu Amoroso Lima, Helder Câmara, Roland Corbisier etc. A circunstância explica, aliás, o boicote a que foi submetido o livro recente de Jarbas Medeiros – *Ideologia Autoritária no Brasil* (1930/1945), Rio de Janeiro, FGV, 1978, prefaciado por Raimundo Faoro – onde estuda o pensamento de Alceu Amoroso Lima, ao lado de Plínio Salgado, Francisco Campos, Oliveira Viana e Azevedo Amaral.

As restrições ao prof. Miguel Reale não se vinculam ao passado, mas ao presente.

Participando na série de depoimentos que *O Estado de São Paulo* tem organizado, o prof. Reale teve oportunidade de indicar que o integralismo se compunha de várias facções. A de Plínio Salgado, dominante, era eminentemente católica, inspirando-se na doutrina social da Igreja, o que era reconhecido pelos que então a representavam. Alceu Amoroso Lima teria oportunidade de afirmar: “Se há realmente vocação política, confesso que não vejo outro partido que possa, como a Ação Integralista, satisfazer tão completamente às exigências de uma consciência católica que se tenha libertado dos preconceitos liberais”.

Afora essa vertente católica, majoritária, havia uma segunda corrente que vinha do socialismo que se proclamava anticapitalista e antiburguesa. Chegou a nutrir a convicção de



que a primeira fase do corporativismo – que era de participação popular e não meramente administrativo-burocrática, como acabaria consolidando-se na Itália – seria o caminho apto a facultar a desejada reforma social. Nessa vertente inseriam-se Miguel Reale, Santiago Dantas, Jeovah Mora e diversos outros.

Havia finalmente a terceira vertente, chefiada por Gustavo Barros, e que receberia influência anti-semita. (*O Estado de São Paulo*, 14/5/1978, págs. 14 e 15).

De sorte quem tendo sido estudante marxista, Miguel Reale, entre 1933 e 1937, isto é, dos 23 aos 27 anos de idade, pertenceu ao movimento integralista. Desde 1940, quando ganhou o concurso para reger a cadeira de Filosofia do Direito da faculdade paulista – e publicou os livros *Fundamentos do Direito e Teoria do Direito e do Estado* -, ocupou-se de elaborar uma obra verdadeiramente monumental e que granjeou o reconhecimento internacional. Organizou e dirige o Instituto Brasileiro de Filosofia, em que coexistem todas as tendências filosóficas existentes no País, inclusive a marxista.

*Teoria do Direito e do Estado*, publicado em 1940, é talvez o primeiro livro no País a defender uma concepção do Estado de Direito a partir do pluralismo das entidades sociais, com uma crítica de todas as formas de estatismo jurídico.

No aprofundamento dessa compreensão, nos decênios desde então transcorridos, Miguel Reale chegou à doutrina contemporânea mais coerentemente elaborada do caráter inelutável da pluralidade de perspectivas filosóficas. Essa doutrina afirma não só que a filosofia comporta multiplicidade de perspectivas, e no interior destes diferentes pontos de vista, como igualmente que não há critérios uniformes, segundo os

quais tem lugar a escolha de uma perspectiva. Assim, a partir mesmo do âmago do que poderia se constituir numa estrutura totalizante e totalitária – o saber filosófico – Miguel Reale refuta essa possibilidade.

A filosofia de Miguel Reale – batizada de forma muito apropriada, com o nome de *culturalismo* – afirma que são de índole moral os fundamentos últimos da evolução da cultura, razão pela qual as civilizações são odos de hierarquização dos valores. em sua *Filosofia do Direito*, de que acaba de sair a sétima edição, teria oportunidade de escrever: “No desenrolar do processo histórico-cultural, constituem-se determinadas unidades polivalentes, correspondentes a ciclos axiológicos distintos, como que *unidades históricas* da espécie humana no seu fluxo existencial, a que denominamos de *civilizações*. A história da cultura não é, pois, unilinear e progressiva, como se tudo estivesse de antemão disposto para gerar aquele tipo de civilização que vivemos ou desejaríamos viver, mas se desdobra ou se objetiva através de múltiplos ciclos em uma pluralidade de focos irradiantes.”

Graças à significação de sua obra, da atualidade e da universalidade dos temas com que se defronta, Miguel Reale logrou alcançar uma posição de grande prestígio no seio da comunidade filosófica e acadêmica dos países mais cultos da Europa e da América. Desde os anos cinquenta, figura sempre entre os principais expositores nos Congressos Internacionais de Filosofia. No recente Congresso de Dusseldorf, Alemanha (1978), foi um dos quatro conferencistas oficiais. Nos últimos anos, sua *Introdução ao Direito* mereceu três edições sucessivas em língua espanhola. A *Filosofia do Direito* de

Miguel Reale, do mesmo modo que *Teoria Tridimensional do Direito* acha-se traduzida em diversos países.

O que pesou afinal na avaliação do Departamento de Filosofia da PUC, o quinquênio da década de trinta – que na verdade nunca estudaram e desconhecem inteiramente – ou a elaboração posterior de Miguel Reale, denominada de *culturalismo*, e à qual dediquei um pequeno livro – *Problemática do Culturalismo* (1977) – por sinal que publicado pelo próprio Departamento de Filosofia da PUC?

Tudo leva a crer que a oposição do Departamento é ao *culturalismo*. O que aliás é de todo compreensível, visto que corresponde à mais cabal refutação de todo tipo de totalitarismo e bem sucedida fundamentação da pluralidade de perspectivas.

Além disto, o trabalho desenvolvido pelo IBF impediu a penetração no Brasil da denominada *filosofia da libertação*, que circula em outros países latino-americanos, sob o bafejo de importantes personalidades da Ordem dos Jesuítas. No Brasil, essa doutrina teve que apresentar-se como “teologia da libertação”, o que restringe de muito suas possibilidades de difusão. No mundo contemporâneo, se o interesse pela filosofia é cada vez mais restrito, o que não dizer da teologia...

### **3. O Debate e Suas Linhas**

O debate do que se convencionou chamar de crise da PUC-RJ desenvolveu-se em diversas linhas, e esta coletânea não se propõe abrangê-las em sua inteireza.

Emergiu, de modo destacado, a preocupação com a influência marxista em muitas Universidades e na Igreja

católica. Essa preocupação é compreensível, porquanto, sabidamente minoritária, os grupos marxistas ganham uma caixa de ressonância muito grande com a circunstância indicada.

Essa preocupação refletiu-se em notas aparecidas nos jornais, artigos, cartas de leitores etc. Expressam-na com propriedade o editorial do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, do dia 20/3/1979, sob o título de “A PUC, um dos últimos redutos do marxismo”, e o artigo “Quase inacreditável”, do prof. Jorge Boaventura (*Folha de São Paulo*, 28/3/1979).

O *Jornal da Tarde* observa que, na França, o marxismo é considerado ultrapassado, enquanto “na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro não só continua em moda mas é instrumento para a prática de um autêntico terrorismo cultural”. O prof. Boaventura entende que os fatos denunciados correspondem apenas à ponta de um “iceberg”, cuja massa extravasa o ambiente universitário.

A questão de como enfrentar os comunistas e grupos afins, no plano político, embora diga respeito à plena configuração do projeto de convivência democrática que devemos conceber e implantar, não se apresenta dessa forma para o debate acadêmico suscitado pela censura ao texto do prof. Miguel Reale. Qualquer que seja a solução política do problema – cuja questão nuclear é a permissão ou não da existência legal do Partido Comunista – ao nível da Universidade o tema assume conotação diversa.

Assim, ainda que legítimo e de grande atualidade, o tema político não se constitui no eixo do debate em curso.

Outra questão emergente diz respeito à conceituação da Universidade Católica. O prof. José Artur Rios trouxe à baila

esse tema no artigo intitulado “A Pontifícia Universidade (pluralista) Católica” (*Jornal do Brasil*, 24/3/1979). Essa questão, parece-nos, diz respeito exclusivamente aos católicos e não à comunidade acadêmica como um todo.

De todo o debate suscitado pela crise da PUC-RJ, esta coletânea pretende ocupar-se apenas da *liberdade acadêmica* e da *opção totalitária*.

#### **4. A Liberdade Acadêmica**

O cerne da liberdade acadêmica é a liberdade de cátedra, assegurada pela Constituição e pela tradição brasileira. Isto significa que nenhum Departamento tem o direito de imiscuir-se na matéria, que é da responsabilidade individual do professor. A Universidade pode, certamente, divergir da orientação que determinado professor tenha decidido imprimir à disciplina de sua responsabilidade e, neste caso, dispensar os seus serviços. Mas há de fazê-lo às claras. Essa questão foi considerada de modo abrangente nos artigos dos professores Aroldo Rodrigues e Vicente Barreto, bem como em editoriais da imprensa incluídos nesta coletânea.

Alguns mestres, entre os quais o prof. Luiz Alfredo Garcia-Roza, vieram a público para aventar a tese de que a liberdade acadêmica, como a definimos, é ilusória porquanto todo saber acha-se vinculado ao poder, está a serviço da classe dominante. Este texto, como os demais na mesma linha, acham-se igualmente transcritos, com exclusão apenas daquele de autoria do Sr. Luigi Moscatelli que, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, invocou a falsa qualidade de membro do Corpo Docente do Departamento de Filosofia da UFRJ,

conforme desmentido que o prof. Paulo Alcanforado, chefe daquele Departamento, fez publicar no mesmo jornal em 5/4/1979.

O mencionado tipo de argumento insere-se no que o prof. Miguel Reale chama de *vulgata marxista*. A conceituação da ciência e das relações que guarda com a ideologia já arrastaram os marxistas a sucessivos debates, sem que seus partidários brasileiros deles se tenha beneficiado. Talvez o principal tenha sido o que ocorreu nos anos cinquenta, desencadeado pelo próprio Stalin, ao indicar que nem todos os fenômenos da vida social assumem caráter de classe. Mencionou, então, expressamente, a língua e a técnica. No curso do debate a lógica formal, que tinha sido proibida na Rússia, voltou à legalidade. As simplificações de Lysenko – inventor de uma “biologia socialista” – foram condenadas a esta disciplina de novo conquistou “status” de ciência. Os soviéticos foram muito mais longe porquanto até mesmo a econometria e o keinesianismo passaram a ser reconhecidos como científicos. Por que os marxistas brasileiros não buscaram aprofundar esse debate e logo se agarraram às teses anarquistas, ressuscitadas nos anos sessenta, quanto ao caráter do saber? Esse desinteresse explica-se pelo fato de que o marxismo brasileiro tem uma dinâmica própria de desenvolvimento, caudatária da tradição positivista.

A ciência é o saber dotado de universalidade, que vale para todos. Seu modelo acabado é a física-matemática. A questão que se discute é a seguinte: não podendo a sociologia ser uma ciência apoiada em modelos matemáticos, é capaz de elaborar conhecimentos de validade universal? Presos à tradição positivista brasileira, certos professores nunca

chegaram sequer a entender o que disse Max Weber. Ao reivindicar para o sociólogo a *neutralidade axiológica*, Weber não negou que a ação humana tivesse a marca do interesse. Apenas apontou os procedimentos através dos quais se pode estudá-la, preservados os requisitos que se atribui à ciência. A escola weberiana fez progressos notáveis em todos os países, inclusive no Brasil. Ignorando este fato, e supondo-se naquelas nações totalitárias onde o pensamento de Weber é proibido, os adeptos brasileiros da *vulgata marxista* falam em neutralidade, racionalidade, ciência, sem saber precisamente o conteúdo de tais conceitos e supondo que todos se encontram na mesma crassa ignorância. Somente essa circunstância poderia explicar tal primarismo.

A liberdade acadêmica supõe que tanto ao marxismo erudito como ao vulgar seja assegurado o direito de expressar-se livremente, no lugar próprio, isto é, no curso específico, onde esteja perfeitamente configurada a responsabilidade do titular. Para aqueles que se disponham a usar dessa liberdade com vistas ao proselitismo político, a Universidade dispõe de instrumentos aptos a coibir semelhante violação dos princípios éticos a que está obrigada a comunidade docente. No caso da PUC, embora seja quase certo que os totalitários formem a minoria, o incidente assumiu as proporções conhecidas graças exclusivamente à conivência do Reitor.

## **5. A Opção Totalitária**

A crise da PUC serviu para evidenciar que, mais uma vez, em nossa contemporânea história, os intelectuais brasileiros facilmente se deixam empolgar pela opção

totalitária. Quaisquer que sejam as razões de semelhante desfecho, o debate evidenciou que existe uma grande confusão entre totalitarismo e autoritarismo. A história desse século registra o aparecimento e a conversibilidade de regimes autoritários. Mas não há precedente de sistemas totalitários que tenham sucumbido, salvo o nazista, derrotado numa conflagração bélica. Cabe pois novamente reafirmar que a opção totalitária não corresponde a uma alternativa aceitável para o autoritarismo.

Talvez se possa dizer que a evolução da República brasileira, nestes noventa anos de existência, tem se dado no sentido da plena configuração do autoritarismo, que chega a dominar a máquina estatal em largos ciclos. É certo que, durante toda a República Velha, a política econômico-financeira inspirou-se nas idéias liberais da época; que os sucessivos estados de sitio se faziam com a aprovação do Congresso e que, em 1926, promoveu-se reforma constitucional que tinha como um de seus objetivos básicos acabar com a vitaliciedade do mandato de Borges de Medeiros na presidência do Rio Grande do Sul. Neste pós-guerra, tivemos a consolidação da Justiça Eleitoral, assegurando a lisura dos pleitos e períodos da mais franca democracia, como o Governo de Juscelino Kubitschek. Contudo, em que pese a presença dessa vertente, que porventura expressará as aspirações dos mais importantes contingentes da sociedade, o autoritarismo logra afirmar-se ao longo do período.

José Maria Belo apontou com rara felicidade o marco e as determinantes iniciais do processo em causa, ao escrever: “Ainda não libertos das tradições parlamentares do Império, os congressistas republicanos reivindicavam uma primazia



política que violava a natureza do regime... O poder do Congresso e o poder do Presidente harmonizavam-se apenas nos artigos constitucionais; na realidade, não se entenderiam nunca.” A oportunidade para inclinar a balança em favor do Executivo viria com o atentado em que morreu o Ministro da Guerra de Prudente de Moraes, o Marechal Machado Bittencourt. Diz então Maria Belo: “O atentado de 5 de novembro dava-lhe (a Prudente de Moraes) os elementos de reação que inutilmente procurara; dentro da própria órbita constitucional, o presidencialismo do regime adotado em 15 de novembro de 1889 revelava a tremenda soma de poderes que poderia enfeixar nas mãos do Presidente da República, e dos quais os seus sucessores saberão colher o máximo proveito.” (*História da República*, 6ª edição, pág. 150).

Wanderley Guilherme indicou uma das feições teóricas que veio a assumir, denominando-a *autoritarismo instrumental*, que tem em Oliveira Viana seu expoente máximo. Segundo este, o sistema liberal, para funcionar, pressupõe o respaldo de uma sociedade liberal. No Brasil, a sociedade é parenteral, clânica e autoritária. A farsa das eleições, o simulacro do liberalismo, tudo isto resulta da inexistência de agrupamentos sociais capazes de dar-lhe autenticidade. Desse diagnóstico, Oliveira Viana concluiria que o Brasil necessitava de um “sistema político autoritário, cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal”. (*Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, 1978, pág. 93).

Vê-se que essa premissa não é alheia ao autoritarismo, vigente na história brasileira dos três últimos lustros.

Assim, parece essencial compreender que a tradição autoritária da República brasileira é algo de muito palpável. Na República Velha consistia numa prática, ao arremedo da Constituição. No último meio século, vivemos a maior parte do tempo sob o signo do autoritarismo. Com a agravante de que a tentativa de eliminá-lo, neste pós-guerra, acabaria no mais absoluto fracasso. Não seria correto fazer caso omissivo dessa dura realidade.

Na nova tentativa de abandono da tradição autoritária, em que ora nos empenhamos, os diversos grupos sociais têm o dever de posicionar-se e não apenas a classe política. Em relação aos intelectuais, o mais importante é estabelecer que ao autoritarismo se contrapõe o sistema representativo e não a opção totalitária. Semelhante colocação pode parecer ociosa, mas não é, pelas razões apontadas adiante.

A expressão acabada do totalitarismo é o estalinismo, porquanto fornece o modelo mais duradouro, consolidado não só na Rússia, mas igualmente no Leste Europeu e na China. Deixar de reconhecê-lo e limitar a condenação ao totalitarismo de tipo nazista corresponde a justificar a tese falsa de que os fins justificam os meios.

Consoante as análises de Arendt e outros estudiosos, o escopo essencial do totalitarismo é quebrar a solidariedade estruturada historicamente no seio das comunidades. Por esse expediente, estas se transformam em *massa*, manobrável e mobilizável para impedir o estabelecimento de qualquer forma de pluralismo. Partido único e aparelho repressor completam o quadro. Somente quem se imagina beneficiário de semelhante estrutura pode adotá-la. Quem quer que admita a possibilidade

de vir a encontrar-se em oposição a tal sistema há de repeli-lo – até mesmo por instinto de conservação.

Por isto mesmo, a recente crise da PUC-RJ, suscita inevitavelmente a questão da esquerda democrática. O que se viu ali foi a emergência plena do espírito totalitário. Censurou-se um texto do prof. Reale. O chefe do Departamento de Filosofia veio a público para dizer não só que o fizera mas igualmente que partira de razões ideológicas. Ao invés de discutir-se se aos Departamentos, mesmo por votação, deve ser atribuído o direito de imiscuir-se nos cursos, que são da responsabilidade dos professores, enfim, ao invés de discutir se se deve preservar a liberdade de cátedra, o que se viu na PUC foi o empenho de quebrar a solidariedade entre os membros do Corpo Docente, de transformá-los em *massa*. Os que se posicionarem em favor da liberdade acadêmica foram agredidos de todos os modos. Tal a confusão que se estabeleceu que, ao fim de contas, parecia que éramos nós os censores. Parece fora de dúvida que, naquela instituição, o espírito totalitário venceu em toda a linha.

Pode-se concluir do episódio que na PUC-RJ não há socialistas democráticos. Se os houvesse, certamente não teriam compactuado com a censura nem muito menos com a operação montada para denegrir a minoria divergente.

É lícito generalizar a conclusão? A pergunta não é extemporânea. O socialismo democrático no Brasil, pelo menos depois de 1930, tornou-se extremamente débil (o que corresponde, aliás, a uma das diferenças notáveis na evolução política e cultural do Brasil, em relação a Portugal, contemporaneamente). Embora ainda abrigasse, na última fase, intelectuais de renome e de grande integridade moral, como

João Mangabeira ou Domingos Velasco, chegou a tornar-se agremiação política sem maior expressão. É provável que o último ciclo autoritário tenha contribuído para extingui-los de todo. Este será pois um dado importante da questão. A intelectualidade estará dividida entre liberais e totalitários, sem nenhuma camada intermediária que busque uma síntese mediadora, aceitando o socialismo, mas subordinando-o às instituições do sistema representativo.

Rio de Janeiro, maio de 1979.

*Antonio Paim*

## I – CARTAS E NOTAS

### PROFESSORA SAI DA PUC EM PROTESTO CONTRA CENSURA NUM TEXTO DE MIGUEL REALE

*A professora Anna Maria Moog Rodrigues, do Departamento de Filosofia da PUC, apresentou em carta o seu pedido de exoneração à direção do Departamento, que censurou o texto, extraído do livro Pluralismo e Liberdade, de autoria de Miguel Reale, cortando-o da coletânea de textos a ser utilizada pelos alunos da disciplina História do Pensamento, durante o atual ano letivo.*

*A carta torna pública uma crise existente no Centro de Teologia e Ciências Humanas, onde os professores que relutam em aceitar e adotar apenas uma metodologia marxista se sentem marginalizados. No fim do ano passado, o prof. José Artur Rios afastou-se do Departamento de Sociologia, por não concordar com a metodologia imposta pelo Departamento e por sofrer boicote deliberado.*

#### *A Carta*

*É a seguinte a carta enviada pela professora Anna Maria Moog Rodrigues ao Diretor do Departamento de Filosofia da PUC, professor Raul Landim, com cópias ao Grão-Chanceler Cardeal Dom Eugênio Salles, ao Reitor, ao*

*Vice-Reitor Acadêmico, ao Decano do CTCH e ao Coordenador do Ciclo Básico do CTCH.*

Acabo de tomar conhecimento de que a Direção do Departamento de Filosofia da PUC/R L censurou o texto extraído do livro *Pluralismo e Liberdade*, de autoria de Miguel Reale, e o cortou da coletânea de textos a ser utilizada pelos alunos da disciplina História do Pensamento.

Como é do conhecimento de V. Sa. os cinco professores da disciplina, a pedido da Direção, escolheram, após reuniões sucessivas e cuidadoso estudo, os textos a serem incluídos na referida coletânea, selecionando autores tais como Platão, Aristóteles, Comte, Marx, Sartre e três renomados pensadores brasileiros contemporâneos: Henrique Lima Vaz, Fernando Bastos d'Ávila e Miguel Reale.

O critério da seleção procurou caracterizar a pluralidade de abordagens da complexa problemática contemporânea e formar no aluno uma consciência crítica, tal como pode ser depreendido da lista de autores acima enunciada.

Como V. Sa. pessoalmente me confirmou, a razão da censura ao texto de Miguel Reale foi a atividade política do referido autor.

Tal atitude, além de impossibilitar a formação de uma consciência crítica do aluno por razões de ordem política, atinge gravemente a liberdade de cátedra e contraria o pluralismo filosófico, fundamento da universidade livre e democrática.

Por considerar este ato de censura arbitrário e cerceador da liberdade acadêmica, apresento a V. Sa. meu pedido de

exoneração do corpo docente do Departamento de Filosofia da PUC/RJ solicitando a dispensa do aviso prévio.

### *Metodologia Marxista*

*A carta da professora Anna Maria Moog Rodrigues torna pública uma crise existente no Centro de Teologia e Ciências Humanas.*

*Um dos professores da PUC escreveu, recentemente, uma carta ao Reitor, Pe. João MacDowell, mostrando-se preocupado “com a vertiginosidade com que a PUC caminha para a adoção sectária e passional de uma metodologia marxista, se não mesmo para a adesão a uma filosofia declaradamente marxista”.*

*O Departamento de Filosofia – segundo ainda o professor -, embora solicitado a abrir uma área de pesquisa sobre a história do pensamento católico no Brasil, não só não o fez como extinguiu esta área, para dedicar-se à lógica, à epistemologia e à lingüística.*

### *O Autor*

*Miguel Reale, catedrático de Direito, ex-Reitor da Universidade de São Paulo, membro da Academia Brasileira de Letras, por duas vezes presidente da Associação Mundial de Filosofia Social e Jurídica, membro do Conselho Federal de Cultura, é autor de inúmeras obras sobre História, Filosofia, Sociologia, Direito e Economia, e conhecido por sua Teoria Tridimensional do Direito.*

*Entre os seus trabalhos destacam-se Pluralismo e Liberdade, O Estado Moderno, Formação da Política Burguesa, Fundamentos do Direito, Doutrina de Kant no Brasil, Horizontes do Direito e da História e, mais recentemente, Da Revolução à Democracia (1977), estudo em que analisa o processo revolucionário de 64, propondo sugestões para a institucionalização do regime, alternativas para o então vigente AI-5, Constituinte, habeas-corpus, estado de direito e estado de emergência.*

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 14/3/1979)

### **DIRETOR DA PUC CONTESTA ACUSAÇÕES DE PROFESSORA**

*O Diretor do Departamento de Filosofia da PUC, Raul Ferreira Landim Filho, afirmou ontem em carta-resposta à profa. Anna Maria Moog Rodrigues que “a direção do Departamento não apresentou objeção quanto ao estudo, à análise e à distribuição em sala de aula” de um texto do livro Pluralismo e Liberdade, do professor Miguel Reale.*

*A professora Anna Maria Moog Rodrigues demitiu-se do Departamento insatisfeita com o que classificou de censura ao texto da obra do professor Reale, além de, numa carta enviada ao professor Landim, revelar uma crise no Centro de Teologia e Ciências Humanas.*

*É a seguinte a carta-resposta do professor Raul Landim à professora Anna Maria Moog Rodrigues:*



Recebi com surpresa sua carta de 12 de março. Sinto-me obrigado a responder por escrito às graves acusações que você nela veicula. Inicialmente, lamento que você não tenha comparecido à reunião dos professores de História do Pensamento no dia 7 de março convocada pela Direção do Departamento para debater os problemas referentes ao programa e à apostila deste ano.

Todos os professores ali presentes tiveram a oportunidade de discutir as críticas e sugestões da Diretoria. Estranhei a sua ausência já que, após três meses de férias, você deveria comparecer à PUC no dia 7 de março para reiniciar as suas atividades.

Você acusa a Direção do Departamento de censurar arbitrariamente o texto do professor Miguel Reale e de atingir com isso a liberdade de cátedra. Concordo plenamente com você que a liberdade de ensino teria sido atingida se a adoção do texto do professor Reale tivesse sido proibida. Entretanto, isto não aconteceu. A Direção do Departamento não apresentou objeção quanto ao estudo, à análise e à distribuição em sala de aula do referido texto aos alunos, se assim o desejasse o professor. A Direção propôs, e foi aceito pela maioria significativa dos professores ali presentes, que o referido texto não fosse incluído numa apostila oficial do Departamento, face ao caráter polêmico e controvertido das atividades políticas do professor Reale.

Além disso, notava-se na apostila uma descontinuidade na escolha dos textos entre autores clássicos como Platão, Santo Tomás, Bacon, etc., e autores brasileiros contemporâneos, uma vez que o curso versava sobre História

do Pensamento, e não sobre História do Pensamento Brasileiro.

Este argumento levou inclusive certos participantes da reunião a discutirem sobre a validade da permanência de dois outros textos de autores brasileiros, Padre Henrique Vaz, S.J. e Padre Fernando Ávila, S.J. Esta questão ficou em aberto, embora fosse frisado pela Direção que estes dois autores, por serem professores da PUC-RJ, se encontravam numa situação diferente da do professor Reale.

Ainda na sua carta, você alegou que a decisão assumida contraria o pluralismo filosófico. Ora, foi claramente dito na reunião que não estava sendo julgado o conteúdo do texto, mas a conveniência do Departamento de realçar uma figura controvertida nos meios universitários, especialmente entre alunos. Por outro lado, este pluralismo está completamente assegurado com a presença de autores como Platão, Santo Tomás, Descartes, Sartre etc.

Estranha democracia universitária você defende: os responsáveis pela direção do departamento não têm o direito de propor, as propostas debatidas e aprovadas não devem ser aceitas e a discussão dos problemas deve ser substituída pela denúncia às autoridades. Se os motivos reais do seu pedido de demissão foram os equívocos expressos na sua carta, espero que estes esclarecimentos a levem a reconsiderar a decisão tomada.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 15/3/1979)

## **REITOR DA PUC CONSIDERA INFUNDADAS AS ACUSAÇÕES DE CENSURA À OBRA FILOSÓFICA**

*A PUC – Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro, em nota assinada pelo reitor, Padre João A. MacDowell, considera graves e totalmente infundadas as acusações de censura a textos e autores feitas pela professora Anna Maria Moog Rodrigues na carta em que se demite da cadeira de História do Pensamento.*

*A professora Anna Maria Moog Rodrigues acusou o Departamento de Filosofia da PUC-RJ de ter exigido a exclusão de um capítulo do livro Pluralismo e Liberdade, de Miguel Reale, de uma coletânea para estudo. Outro professor, Antonio Paim, em carta à Reitoria anuncia seu desligamento da PUC-RJ e faz as mesmas acusações de censura ideológica.*

### *Nota da PUC*

Fui surpreendido em Brasília pela publicação no *Jornal do Brasil* de 14/3/1979 da matéria *Professora sai da PUC em protesto contra censura num texto de Miguel Reale*, transcrevendo carta com interpretações distorcidas e totalmente infundadas contra a Universidade.

Em resposta à professora Anna Maria Moog Rodrigues, divulgada nos jornais de hoje (*ontem*), o Diretor do Departamento de Filosofia demonstrou cabalmente a falsidade das acusações de censura ideológica ou cerceamento à liberdade de cátedra que lhe foram assacadas.

Diante das repercussões do episódio, a Reitoria sente-se no dever de rejeitar, desde já e frontalmente, as informações

contidas naquela matéria, reservando-se o direito de voltar oportunamente ao assunto para prestar todos os esclarecimentos necessários.

É ridícula a afirmação da existência de uma *crise no Centro de Teologia e Ciências Humanas*, ou da marginalização dos professores, *que relutam em aceitar e adotar, apenas, uma metodologia marxista*. Mais absurda ainda soa a insinuação de que *a PUC caminha vertiginosamente para a adoção sectária e passional de uma metodologia marxista, se não mesmo para a adesão a uma filosofia declaradamente marxista*.

Nem por isso a Universidade se afastará de sua missão de despertar a responsabilidade social de seus professores e alunos, de acordo com as orientações da Igreja, alheia a qualquer ideologia.

### *Nova Carta*

Venho pela presente comunicar-lhe o meu desligamento da PUC-R J, pela circunstância de que não posso pactuar com o clima instaurado no Departamento de Filosofia pelos que substituíram a professora Celina Junqueira. Ao longo do decênio em que o Departamento obedeceu à direção da professora Celina, vigorou o mais absoluto respeito à dignidade das pessoas, em que pesem as divergências filosóficas e de outra índole entre os seus diversos membros. Desde o seu afastamento, paulatinamente se vem instalando espírito intolerante e inquisitorial. À vista do fenômeno, imaginei que se tratava apenas de minoria audaciosa à qual, no fim de contas, a direção da Universidade poria cobro. Como isso não ocorreu, instaurou-se o terrorismo cultural.

A direção do Departamento de Filosofia vem de proibir a inclusão de um texto do professor Miguel Reale numa coletânea estruturada com o objetivo de bem caracterizar o momento contemporâneo da Filosofia como sendo a da vigência de múltiplas perspectivas. Como a medida não podia ser justificada por nenhum critério acadêmico e a chefia do Departamento se dá conta de que a sua bandeira inquisitorial não pode aparecer à luz do dia, abertamente como tal, devendo mascarar-se e camuflar-se, optou por acusar o prof. Reale de ter promovido, no exercício da Reitoria da Universidade de São Paulo, a perseguição a professores, o que corresponde a calúnia inominável. O professor Miguel Reale, em toda a sua vida acadêmica e não apenas nos dois períodos em que assumir as funções de Reitor, sempre defendeu a autonomia universitária e a manutenção da divergência no plano próprio das idéias. O Instituto Brasileiro de Filosofia, que o professor Reale fundou e dirige há 30 anos, reúne pensadores de todas as tendências existentes do país, sendo o exemplo mais significativo do ambiente de tolerância que cria a sua volta. A obra filosófica do professor Reale constitui hoje, no Brasil, a mais acabada elaboração de uma doutrina que parte justamente da afirmativa do caráter inelutável da pluralidade de perspectivas. E certamente esta filosofia é que incomoda a atual chefia do Departamento que, não tendo condições para enfrentá-la no plano próprio, ataca dignidade de seus partidários de forma irresponsável e gratuita.

O terrorismo cultural implantado no Departamento de Filosofia da PUC-RJ tem muito a ver com a prática de ações terroristas no cenário político brasileiro, em passado recente. Apenas os que hoje dirigem e inspiram o Departamento de

Filosofia da PUC-RJ nunca tiveram a coragem de assumir de público a responsabilidade pela condução de uma parte da juventude católica diretamente ao terrorismo. Levaram-na ao sacrifício de vidas e outros desastres, e certamente assumiriam uma parcela do poder se vitoriosa aquela ação. Diante do fracasso, esconderam-se em seus postos docentes, funções aliás cuja dignidade jamais souberam apreender e, por isso mesmo, com tanta facilidade supõem que os outros não a prezam devidamente.

Devo dizer-lhe que envidarei todos os meus esforços para transformar meu desligamento da PUC-RJ numa denúncia a ser levada ao conhecimento público. A consciência democrática deste país, que em outras oportunidades soube repudiar os totalitarismos de direita e esquerda, precisa ser advertida da escalada a que muitos, fugindo as suas responsabilidades, assistem de braços cruzados. Postos de mando em instituições educacionais e culturais, bem como nos meios de comunicação, não podem ser confiados a espíritos totalitários porque seu empenho será sempre o de restaurar a inquisição, eliminar a possibilidade de convivência de pontos de vista diversos, sufocar a crítica construtiva e fomentar a deblateração inconseqüente que estimula irresponsabilidade social no seio da juventude.

- (a) Antonio Paim

*O professor Antonio Paim entrou como associado no Departamento de Filosofia da PUC-RJ no segundo semestre de 1971 e tem várias obras editadas sobre o pensamento brasileiro em diversos setores. Promoveu reedições críticas de textos de pensadores brasileiros.*

## *Reafirmação*

*A professora Anna Maria Moog Rodrigues reafirmou ontem suas acusações contra o Departamento de Filosofia da PUC-RJ e anunciou sua demissão da cadeira de História do Pensamento, que exercia há três anos, porque não posso concordar com a censura e o crivo que o Departamento quer impor aos textos e autores que indicamos aos nossos alunos.*

*Ela enviou carta-resposta ao diretor do Departamento de Filosofia, Raul Landim Filho, afirmando que o motivo real do meu pedido de exoneração foi a censura do texto do autor Miguel Reale **para não realçar uma figura controvertida nos meios universitários**, isto é, por razões de ordem política e ideológica.*

*E conclui: Mesmo na época em que vigorava o AI-5, tinha-se toda a liberdade na escolha de livros e textos e o que me admira é que logo agora, que o Governo se empenha para que haja uma abertura, a direção do Departamento de Filosofia da PUC tome atitudes arbitrarias como esta.*

*(Transcrito do Jornal do Brasil, 16/3/1979)*

## **REITOR NEGA QUE A PUC-RJ FAÇA DOUTRINAÇÃO MARXISTA**

Qualquer doutrinação ideológica, em particular a marxista, é incompatível com a natureza e o espírito da

Universidade Católica, *declara o Reitor da PUC, Padre João Augusto MacDowell, em nota oficial distribuída ontem, na qual nega existir uma crise de liberdade, a não ser a forjada artificialmente, a partir de um episódio menor.*

*Para a Reitoria da PUC, a nota põe um ponto final nas discussões sobre as denúncias de censura ideológica às atividades acadêmicas. O mesmo interesse em encerrar o assunto se verificava no contato com a maioria dos professores ligados à Associação de Docentes, da PUC, que também não vêem crise alguma na Universidade.*

#### *A Nota*

A Reitoria da PUC-RJ, na consciência de sua responsabilidade em esclarecer a comunidade universitária e a opinião pública em geral, acerca das acusações recentemente divulgadas pela imprensa contra a Universidade.

1. Nega a existência de uma crise de liberdade na Universidade, a não ser a forjada artificialmente, a partir de um episódio menor. Este episódio, perfeitamente superável no âmbito interno, foi levado aos jornais, no intervalo de menos de 48 horas, antes que pudesse ser esclarecido ou julgado pelas autoridades universitárias.

2. Não pode assegurar que nunca tenha havido qualquer tipo de marginalização de professores – a generalização seria *a priori* pouco sensata – contesta, porém, que tal prática, caso tenha alguma vez ocorrido, seja usual ou consentida pela direção da Universidade. Os dois ou três professores que se



afastaram, fizeram-no por própria iniciativa, talvez em função de divergências em relação à orientação dos respectivos Departamentos, mas sem qualquer pressão, antes, convidados expressamente a permanecer pelo próprio Reitor, que sempre os tratou com a maior consideração, como consta de documentos em seu poder.

3. Repudia a campanha desencadeada através da imprensa contra a PUC-R J, campanha esta que, sob o pretexto de defender a liberdade acadêmica, denuncia indiscriminadamente professores e departamentos inteiros, instaurando um clima de delação e intimidação no meio universitário, que tem provocado reações, inclusive, no mesmo estilo, e, portanto, igualmente deploráveis.

4. Estranha que se julguem capacitados a dar lições de catolicismo àqueles que, de um lado ou de outro, ferem o espírito cristão de verdade e respeito à pessoa humana e tentam instrumentalizar ideologicamente a Igreja e suas instituições.

5. Afirma que qualquer forma de doutrinação ideológica, em particular a marxista, é incompatível com a natureza e o espírito da Universidade Católica.

6. Entende que a confessionalidade da Universidade Católica implica, da parte do corpo docente, os seguintes requisitos:

a) Adesão aos valores éticos, que fundamentam a vida universitária como o amor à verdade, o respeito à pessoa, a responsabilidade social e a abertura ao diálogo.

b) Respeito aos princípios da fé e da moral cristã.

c) Presença, em todas as áreas, do pensamento de inspiração cristã.

7. Embora se proponha a *formar as pessoas num clima de concepção integral do ser humano, com rigor científico e com uma visão cristã do homem, da vida, da sociedade e dos valores morais e religiosos* (João Paulo II), considera que tal definição em nada prejudica o verdadeiro espírito científico e a legítima liberdade acadêmica, cujo exercício tem caracterizado a PUC-RJ, ainda em períodos difíceis da recente história cultural do País.

8. Reconhece que a PUC-RJ ainda não realiza plenamente o ideal da Universidade Católica de promover a *evangelização da cultura* (Paulo VI), no diálogo entre a fé e o mundo contemporâneo, e a solução científica dos problemas do País, à luz dos princípios da justiça social. Tal inadequação é devida, em particular:

a) À influência limitada do pensamento cristão em alguns setores da Universidade.

b) À tendência, sempre renascente nos meios acadêmicos, de substituir o diálogo e a compreensão pela intolerância, a vontade de poder e o encastelamento nas próprias posições.

c) À atuação e ao confronto de ideologias, de direita e de esquerda, sob formas e graus os mais diversos, no cenário cultural brasileiro, atuação da qual a PUC-RJ não está imune.

9. Chama a atenção para a delicadeza da tarefa de conciliar o espírito universitário com o caráter católico da PUC-RJ, no contexto pluralista da sociedade contemporânea, nem pretende estar isenta de qualquer falha do discernimento das situações e das opções a tomar.

10. Reafirma a sua decisão de orientar a PUC-R J no caminho da autêntica fidelidade à sua missão de Universidade Católica, de acordo com a mente da Igreja e especialmente com as novas diretrizes contidas no documento final da Assembléia do Episcopado Latino-Americano em Puebla e nas palavras do Papa João Paulo II.

11. Faz um apelo ao desarmamento dos espíritos, à serenidade e à reconciliação, a fim de que, excluídos os ataques pessoais e os ressentimentos, a comunidade universitária possa dedicar-se de corpo inteiro ao estudo dos grandes problemas, que desafiam a lucidez, a coragem e a criatividade dos brasileiros.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 24/3/1979)

## II – EDITORIAIS

### FILOSOFIA INTOLERANTE

*O pedido de demissão de dois professores do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como forma de protesto contra o espírito intolerante e inquisitorial que teria passado a prevalecer naquele Departamento, é fato que só pode causar a mais profunda perplexidade.*

*As demissões foram causadas pelo veto da diretoria do Departamento a um texto de Miguel Reale incluído pela professora Anna Maria Moog Rodrigues nas apostilas que pretendia fornecer aos seus alunos como parte de um programa de estudos que abordava desde Aristóteles a pensadores brasileiros contemporâneos, passando por uma constelação de pensadores que incluía Platão, Karl Marx e outros.*

*O veto foi apenas confirmado na resposta do Departamento de Filosofia à primeira carta de demissão, usando-se como motivo não realçar uma figura controvertida nos meios universitários. Expõe-se, assim, um estranho método de trabalho segundo o qual à medida que determinados pensadores se tornem controvertidos, devem ser postos de quarentena, à espera da sua aceitação no mundo dos bem-pensantes. Esse método causou, como se sabe, grande prejuízo à vida cultural de um período bem recente da vida brasileira, atingindo, entre outros, toda a galeria de pensadores que orbitava no campo geral do marxismo. O marxismo ganhou o*

*seu lugar ao sol. Tornou-se mesmo, ao que parece, tão atuante nos meios universitários, que sente-se à vontade para exercer em relação a outras escolas de pensamento o tipo de pressão que leva ao monopólio das idéias.*

*A primeira ironia nesta perturbadora face da vida cultural do Brasil de hoje está no fato de que o professor Miguel Reale, considerado de direita por ter sido integralista e por ter opinado em favor de salvaguardas que substituíssem o AI-5, foi, no plano da filosofia, responsável pela mais saudável das mudanças nos métodos de estudo e ensino das idéias. Nesse terreno, uma tradição persistente, de que o exemplo mais famoso talvez seja Silvio Romero, mandava apresentar as idéias ao gosto do expositor. Na sua pequena história das idéias filosóficas no Brasil, Romero – que foi, de qualquer maneira, um grande espírito – punha os seus correligionários nas nuvens e reservava, para os outros, raios e trovões. Durante muito tempo, foi assim que se ensinou filosofia no Brasil.*

*Deve-se ao professor Miguel Reale, aos seus 30 anos de trabalho no Instituto Brasileiro de Filosofia, um método de ensino que frutificava, entre outros lugares, no Departamento de Filosofia da PUC-RJ, e em que se tratava de valorizar a atmosfera própria a cada obra filosófica, encarada como expressão da sua época e das diversas perspectivas individuais. Ao lado disso, a obra filosófica do professor Reale, uma das poucas reconhecidamente essenciais ao conhecimento do pensamento brasileiro contemporâneo, baseia-se também ela numa doutrina que afirma o caráter inevitável da pluralidade de perspectivas filosóficas: a filosofia – como sempre o afirmou a tradição clássica – é um*

*conhecimento que, por tratar de todo o problema do homem, está sempre em mutação e não pode congelar-se em afirmações peremptórias.*

*Essa bela lição do professor Reale encontrou seguidores, como o professor Antonio Paim, autor de uma História das Idéias Filosóficas no Brasil e que acaba de demitir-se, igualmente, da PUC em protesto contra o espírito intolerante e inquisitorial vigente num Departamento a que era dedicado.*

*A primeira ironia do que está acontecendo na PUC é, assim, a de que se passe a censurar, na primeira oportunidade, os que estimularam a largueza de vistas que tornou possível a entrada, nas universidades, de todo tipo de especulação intelectual.*

*Ironia mais grave é a que faz de uma unidade católica o palco de demonstrações de força apoiadas num ponto de vista radicalmente oposto ao dos princípios cristãos.*

*Não se trata apenas de que o cristianismo pregue a tolerância como princípio da convivência. Ao lado da tolerância no plano humano, as universidades católicas foram fundadas como arma de combate no plano das idéias; como instrumentos de afirmação de verdades negadas, em período de crise profunda, por toda a gama dos materialismos, que insistem em ver no homem um simples condicionamento de fatores econômicos e sociais.*

*É assim profundamente estranho que um tipo de pensamento aberto e humanista perca os seus direitos de cidade, numa universidade católica, por força de preconceitos que se originam numa negação explícita dos princípios cristãos.*

*Um outro saldo melancólico a extrair deste episódio é o de que ainda temos muito que andar antes de chegar ao primeiro estágio de uma vida cultural aceitável. Permanecemos, ao que parece, em plena idade da pedra. Os censurados de ontem são os censores de amanhã. É para isso que se tem gasto tanto esforço no sentido do arejamento da nossa vida cultural e política?*

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 18/3/1979)

## **DISCRIMINAÇÃO IDEOLÓGICA**

*DEVE SER a própria Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a maior interessada em fazer um exame profundo e isento das recentes denúncias que, partindo de ilustres professores ligados à instituição, afirmam ter-se instalado ali verdadeiro clima de ditadura e terror cultural, a serviço da ideologia marxista.*

*ESSA AUTOCRÍTICA não se justificaria apenas para considerar o fato isolado das alegações dos professores Antonio Paim e Anna Maria Moog Rodrigues, que se demitiram em protesto contra “o espírito intolerante e inquisitorial”, segundo eles hoje dominante no Departamento de Filosofia da PUC-Rio, ou o libelo mais abrangente dos professores Aroldo Rodrigues e José Artur Rios.*

*ESTÁ EM CAUSA também a identidade universitária da PUC, desde que pretenda continuar fiel aos objetivos do ensino aberto e pluralista, dando acesso despreconceituoso a*

*todas as formas de pensamento e a todos os métodos de análise dos fenômenos sociais, políticos e econômicos da história.*

*NO CASO da Universidade Católica, o seu eventual engajamento a dogmatismos ideológicos de esquerda criaria situação duplamente anômala, elevando a níveis extremos a gravidade das denúncias. Pois antes de mais nada não há como aceitar, nem sequer entender, o ensino universitário comprometido com doutrinas sociais de qualquer natureza. Por outro lado, se algum compromisso deva assumir uma instituição de ensino vinculada à Igreja, o único admissível é o que o prenda aos princípios do catolicismo e jamais aos do credo materialista, com tudo o que nele existe de anticristianismo e anti-religiosidade.*

*ALÉM DO SEU comprometimento católico, a PUC deve refletir os valores da sociedade brasileira. Esses valores fluem claramente de uma matriz histórica liberal, fiel ao sistema democrático e humanista de vida – haja vista o processo de abertura em curso – e repelem com firmeza o marxismo. Sair de tais limites, portanto, equivale a extravasar do próprio contexto cultural do Brasil ou nele se alojar como corpo estranho, inassimilável e perturbador.*

*CLARO QUE o estudo do marxismo, em todos os seus enfoques econômicos e políticos, não pode faltar nos currículos universitários. Ocultá-lo ou deformá-lo em programas de ensino superior será sempre procedimento obscurantista e contraproducente. Mas daí a transformar o pensamento marxista ou a visão marxista do mundo em parâmetros de discriminação ideológica, fora dos quais tudo perde a consistência e até a seriedade, vai distância infinita.*



*Nesse ponto o marxismo adquire dimensões de religião e haveremos de convir que não se trata da religião que caiba à PUC professar.*

*O PROFESSOR engajado torna-se, por natureza, parcialmente inabilitado para o exercício da docência. Ele não ensina, faz proselitismo, tenta condicionar tendências e mentes. Mas se além de engajado o mestre se erige em censor ideológico, a sua inabilitação torna-se total. Ele perde por completo a autoridade intelectual e moral, e se iguala aos inimigos da liberdade acadêmica que atuam de fora para dentro. Não há por que distingui-lo dos que procuram asfixiar politicamente o ensino, inclusive através de métodos policiais: pelo contrário, é talvez mais perigoso, por se instalar no âmago do organismo ameaçado.*

*A PRIMAVERA institucional brasileira reclama a clarificação dos caminhos em demanda da plenitude democrática. As denúncias em torno da discriminação ideológica na PUC-Rio trazem indesejáveis elementos de perplexidade ao processo, podendo realimentar preconceitos opostos, também de inspiração totalitária, contra a qualidade, o espírito e o dinamismo compatíveis do ensino universitário num país em desenvolvimento.*

*CABE À PUC, por conseguinte, mergulhar na análise dos desvirtuamentos e paradoxos que lhe são apontados por vozes idôneas e trazer lá do fundo as verdades exigidas por este decisivo momento brasileiro, para as correções necessárias.*

(Transcrito de *O Globo*, 20/3/1979)

## EM DEFESA DA UNIVERSIDADE

*A proibição, pelo Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro, da inclusão de um artigo do prof. Miguel Reale em livro de textos a ser usado pelos alunos da disciplina História do Pensamento não é assunto interno daquela universidade. Pelo contrário, assume tal relevância para a comunidade acadêmica como um todo que permite e até certo ponto exige tomada de posição de quantos se preocupam com a defesa da Universidade contra o assalto totalitário à razão. Em poucas e simples palavras, o que está vindo a público sobre o clima político-ideológico que se vive naquela escola fluminense demonstra que a liberdade de pensamento, especialmente a pesquisa universitária, corre, hoje, o risco de ser violentada por aqueles que se arvoram em juízes do caráter controvertido ou não da vida pública dos homens de pensamento brasileiros, e aceitam passivamente a opinião que, sobre esses homens, os alunos (ou uma minoria ativista deles) fazem de sua atividade política.*

*Não entraremos, aqui, na análise das razões do prof. Landim Filho em sua tentativa de contestar o gesto altivo da profa. Moog Rodrigues, demitindo-se para não compactuar. Mas não podemos deixar de assinalar que, ao dizer que o pluralismo que deve nortear o ensino de Filosofia está assegurado pela inclusão de autores como Platão, Santo Tomás, Descartes e Sartre, o prof. Landim Filho brinca com as palavras. Em primeiro lugar, porque, no caso de Sartre, não se sabe a que homem se refere (se o existencialista da*

*primeira fase, o denunciador do PC, o adepto do marxismo na visão existencialista, ou o defensor das barricadas de maio de 1968 e do processo revolucionário e subversivo em geral). Em segundo lugar, porque o pensamento de Sartre, em qualquer de suas fases, nada tem em comum com o de Miguel Reale, igualmente tomado em qualquer das fases de sua vida de ativista e intelectual.*

*O importante, porém, não está em discutir se Sartre e Reale representam a mesma corrente de pensamento; está em haver-se oposto restrição a um autor pelo fato de haver desenvolvido atividades políticas com as quais não se concorda e das quais os alunos divergem. Com isso, no melhor estilo de pensamento autoritário, que as condena na Escola Superior de Guerra, e totalitário, que se condenou no hitlerismo e no stalinismo, o critério de aferição do reto caminho do saber começa a passar não pela análise do pensamento (texto e contexto), mas da atividade política do autor, e se dá ao aluno, suposto estar na universidade para aprender a ajuizar, a capacidade de dizer quais os autores que deseja aprender e como aprender. Em outras palavras, transforma-se a Universidade em uma escola partidária de quadros, formadora de quantos Rubachov sejam necessários para estabelecer a sociedade terrorista, isto é, aquela em que o indivíduo, ele próprio, é o acusador de seu semelhante para defender a idéia abstrata que faz do Estado perfeito.*

*O mais dramático no caso em espécie – clara configuração da pressão daquilo que vulgarmente já se chama de patrulhas ideológicas, e que o prof. Antonio Paim classifica corretamente de terrorismo cultural – é que a transformação da ideologia marxista em critério de aferição da verdade se dê*

*em uma escola particular, mais do que particular, ligada à Igreja Católica.*

*Quem se der ao trabalho (seguramente, hoje, serão poucos) de estudar as lutas da Santa Sé no século XIX para manter suas escolas imunes aos ideais nacionalistas leigos e socialistas na Europa só conseguirá compreender o processo que se dá na PUC fluminense aceitando as idéias daqueles que dizem ser a Igreja Católica ou suas organizações, hoje, o instrumento de infiltração das idéias marxistas no seio da sociedade, Afirmação grave, que, infelizmente, vem encontrando comprovação na realidade.*

*Foi preciso que a prof. Moog Rodrigues protestasse contra o aviltamento da idéia de Universidade, e se recusasse a ser dirigida pelos que vêem no marxismo a nova verdade revelada, para que a sociedade brasileira tomasse conhecimento de que, além da censura oficial, do Decreto-Lei nº 477 e dos instrumentos de exceção ainda em mãos do Governo autoritário, há nos quadros de instituições privadas um código de segurança ideológica, que discrimina contra os que se recusam a pensar de uma única maneira, É esta organização terrorista da cultura que cria o caldo em que medra o Estado autoritário, primeiro, e o totalitário, depois. Contra esse tipo de terrorismo cultural, da mesma maneira que contra o assalto totalitário à razão vinda do Estado, só a mobilização da sociedade em defesa da liberdade e da idéia da Universidade pode ter êxito.*

*(Transcrito de O Estado de São Paulo, 21/3/1979)*

## PELA LIBERDADE

*O episódio da demissão de dois professores do Departamento de Filosofia da PUC-RJ, motivada pelo veto a um texto de Miguel Reale nas apostilas utilizadas pelo Departamento, assume de repente uma conotação emocional que pode afastá-lo dos seus pontos naturais de amarração.*

*Antes que a alguém ocorra que este Jornal não é capaz de avaliar o papel desempenhado pela PUC e pela Companhia de Jesus, de maneira geral, na promoção cultural do brasileiro, função que vem sendo desempenhada ininterruptamente desde a descoberta do Brasil, convém lembrar que o que nos parece estar em causa, neste episódio, não é a PUC, e sim a liberdade acadêmica.*

*Ficam, portanto, deslocadas campanhas em defesa da PUC e demonstrações de unanimidade em torno de seus métodos e dirigentes, Por prezar o que a PUC significa na economia cultural do nosso país e sobretudo do nosso Estado, é que gostaríamos de vê-la representante perfeita do espírito universitário. Este espírito admite e solicita a unidade em torno de princípios, sendo um dos mais importantes o da liberdade acadêmica, que é a tradução do próprio espírito universitário.*

*Quando ao mais, uma universidade que pensar em bloco, departamentos ou em qualquer outra espécie de setorização, estará negando-se a si mesmo, obstruindo os canais por onde deve estar sempre circulado ar novo e puro.*

*Neste sentido, não é lícito apelar sequer para votações que indicariam a vontade de supostas maiorias., Isto pode ser*

*utilizado como método de administração; como princípio intelectual, talvez represente – como parece ter sido o caso – um tipo de censura que, se é odiosa fora da universidade, é inadmissível dentro dela, no que toca à liberdade de ensino. Num Departamento de Filosofia, não se pode, por votação, colocar pensadores em ostracismo: é preciso conhecer as obras que importam para a formação de uma consciência filosófica. Uma dessas obras, no momento brasileiro – entre tantas outras, como as de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Celso Furtado – é a do professor Miguel Reale.*

*Um outro aspecto da discussão que se desencadeou em torno da PUC – discussão que só pode vir a ser proveitosa para o dia-a-dia da Universidade – é o da missão de uma universidade católica. A esse respeito, melhor do que poderíamos fazê-lo, expressou-se o Papa João Paulo II em recente pronunciamento no México. A universidade católica, disse o Papa, deve encontrar seu significado derradeiro e profundo em Cristo, em sua mensagem redentora, que abrange o homem na sua totalidade. Neste sentido, o professor de uma universidade católica não deveria ser considerado unicamente um simples transmissor de ciência, mas também, e sobretudo, uma testemunha e um educador da vida cristã autêntica. À informação científica dos estudantes conviria, pois, acrescentar uma profunda formação moral e cristã, não considerada como algo que se acrescente de fora, mas como um aspecto com o qual a instituição acadêmica resulte, por assim dizer, especificada e vivida. Eis os altos ideais que se colocam à frente de uma universidade católica. Eis por que ela não tem o direito de afastar-se dos mais altos padrões de*

*vida universitária, de que a pedra de toque é a abundante oxigenação das idéias.*

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 20/3/1979)

## **A OPÇÃO TOTALITÁRIA DOS INTELLECTUAIS**

*Não é, de fato, assunto interno da PUC do Rio, conforme ponderávamos em nosso último comentário a respeito, o veto censório imposto à inclusão de certo texto filosófico na apostila da disciplina História do Pensamento, a pretexto do caráter polêmico e controvertido das atividades políticas do autor. As próprias explicações do chefe do Departamento de Filosofia daquele estabelecimento universitário ainda contribuíram mais para a ampliação do debate do tema, que já agora transcendo o episódio em si e o gesto exemplar da profa. Anna Maria Moog Rodrigues, ao demitir-se em testemunho da liberdade acadêmica.*

*Que se passa?*

*Gilberto Freyre é incisivo. Ele denuncia a ação das patrulhas ideológicas na rede de ensino superior do País, as quais se articulam solidariamente para oferecer aos alunos uma só opção cultural – o marxismo – ou melhor, uma só direção política – a da Rússia Soviética. José Artur Rios, que já foi chefe do Departamento de Sociologia da mesma PUC e que se exonerou por discordar da metodologia marxista ali*

*implantada, fala em terrorismo cultural. Aroldo Rodrigues, passando em revista a sua experiência como professor universitário e participante de congressos ditos científicos, é categórico em afirmar que a liberdade, em grande parte do ambiente acadêmico de nossos dias, é mito, pois que os departamentos universitários estão se transformando em blocos monolíticos de pensamento dogmaticamente marxista-leninista.*

*Uma nova trahison des clerics?*

*A crer em Gilberto Freyre, não seriam bem clerics, na medida em que a maioria sem escrúpulos que impõe a nova ortodoxia nos departamentos universitários não possui grande inteligência. O tema merece de Antonio Paim um ensaio sobre Os fundamentos histórico-culturais da opção totalitária do Brasil, no qual propõe duas linhas de investigação para chegar à gênese do espírito totalitário que hoje avassala as universidades brasileiras. A primeira configura uma hipótese sociológica e, seguindo a Escola weberiana, explica que, sendo o Brasil um Estado Patrimonialista, o pensamento de esquerda, imprecisamente definido, mascara na realidade o desejo de partilhar desse patrimônio, ou, se se preferir, das benesses do poder. A segunda hipótese é a culturalista, e converge com a sociológica ao propor a tese de que o pensamento de esquerda está ligado, entre nós, ao conceito católico medieval da ilegitimidade, melhor dizendo, do caráter pecaminoso do lucro. O prof. Paim lembra, a propósito, que a Igreja deu legitimidade ao lucro quando aderiu ao desenvolvimento, que Paulo VI considerava o novo nome da paz.*



*O fenômeno da opção totalitária dos intelectuais, sobretudo dos pequenos e médios, pertence à sociologia da cultura, e foi seriamente estimulado pela traição dos clérigos propriamente ditos, os quais, abandonando a missão religiosa, deixaram em aberto a alternativa da eclesiologia da Terceira Roma, ou seja, Moscou. Mas o caso brasileiro é urgente, visto que a clientela universitária do País – 1 milhão e 233 mil alunos em 1978, matriculados em 862 escolas chamadas de ensino superior – está saindo cá para fora inteiramente desprotegida, conforme o aviso de Gilberto Freyre, contra a ação das patrulhas ideológicas. Como só aprenderam dos mestres o resumo balbuciado da vulgata marxista-leninista, que lhes fornece, ainda assim, interpretação fácil para todas as incógnitas, amanhã se verão desarmados quando tiverem de enfrentar a realidade e o próprio bruxulear do prestígio do pensamento marxista, o qual já é um cadáver insepulto nos campos universitários da Europa, incluindo a do Leste. Entretanto, o mal está feito: o drama das gerações atuais é o nosso subdesenvolvimento cultural, que nos escraviza a teorias já despejadas na lata de lixo da História.*

(Transcrito do *O Estado de São Paulo*, 27/3/1979)

### III – ARTIGOS

#### O DECLÍNIO DA LIBERDADE ACADÊMICA - A CRISE NÃO É A QUE VEM DE FORA MAS A QUE VEM DE DENTRO

Aroldo Rodrigues

*A liberdade acadêmica é um dos valores mais fortemente arraigados entre os homens e mulheres de ciências, artes e letras. O direito de ter uma opinião, o direito de discordar, o direito de filiar-se a uma posição filosófica, o direito de apoiar-se em uma determinada teoria, o direito e o dever de apresentar aos alunos vários pontos-de-vista, em suma, o direito de pensar e de propiciar a opção livre, sempre foi a característica marcante do discurso acadêmico e motivo de orgulho e satisfação das comunidades universitárias. Nas universidades e nas associações científicas, artísticas e literárias, bem como nas mesas-redondas, nos simpósios e em outras atividades caracterizadas pelo debate de idéias, o direito de defender um ponto-de-vista, associado ao respeito dos participantes ao direito de expressão do pensamento era, no passado, não só plenamente reconhecido, como se constituía até no apanágio de academicidade do trabalho em curso.*

*No mudo acadêmico de hoje verifica-se uma substituição do papel do cientista voltado para o estudo*

*desapaixonado do real, pelo do político engajado em fazer prevalecer uma determinada corrente ideológica. Richard C. Atkinson, da Universidade de Stanford, disse recentemente: O papel do psicólogo como cientista é procurar dados, princípios e leis que aumentem a nossa compreensão dos fenômenos psicológicos. Frequentemente, porém, ao reportar achados derivados de pesquisas, nos tornamos advogados de uma determinada política. Não há razão para que os psicólogos não advoguem pontos-de-vista políticos, mas devem fazê-lo apenas como cidadãos. O papel do psicólogo como cientista é apresentar os fatos e fazê-lo de forma tão isenta da influência de seus valores quanto possível.*

É papel dos cidadãos deste país e seus representantes eleitos utilizarem estes fatos ao tomar decisões políticas... Se um psicólogo é fascinado pelo poder político e pela habilidade de moldar a opinião pública, ele ou ela deveria candidatar-se a cargo eletivo e não tentar disfarçar esforços políticos encobrendo-os sob a égide da pesquisa psicológica. Eu reconheço que é difícil, senão impossível, apresentar achados científicos de uma forma isenta. Mas todo o esforço deve ser feito nesta direção. Do contrário, a psicologia será considerada como uma força social e não uma disciplina científica. Se isto ocorrer, o potencial da psicologia para ajudar a resolver os problemas da sociedade estará perdido (Richard C. Atkinson, *American Psychologist*, 1977,32, 204-210).

*A consequência óbvia e inexorável da politização do saber é o debate apaixonado ao invés do objetivo, os extremismos emocionais ao invés da consideração racional do tema em debate, a polarização de posições em detrimento de*

*um diálogo sadio, respeitoso e produtivo e, em última instância, o desaparecimento da liberdade de falar, ser ouvido e discutido a não ser que a posição externada seja consoante com a postura ideológica da maioria mais ativa. É o declínio da liberdade acadêmica.*

*A crise de liberdade acadêmica a que me refiro aqui não é a que vem de fora mas a que vem de dentro; não a decretada pela ideologia dos detentores ocasionais do poder político, mas sim a imposta pela ideologia dos próprios integrantes da comunidade acadêmica. Esta é, a meu ver, a característica distintiva desta nova violação da liberdade de pensar e de opinar; o fato de ela provir do seio da própria comunidade acadêmica é que a torna sui-generis, mais perigosa e mais grave, pois persistirá mesmo após uma eventual abertura política.*

*Excluindo as tradicionais honrosas exceções, é quase impossível emitir-se uma opinião no ambiente acadêmico de hoje e tê-la ouvida, respeitada e discutida honestamente, a não ser que ela seja de conotação esquerdista e, de preferência, marxista. Isto é ofuscantemente verdadeiro não só nas áreas do saber social (história, sociologia e filosofia em primeiro lugar, seguidas de perto por teologia vulgar, economia, psicologia, lingüística e literatura), mas também, por incrível que pareça, nas áreas do saber natural.*

*A fonte de fatos mais eloqüentes para substanciar o que assevero neste artigo é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, não por ela diferir das demais, mas em virtude do contato diário que com ela mantenho. Embora manancial mais rico, não é ela o único. Meu conhecimento de acontecimentos verificados na PUC de São Paulo, minha*

*participação em uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e acompanhamento de várias outras, bem como o relato pessoal de profissionais de alto conceito que atuam em diversas universidades espalhadas pelo Brasil e ainda minha participação numa reunião anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto e o acompanhamento das que se seguiram, além de participação direta em vários simpósios, mesas-redondas, círculos de estudos e demais reuniões que se promovem no Brasil sob a égide da dignidade acadêmica, convenceram-me, de forma absolutamente inequívoca, de que a liberdade em grande parte do ambiente acadêmico de nossos dias é um simples mito. Isto constitui, para mim, a mais grave crise que me foi dado testemunhar em quase cinco lustros de trabalho acadêmico sério. A ditadura ideológica se manifesta na orientação sectária dos departamentos, no clima das reuniões científicas e culturais e na atuação das associações docentes e discentes.*

## I – AUSÊNCIA DE LIBERDADE NOS DEPARTAMENTOS

*Os departamentos universitários estão se transformando em blocos monolíticos de pensamento dogmático, totalmente fechados ao diálogo e absolutamente intransigentes a posicionamentos contrários ao novo status quo. Que o digam, por exemplo, os ilustres professores que tiveram que abandonar os Departamentos de História e de Sociologia da PUC-RJ por cometerem o imperdoável erro de pensarem de forma independente, não se filiando à orientação*

*marxista neles dominante. Foram estes professores submetidos a boicote deliberado, ao ponto de terem de se afastar; em outras palavras, caíram em desgraça pelo atrevimento de não se submeterem servilmente à pregação política de esquerda e por não julgarem ser o marxismo, apesar de sua importância e de seus méritos, o único método válido de análise dos fenômenos sociais, históricos e econômicos.*

*Outros departamentos da PUC-RJ e de muitas outras universidades brasileiras, mormente no setor dos estudos sociais (filosofia, teologia e economia principalmente) caminham rapidamente para situação semelhante. A atmosfera é sempre a mesma. A única verdade é a chancelada pelo marxismo; o único método válido no exame dos fenômenos sociais é o marxista; os autores mais reverenciados e decantados em prosa e verso são os marxistas; slogans emocionais, falsos e superficiais são aplicados a qualquer tentativa de posicionamento que extrapole a bitola estabelecida pelos postulados marxistas; somente o enfoque marxista é valorizado; os alunos são devidamente proselitizados como se estivéssemos em meio a uma cruzada religiosa de evangelização e não numa universidade, onde se devem apresentar as várias correntes de pensamento sem tendenciosidades, deixando aos alunos a liberdade de opção livre pela que lhes parecer mais plausível.*

*É pouco relevante o fato de o sectarismo aqui aludido ser de conteúdo marxista. Fosse ele fascista, positivista, psicanalítico, islâmico, behaviorista, católico, budista, enfim, revestido e qualquer outra roupagem, seria igualmente abjeto. Faz-se mister que se permita, numa universidade, a liberdade de opinião, que se pratique a exposição não tendenciosa da*

*informação, que se respeite a liberdade de pensar e que se estimule a posição divergente que, como se sabe, amiúde se constitui em fonte de novos conhecimentos e de uma maior aproximação da verdade. Expurgar os membros que discordam dos responsáveis pelos destinos do Departamento não é atitude acadêmica e sim própria de seitas fechadas, rígidas e pouco esclarecidas. No Departamento de Filosofia da PUC-RJ, por exemplo, acabou-se a liberdade de cátedra. Os diretores deste Departamento acabam de censurar o texto escolhido pelos professores da disciplina História do Pensamento. Da coletânea que incluía textos de Platão, Santo Tomás, Marx, Sartre etc., constavam três de autores brasileiros. Um destes três foi cortado. O texto era fora do assunto? Não. Era de autor sem méritos? Não; seu autor tem fama internacional. Era de autor que não se filia à corrente de pensamento marxista e se insurge contra ela? Sim. E, por esta razão, foi o texto de Miguel Reale expurgado. Tentaram os professores da disciplina não serem unilaterais e isto, atualmente, é um pecado imperdoável no Departamento de Filosofia da PUC-RJ, e, ao que parece, em vários outros departamentos desta e de outras universidades, onde apenas autores marxistas ou os simpáticos a esta ideologia merecem o nihil obstat da direção.*

## II – AUSÊNCIA DE LIBERDADE NAS REUNIÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS

*Foi simplesmente deprimente o espetáculo a que presenciei em reuniões da Sociedade Brasileira para o*

*Progresso da Ciência, da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto e em algumas promoções culturais de caráter mais local em vários pontos do País. O quadro se repete com monótona identidade de conteúdo, métodos de ação e fontes de referência. O conteúdo dos posicionamentos tem de estar eivado de conotações marxistas para ser valorizado; o boicote sistemático, por vezes agressivo, aos que ousam violar os ditames da ideologia de esquerda, é notório; as fontes de referência variam conforme o tema do encontro. Se educação, Paulo Freyre é referência obrigatória; se sociologia, além de Marx, é conveniente não esquecer-se de Fernando H. Cardoso; se história, urge reverenciar o nome de Werneck Sodré; se teologia, cairá em desgraça quem não se fundamentar nos teólogos da libertação (Gutierrez, Segundo etc.); se filosofia e, curiosamente, psicologia também, Marx é referência obrigatória, mas muito se beneficiará o expositor se recorrer a citações de Habermas, Adorno, Althusser e Foucault. A eventual contribuição substantiva de alguns destes autores ao pensamento contemporâneo é menos importante que a conotação ideológica e emocional que a simples referência a seus nomes evoca.*

*A necessidade de reduzir os pronunciamentos a pregações ideológicas está levando à extinção, nas ciências sociais pelo menos, a exposição de pesquisas de alto valor científico, porém desprovidas de cunho ideológico nítido e faccioso. Anos atrás, a qualidade de um trabalho apresentado em congresso era julgada pelo rigor metodológico, correção no levantamento das hipóteses logicamente derivadas de teorias, adequada análise de dados e relevância e consistência das conclusões tiradas. Lamentavelmente, isto não é mais*



*verdade hoje em dia. A qualidade (ou, mais exatamente, a popularidade) do trabalho é função direta da quantidade de slogans ideológicos de esquerda que contenha. Se for possível encaixar o conceito de luta de classes, o orador garantiu uma estrondosa ovação e, se for o único a fazê-lo no simpósio ou mesa-redonda de que participou, será fatalmente a vedete do espetáculo.*

### III – AUSÊNCIA DE LIBERDADE NAS ASSOCIAÇÕES DISCENTES E DOCENTES

*As associações discentes, mormente as de pós-graduação, bem com a nova moda de associações docentes (ADPUC, ADUSP e congêneres) são dominadas pela ideologia da luta de classes, preferem métodos totalitários de ação (apesar de exaltarem as liberdades democráticas..., patrocinam conferências, mesas-redondas e similares onde os convidados especiais são sempre simpatizantes da ideologia que orienta essas associações. A audiência que comparece às suas promoções já está tão acostumada a embalar-se no refrão ideológico dos divulgadores do marxismo que, quando alguém apresenta um ponto de vista não necessariamente contrário, mas apenas livre de ideologia marxista, é de imediato alvo de agressões e absoluto desdém.*

*Surpreendi-me, certa vez, com um convite da Associação de Estudantes de Pós-Graduação da PUC-RJ para participar de uma mesa-redonda por ela promovida. Ao chegar ao local verifiquei a consistência ideológica dos demais participantes. A esmagadora maioria de assistentes*

*partilhava integralmente da ideologia esposada pelos companheiros de mesa. Falei de problemas substantivos da pós-graduação em psicologia no Brasil. Fiz um breve histórico, apontei as causas dos péssimos resultados auferidos e esbocei algumas alternativas para melhorá-los. Os que me seguiram no uso da palavra, quer da mesa quer da audiência, não queriam saber de problemas objetivos. As duas horas e meia de reunião nada mais foram que outra oportunidade para cantar o estribilho de opressores e oprimidos, luta de classes, controle do Estado fascista sobre as pesquisas realizadas e demais jargões conhecidos de sobejo. Assim é a maioria das reuniões promovidas por associações docentes e discentes. Encontram um tópico à primeira vista sério e meritório; em realidade, trata-se de um mero pretexto para embalarem-se ao som dos mesmos refrões repetitivos, tendenciosos, emocionais, demagógicos e cerceadores da liberdade de pensar e de discordar.*

*Considero em séria crise a liberdade de pensar e de emitir opinião em nosso ambiente acadêmico. Nem mesmo uma abertura democrática pode melhorar este estado de coisas. O declínio da liberdade acadêmica, em função do dogmatismo ideológico imperante hoje em dia nos meios universitários e intelectuais tem, a meu ver, uma dupla causa.*

*De um lado, verificam-se atualmente pessoas que, muito convictamente, acreditam ser o engajamento ideológico incontrolável em todas as manifestações da inteligência. De outro lado, há os que se aproveitam desta postura para, através de sua defesa, tornar possível a insidiosa imposição de seus valores em todas as formas de manifestação intelectual. Os primeiros, embora genuinamente convictos da*

*sua posição, permitem ainda um certo diálogo, apesar de a própria essência de sua posição dificultar uma maior abertura, de vez que ela traz, em seu próprio bojo, um elemento não racional que torna impossível a admissão de uma realidade objetiva. Os segundos, que infelizmente são os mais vociferantes e ativos, não querem saber de diálogo e não vêem obstáculos a serem ultrapassados no afã de impor a sua crença e com isto assumirem o Poder.*

*O absoluto ideológico substituiu o absoluto metafísico e teológico de épocas passadas da humanidade. É contra este absolutismo ideológico que este artigo se insurge. Não é fácil, em nossa busca da verdade, mantermo-nos totalmente escravos dos fatos e esforçarmo-nos para evitar que nossos preconceitos, estereótipos, valores, tendências cognitivas, interesses e atitudes os deturpem e os ofusquem. Esta tarefa, apesar de difícil, é a única honesta, digna e compatível com a intenção de buscar desinteressadamente a verdade. Para isto, faz-se mister que se permita a livre emissão de posições pessoais e que se incentive o diálogo entre posições conflitantes. A submissão do fórum acadêmico ao império de uma determinada ideologia constitui uma das mais graves ameaças à liberdade. Procuremos impedir que isto ocorra de forma irreversível, a fim de que se restabeleça no ambiente acadêmico uma atmosfera de busca desinteressada e autêntica da verdade e do bem.*

Aroldo Rodrigues, doutor em Psicologia pela Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), é professor titular de Psicologia da PUC-RJ.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 20/3/1979)

## ESTÁ ENTRE NÓS A GUERRA PELO CONTROLE DA OPINIÃO

Luiz Carlos Lisboa

*Nada autoriza a dúvida de que o processo de distensão política iniciado no Governo do Presidente Geisel seguirá sua marcha, previamente definida como gradualista, no Governo do Presidente João Baptista Figueiredo. A incerteza que assalta alguns setores do mundo político, agora acentuada coma intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, explica-se de um lado pela natural ansiedade de ver concluído um ciclo que se iniciou em 1968, e de outro pelo desejo ardente, de parte de conhecidas fatias políticas radicais, de iniciar o processo de desestabilização do regime para o qual se prepararam tão devotamente. Discretos e reduzidos segmentos da opinião públicas têm acompanhado os primeiros resultados desse processo de distensão, associando causa e efeito, nos seus desdobramentos e resultados.*

*À medida que o arbítrio afrouxa seus laços, dois fenômenos típicos acentuam seus contornos, revelando até que ponto as restrições à liberdade são perigosas e inadequadas no combate às formas importadas de totalitarismo. Um desses fenômenos é o fracionamento inadiável da oposição, que deve precipitar-se e multiplicar-se no futuro. Outro é a descoberta de focos de domínio e pressão ideológicos nas fontes e áreas formadoras da opinião pública, como universidades e veículos*

*de comunicação. As cisões na oposição parecem naturais, depois de um largo período em que várias tendências se aglutinaram para contestar, em uníssono, um adversário comum situado no poder. Menos compreensível é a revelação de uma outra censura, mais sutil e minuciosa que aquela que acaba de nos deixar, voltada para a produção intelectual e a preparação cultural dos que vão dirigir este país nos próximos anos.*

*Há muita paixão no ar em torno disso, naturalmente, mas há sobretudo – e isso não é de agora – muito lugar-comum e muito demagogia impregnando um assunto que antes não devia ser tocado sob pena de fazer o jogo da repressão que pesou sobre o País tantos anos. Sob a capa do arbítrio, hoje arremessada fora, descobrimos uma outra forma de intolerância, que todos havíamos sentido antes mas não denunciávamos temendo desencadear a violência num meio onde o direito de defesa era dificultado pelas leis de exceção. As denúncias feitas por professores da PUC, no Rio, e a agressividade típica dos desmentidos, bem como o vocabulário usado nessas respostas, caracterizam a presença do identificável flagelo da inteligência e da liberdade de pensamento que é a ideologia totalitária. A capacidade de pressionar, a sutileza das táticas e a simulação de propósitos – mesmo onde a liberdade autoriza a franqueza e a honestidade – são apenas meios que devem ser tolerados, segundo eles, quando os fins são alegadamente nobres e altruístas. Isso é veneno puro, nas veias de uma nação com problemas de inflação e às voltas com uma distensão política que quase todos querem mas que não se faz por milagre.*

*A conquista da sociedade de dentro para fora, proposta por Antônio Gramsci, tem conseguido o que Lênin nunca sonhou e Stalin desejou mas não obteve. A universidade é peça fundamental no processo paciente e diário de captura da opinião pública, a da classe média em particular. Não admira que os professores autores da denúncia na Pontifícia Universidade Católica do Rio tivessem merecido as atenções de professores, alunos, associações, notas e assembléias gerais. Aquelas denúncias atingiram precisamente a máquina de moer pensamentos que dirige a ação totalitária, e que se apresenta como aberta, flexível e democrática precisamente para, em nome da isenção, atuar como deve em termos de conquista ideológica e influência política. A galinha-dos-ovos-de-ouro da propaganda totalitária parece que foi atingida num dos seus pontos sensíveis, tantas foram as reações e tamanhos os petardos atirados contra os denunciantes. E vem a caça às bruxas, a tradição pluralista, a infame campanha, e em breve a oportuna descoberta de que as multinacionais e agentes de uma potência imperialista estão por trás dessas acusações contra o cerceamento da liberdade acadêmica.*

*Não há fantasia ou ficção que supere a realidade de nosso tempo, em matéria de ânsia de dominação política. A troca de argumentos cedeu lugar, há muito tempo, à desmoralização pessoal do adversário. Quando o novo Ministro da Educação, Sr. Eduardo Portela, diz que é contra toda pressão ideológica e acrescenta que o conhecimento dispõe de uma estrutura muito mais ampla do que a ideologia, está dizendo uma esquecida verdade e está sendo hábil ao mesmo tempo. Os mais contumazes beneficiários da pressão ideológica dizem-se também inimigos dela, de público. A*

*guerra incruenta que os totalitários movem contra a liberdade de pensamento, pretendendo condicionar a vida e o mundo à sua visão particular, conta com um arsenal de palavras tabus às quais se atribui alto poder pejorativo. As pressões são cruéis, as chantagens são implacáveis, o medo é explorado em todos os seus graus. Ser contra a pressão ideológica, assim como quem é contra a delinqüência, é muito pouco e muito óbvio.*

*As inverdades, as insinuações infundadas, as generalizações são armas antigas, usadas pela paixão cega em todos os tempos. Novidade pode ser o paradoxo do amordaçamento em nome da liberdade, o fechamento ideológico em nome da abertura política, a opressão em nome da democracia. Os que jogam com as palavras desse modo devem subestimar a inteligência não apenas a do adversário mas o do ser humano em geral. Não fosse isso, não estivesse todo esse drama apoiado num imenso erro de salvação acerca do ser humano, esses obcecados que pretendem instalar no mundo um só pensamento, como já estabelecem um só partido onde se instalam, não teriam dedicado tanto empenho à dominação do último lugar onde o monolitismo deve prevalecer, a universidade.*

(Transcrito do *O Estado de São Paulo*, 24/3/1979)

## UMA LINGUAGEM ENREDADA NELA MESMA

Luciano Zajdsznajder

*A querela que há pouco assistimos sobre os patrulheiros ideológicos e que agora se estende ao comportamento totalitário ou autoritário de marxistas no campo acadêmico é um fruto da abertura. Serve sem dúvida aos autoritários e totalitários do outro lado; e este foi sempre o temor daqueles que quiseram denunciar imposturas. O fato de que os marxistas encontravam-se entre os principais atingidos pelas ações mais terríveis do sistema autoritário exigia solidariedade e misericórdia, e impedia a crítica necessária. Não é, porém, porque se foi perseguido e torturado, que se terá sempre razão. Esta é a tragédia da política: os perseguidos não têm na perseguição uma justificativa eterna para as suas decisões e para os seus desacertos.*

*A querela do marxismo e do patrulhismo constitui apenas a superfície de um fenômeno muito profundo, o qual é em boa parte resultado do próprio sistema autoritário. O impedimento de um debate profundo sobre alternativas teóricas e sobre a variedade de ações práticas evitou que fossem realçadas as insuficiências da visão marxista e de sua prática. Vivendo várias formas de reclusão, sem maiores contatos com a luz, que a prática social lhes permitiria, os marxistas substituíram a busca da verdade pelo apelo à solidariedade, colocando em primeiro plano a sobrevivência da identidade do grupo.*



*Assim como impediu que o marxismo fosse examinado à luz do dia fornecendo-lhe mesmo inaceitáveis álibis – o sistema autoritário deu aos marxistas – e à esquerda em geral – a grande desculpa para jamais avaliar o que fora feito nos anos que antecederam 1964, e no período imediatamente anterior a 1968.*

*Após 1964, Cai Prado Júnior publicou A Revolução Brasileira, chamando a atenção para as baboseiras e trivialidades que se faziam passar por interpretação marxista da realidade brasileira. Outros rotularam o período – e os erros – de populismo e tudo parecia resolvido. Havia também a alternativa de pôr a culpa no imperialismo americano (e muitos americanos, com sua tendência inata ao sentimento de culpa, deram prestimosos auxílios neste sentido). Mas jamais alguém indagou como a teoria marxista pôde permitir que tantos embarcassem em rota tão equivocada.*

*Uma das grandes realidades do período anterior a 1964 é que a esquerda, trabalhistas, nacionalistas e outros, acreditavam piamente que a sociedade brasileira encontrava-se quase inteiramente de seu lado. O que se viu, porém, é que a derrubada do Governo ocorreu quase sem resistência e, ao contrário, com grande apoio de numerosos segmentos da população. De fato, aqueles simplesmente confundiam os seus discursos com a realidade. Estranho campo discursivo este - do marxismo e formas aparentadas – que parece ter pequeno poder persuasivo em relação ao interlocutor, mas que embriaga e cega quem nele ingressa.*

*Ninguém hoje se lembra das vozes acauteladoras de 1968, que chamavam a atenção para a infantilidade e mesmo insensatez de provocar os militares, de agredi-los com atos e*

*palavras. Não se havia aprendido a lição de 1964: de que aquilo que a teoria marxista previa como comportamento das massas não se dera. E depois de 1968, quando das tentativas de guerrilhas urbana e rural, ocorre outra demonstração de resistência ao processo de aprendizagem.*

*O que nunca se discutiu, basicamente pela dificuldade de admitir e avaliar os erros, é que o sistema autoritário pode avançar devido à demonstração de fraqueza e incapacidade do outro lado. Este avanço ocorreu tanto por efetiva inépcia na arte da luta social. (N.B.: não é preciso ser marxista para admitir a existência de conflitos de interesses na sociedade, e explicar boa parte da dinâmica social pela sua existência) quanto pela correlata distorção na percepção da sociedade.*

*O sistema autoritário poderá ser reforçado no futuro, não como pensam e afirmam alguns, se ocorrerem agitações, greves etc. Estes são fenômenos normais na luta social. O sistema autoritário será reforçado quando lhe for demonstrado que pode avançar tranqüilamente, porque os seus opositores são fracos, desunidos ou ineptos. Esta fraqueza, esta desunião, esta inépcia podem ser creditadas aos líderes, mas devem ser principalmente creditadas a uma ideologia social que impede mais corretas percepções da realidade e que distorce as orientações da prática.*

*O caminho para derrotar o autoritarismo e estabelecer as bases de uma autêntica democracia passa, hoje, pela crítica ao marxismo e aos marxistas. É uma crítica de visões da realidade, de orientações da prática, de estilo das ações e, ainda, de tendências autoritárias e totalitárias.*

*O marxismo é atualmente um conjunto de versões. Seguidores de Gramsci ou de Althusser, de Lenine ou de Rosa*

*Luxemburgo, de Togliatti ou Mão Tsé-tung encontram poucas bases em comum. Existe ainda uma herança intelectual marxista, que aproveita e aprofunda alguns conceitos de Marx, buscando separar contribuições mais permanentes de visões resultantes do contexto histórico-social original. Neste sentido, o legado de Marx tem a mesma validade do legado de Aristóteles ou de Hobbes e Maquiavel: profundos conceitos que, com a devida metamorfose, podem continuar a iluminar aspectos fundamentais da experiência humana.*

*Há, porém, um foco principal no marxismo que é de natureza autoritária e totalitária.*

*No Brasil, o marxismo que faz sentido discutir hoje em dia não é, senão por reflexo, algum dos supracitados. É um estado espiritual que pode-se apropriar de qualquer daqueles versos. É o marxismo dos frustrados e oprimidos, dos silenciosos e perseguidos. É o marxismo do ressentimento e da raiva. Tal forma espiritual está presente em muitos jornais da imprensa “nanica” e também no meio acadêmico.*

*Para entender este tipo de marxismo temos de lançar mão de idéias de Nietzsche e Scheller, que tão bem estudaram o ressentimento. Este é gerado pelo coração ferido, pelo valor não reconhecido, pela resposta não pronunciada e que envenena a alma, pela ação que não se realizou devido ao temor. Esta continuada frustração necessita de compensações no plano da subjetividade com a criação de ideais – mundos ideais onde as frustrações são superadas – ou com a formação de um estado de espírito que o idioma inglês chama de self-righteousness, a convicção de ser moralmente superior.*

*Este estado de alma produz a intolerância, o desprezo por outras posições e nenhuma receptividade à crítica. Produz*

*ainda uma visão distorcida da realidade e a busca de um purismo ideológico, que separa mais do que une. E, fundamentalmente, distorce o discurso e a prática. Presente naqueles que defendem posições justas – democracia, melhor distribuição de renda, fim da repressão e da censura – embaralha-lhes a luta por objetivos corretos com a necessidade de retrucar de qualquer maneira, com a frustração e as idealizações. Os faz prenderem-se a determinados princípios, que absolutizam, tornando-os incapazes de compromissos e distanciados de perspectivas mais pragmáticas.*

*Assim, esta mistura de um estado de espírito criado pelo sistema autoritário com alguma versão do marxismo tende a tornar-se, principalmente, um conjunto de termos, cujo sentido é freqüentemente emendando e remendado, menos para fazer frente à realidade do que para justificar crenças. Por maior valor que possuam, as expressões modo de produção, luta de classes tornam-se antes símbolos de uma comunhão mística, do que instrumentos de conhecimento e, portanto, criticáveis. Aqueles que não partilham do cargo místico de conceitos tornam-se suspeitos. De fato, o que temos é uma linguagem, enredada nela mesma, e que enfeitiça os seus usuários, como diria Wittgenstein.*

*Se este enfeitiçamento trouxesse apenas problemas privados para os seus usuários – como as neuroses – haveria pouco a lamentar. No entanto, tomando a força de uma ideologia social, pode-se tornar em grande obstáculo e embaraço na luta contra o autoritarismo. Por ser de base autoritária, não tem a flexibilidade para combater um igual. Por ter na base o ressentimento e a raiva, não tem a*

*paciência, a flexibilidade, a sabedoria para enfrentar a astúcia e a força do adversário.*

Luciano Zajdsznajder é chefe do Departamento de Estudos Organizacionais e professor de Política da EBAP, da Fundação Getúlio Vargas.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 25/3/1979)

## **UNIVERSIDADE, TOLERÂNCIA E DEMOCRACIA**

Vicente Barreto

*A difícil transição do regime autoritário para a democracia, entendida como o regime onde a liberdade e a igualdade encontram-se definidas e garantidas pela lei, torna-se ainda mais complexa quando ouvimos o estrepitar dos argumentos radicais. Onde se encontra, no caminho da democracia, a ameaça que nos fará cair de novo na armadilha do autoritarismo? É possível no Brasil, que viveu durante 14 anos a experiência autoritária, a criação de instituições democráticas, como a Espanha tenta neste momento depois de 40 anos de ditadura franquista? Quais as condições mínimas indispensáveis para o estabelecimento de uma convivência sobre a qual possamos instituir um Estado democrático? Terá a Universidade alguma função nesse processo?*

*À forte tradição autocrática da sociedade civil brasileira veio somar-se na República, a nível de Estado, a profunda influência do positivismo autoritário. Esta simbiose proporcionou-nos o regime varguista e o autoritarismo militar*

*dos últimos anos. A primeira e mais importante consequência desses regimes autoritários para o pensamento político brasileiro consistiu na dificuldade em discutir-se do ponto-de-vista racional, e não emocional, o que entendemos por Estado democrático e quais os seus pressupostos sócio-culturais.*

*Uma das manifestações do emocionalismo maniqueísta reside na simplificação do problema da ordem política. Adotamos no plano das idéias a mesma atitude dos coronéis do interior: para os amigos tudo, para os inimigos a lei, e quando esta não funcionar, a bala. Não percebemos com clareza que a ordem política democrática advém do exercício do diálogo, e que argumentos como não podemos confiar nos comunistas, dialogar com o marxismo é discutir com surdo, entre a direita e a esquerda é necessário escolher, tudo se justifica, pois durante 14 anos fomos torturados, oprimidos e mortos etc. etc. – expressam no fundo a permanência da mentalidade autoritária. O diálogo político torna-se esvaziado de sentido, deixando de ser um meio de explicitação de divergências para transmutar-se em instrumento de destruição do inimigo.*

*Neste sentido ganham importância e atualidade para o debate político brasileiro as reflexões de Tocqueville sobre a natureza da sociedade democrática. A democracia moderna, diz Tocqueville, não se limita ao modo do exercício do Poder. Ela compreende, evidentemente, a institucionalização da participação da sociedade civil nas decisões governamentais, da igualdade na distribuição dos benefícios sociais e da possibilidade do pleno exercício pelo homem da liberdade.*

*Os aspectos formais ganham dimensões na medida em que pressupõem a aceitação de alguns valores básicos da vida*

*social. Um desses calores é o de que procuramos através da democracia estabelecer entre os homens a civilização do diálogo, a civilização do Logos. Esta civilização deita suas raízes na vida política, a vita activa dos antigos, entendida como o mais alto grau de participação do homem na moldagem do seu destino. O Logos possibilita ao homem, na bela expressão de Isócrates, elevar-se acima dos animais, pois somente o ser humano pode usar a palavra alimentada pela razão.*

*Na verdade, a sociedade democrática moderna originou-se da aceitação a nível político da existência de interesses conflitantes na vida social, idéia esta que a nível econômico é o pressuposto da economia capitalista. Os interesses conflitantes, para que não se tornem mutuamente destruidores, devem ser regulados reconhecendo-se sempre o valor e a autonomia de cada um, individualmente. A concepção totalizante da sociedade nega, precisamente, este ponto.*

*A sociedade política estrutura-se na imaginação totalitária em função de um objetivo unificador, seja este objetivo a fidelidade ao reino de Deus ou a dedicação à redenção da classe operária. A cosmovisão totalizante engloba o indivíduo no mundo fechado de uma idéia a ser realizada no futuro de ouro, que sempre se distancia do nosso tempo histórico. A sociedade democrática pretende o oposto. O regime democrático objetiva a realização de metas concretas do homem, realizáveis a curto e médio prazos, não tendo, portanto, dimensões religiosas. A teoria democrática é laica.*

*Dentro a estrutura da sociedade democrática, com seus grupos de interesses diferenciados, torna-se necessário cultivar um estado de espírito – e a sua objetivação através de instituições políticas. A tolerância é este estado de espírito, e a democracia pluralista o sistema para realizá-la. O pluralismo organiza a convivência de interesses opostos, que se estruturam a nível da sociedade civil e fazem-se ouvir a nível do Estrado através dos canais de representação política. Este tipo de sociedade, em virtude de sua própria estruturação, necessita basear-se em grupos sociais que reflitam no seu próprio contexto o espírito e a estrutura da democracia pluralista.*

*A questão central no exame da função da Universidade na transição do autoritarismo para a democracia consiste, a meu ver, na reavaliação das características internas da Universidade brasileira e no sentido das relações do Estado para com ela.*

*Como todo grupo social integrado no processo de democratização do País, ela deverá funcionar como um sistema democrático. Parece válido lembrar que, como colocou o prof. Fernando Henrique Cardoso, não teremos Universidade democrática em um regime autoritário; mas, também, é preciso acrescentar que não teremos democracia sem a Universidade democratizada.*

*Eis o que parece ser o cerne do problema. As discussões sobre a liberdade acadêmica somente terão sentido caso recuperem a vida universitária para a convivência democrática através do estabelecimento do espírito de tolerância e a garantia da pluralidade ideológica de seus membros.*



*Esta tarefa torna-se frustrante quando supomos que a superação do vazio intelectual provocado pelos anos de autoritarismo – e, a bem da verdade, foram anos de intensa produção no campo da pesquisa em Sociologia, História, Antropologia, Economia, Ciência Política, Filosofia e Educação – será realizada pela adoção unilateral de uma postura ideológica. No entanto, a função das diferentes ideologias será fundamental para o processo democratizador da Universidade brasileira.*

*Por isso é importante e atual o tema levantado pelo prof. Luiz Alfredo Garcia-Roza (A Neutralidade Científica, in JORNAL DO BRASIL, 23/3/1979) sobre a impossibilidade do conhecimento científico neutro e objetivo. O prof. Garcia-Roza deixa, porém, sem resposta – talvez induza a uma resposta – a pergunta que se encontra implícita nesta discussão, ou seja, de como seremos salvos da ideologia dos ideólogos?*

*Sustentar que todo o conhecimento científico é ideológico não nos levará fatalmente ao esvaziamento do pluralismo acadêmico, à supressão da tolerância nas universidades e, como conseqüência, ao empobrecimento do conhecimento humano? Isto significaria, na melhor das hipóteses, a redução da vida intelectual na academia a um jogo de pequenos grupos ideológicos, suportando-se mutuamente, mas sem qualquer possibilidade de entendimento para o aperfeiçoamento da ciência e o progresso do espírito humano. teríamos então marxistas, tomistas, behavioristas, keynesianos, parsonianos, foucaunianos, freudianos, anarquistas e assim por diante, excluindo-se em vez de conviverem no objetivo maior de procura da verdade.*

*A resposta dada pelo autoritarismo a este problema consistiu na eliminação dos grupos divergentes da ideologia oficial. Tivemos esta experiência, em menor escala no Brasil, observamos o mesmo fenômeno levado às últimas conseqüências em Cuba, na União Soviética, no Chile, na Argentina, na China e outros países.*

*A discussão sobre o tema da tolerância obriga-nos a um esforço de precisão conceitual para que não nos percamos na divagação verbal. Na tradição do pensamento político ocidental, foi o inglês J..S. Mill que estabeleceu os parâmetros dentro dos quais podemos conceituar o que se entende por tolerância: Se toda a humanidade, menos uma pessoa, tivesse uma opinião, e somente um indivíduo tivesse a opinião contrária, a humanidade não teria razão de silenciar esta pessoa; da mesma forma que esta pessoa, tendo o poder, não teria razão em silenciar a humanidade. O inconveniente de suprimir-se uma opinião – continua Mill – consiste no dato de que, se a opinião está certa, os censores perdem a oportunidade de trocarem o erro pela verdade; se a opinião é errada, perdem o benefício da verdade, produzido em virtude do choque com o erro.*

*Na exposição de Mill encontramos os dois pontos essenciais para o entendimento da tolerância. De um lado, o fato de que a maioria não possui necessariamente a verdade; por outro, a constatação de que o conhecimento não se justifica por si mesmo, mas resulta do confronto entre opiniões diversas e a realidade. Claro que se colocam neste ponto todas as precauções que o pensamento moderno estabelece ao tratar do problema da realidade objetiva como critério avaliador da verdade. O que desejo enfatizar, porém,*

*refere-se às condições culturais e políticas para podermos discutir esses temas.*

*A função da Universidade não será, precisamente, dentro do clima da tolerância e garantido o pluralismo ideológico na vida acadêmica, o local indicado para este debate? No século XVIII, o Padre Luiz Antonio Verney chamou a atenção para o fato de que o diabo, que andava naquela época amedrontando crianças e adultos, não se aventurava em países onde se conhecia bem filosofia, medicina, leis e teologia. Os nossos temores se dissipam na medida em que procuramos estudar seriamente os assuntos, e o estudo sério exige a aceitação de idéias contrárias como condição para o próprio conhecimento. Não podemos estudar seriamente marxismo se não tivermos marxistas competentes nas universidades.*

*Os filósofos clássicos ensinavam que a virtude de uma coisa consistia naquilo que lhe aperfeiçoa a própria natureza. Assim, a virtude de uma faca seria o seu corte, a de um avião a sua velocidade. A virtude da democracia moderna é o pluralismo, como a da Universidade democrática é a tolerância. A tolerância, portanto, não exclui ideologias, antes as supõe. Na Universidade será testada a democracia moderna no Brasil, mostrando-se que a convivência democrática é possível e necessária para o futuro do país.*

Vicente Barreto é professor de Direito da Faculdade Cândido Mendes (Ipanema)

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 1/4/1979)

## NEUTRALIDADE ACADÊMICA

Luiz Alfredo Garcia-Roza

*A liberdade acadêmica, tal como é defendida pelo professor Aroldo Rodrigues em seu artigo (JB, 13.3), é como a neutralidade científica: um mito que visa a encobrir a mais sutil das formas de dominação do saber. Como é possível falar-se em neutralidade ou mesmo em liberdade quando estamos nos referindo a um tipo de produção do saber que é codificada, selecionada, distribuída e controlada por procedimentos e instituições cuja finalidade é a de manter dentro de limites precisos a produção deste saber? Como falar em neutralidade, quando esse tipo de saber procura se impor como norma de verdade para outras formas de saber? Como falar em liberdade e neutralidade, quando as noções, os conceitos e as categorias do discurso acadêmico expressam os valores de uma classe? Como falar em liberdade e neutralidade, quando a própria oposição verdadeiro-falso é decorrente de uma forma específica de produção discursiva e depende do manejo de instrumentos conceituais exclusivos de uma região do espaço social?*

*Se por liberdade entendermos a troca ritual e respeitosa de um saber produzido por uma elite intelectual que, dentro de seu próprio espaço e segundo suas próprias regras, tem o direito de opinar e de discordar, então o professor Rodrigues pode, com reservas, falar em liberdade. Mas se por liberdade entendermos a possibilidade de*

*questionar os dogmas sobre os quais se assenta a produção desse saber e, dentre eles, o da neutralidade científica, então, que me perdoe o professor, a palavra está mal empregada. Se mostrar a vinculação do saber com o poder é uma ameaça grave, se reconhecer a natureza política do saber significa perda da racionalidade e se o cientista assumir sua postura ideológica for visto como declínio da liberdade acadêmica, então não estamos falando da mesma liberdade.*

*O que fica claro no artigo do professor Rodrigues é que o compromisso ideológico é visto como um estigma para a ciência. Como se fosse possível um saber neutro; como se o saber não implicasse necessariamente uma forma de compromisso, sob pena de não estar dizendo nada sobre coisa nenhuma. É o modelo angélico imposto à ciência. Esta, deve ser como os anjos: não ter sexo. E se por um acaso sua sexualidade aparece, deve ser neutralizada.*

*O que devemos temer não é a parcialidade, mas a neutralidade do saber. Honesto e produtivo é o saber que declara sua parcialidade, pois que é nisto que reside precisamente o seu valor. A neutralidade científica é a forma mais sutil e, portanto, mais violenta de dominação. Porque se diz neutro, esse saber se coloca ao abrigo de qualquer crítica externa, a qual é vista como selvagem e como indigna de compartilhar o angélico espaço da comunidade dos sábios, Por ser neutro, ele está do lado dos deuses e, portanto, atacá-lo é cometer um pecado mortal.*

*Repito, o que nos ameaça não é a parcialidade, mas sim o seu ocultamento. É, na melhor das hipóteses, uma ingenuidade, alguém, nos dias de hoje, achar que algum saber possa ser produzido com independência de uma série de*

*condições materiais e ideológicas que se constituem no solo a partir do qual esse saber emerge.*

*A liberdade que se pede não é a da neutralidade, mas a que decorre da explicitação desse solo, da exposição clara do desejo que anima a produção do saber. Liberdade não é lutar contra anjos dessexuados mas o confronto aberto das vontades. Platão, Descartes, Newton, Marx ou Freud foram geniais e provocaram uma formidável transformação no saber ocidental, não por terem sido neutros ou imparciais, mas exatamente porque não o foram.*

*O professor Rodrigues cita um trecho de R. Atkinson que termina com a seguinte afirmação: O papel do psicólogo como cientista é apresentar os fatos e fazê-lo de forma tão isenta da influência de seus valores quanto possível. Mesmo em se aceitando as regras segundo as quais o saber científico é produzido, a frase escolhida pelo professor é muito infeliz. Se há uma coisa que um cientista não deve fazer é apresentar os fatos. Se Newton seguisse este conselho, nunca teria produzido o que hoje chamamos de mecânica clássica, pois nem gravitação, nem força, nem equilíbrio, nem nenhum dos conceitos fundamentais de sua Física pertencem ao mundo dos fatos.*

*Os conceitos de uma ciência não são descrições de fatos, mas produções que nos possibilitam ultrapassar o fato. Não existe dado considerado como um em-si ou como algo que se oferece docilmente à nossa interpretação. Todo dado já é uma interpretação e esta, sempre e necessariamente, é feita a partir de um lugar, seja ele científico ou não. O texto diz ainda que o psicólogo deve ater-se ao dado de forma tão isenta da influência de seus valores quanto possível. Isto é, no*

*mínimo, um psicologismo simplista. Não são os seus valores que se constituem como a ameaça maior, mas precisamente aqueles que constituem o dado como imutável, aqueles que asseguram a “objetividade” da realidade.*

*O que o professor Rodrigues não quer aceitar e que a racionalidade seja compatível com o que ele chama de politização do saber. A rigor, não há produção humana que não seja política, assim como não há saber desvinculado do Poder. Politização do saber não se opõe a diálogo sadio, respeitoso e produtivo a menos que se considere doença e falta de respeito o confronto de opiniões.*

*O motivo declarado do artigo está, porém, na denúncia de uma forma de ditadura intelectual de cunho esquerdista nas universidades. Se esta ditadura existisse, eu faria questão de combatê-la juntamente com o professor Rodrigues. Creio, no entanto, que a denúncia contida no artigo caracteriza uma distorção perceptiva ou, pelo menos, uma falta de memória.*

*A universidade brasileira conheceu nos últimos 15 anos um dos maiores expurgos de que se tem notícia na História do País. Na maioria dos casos, sem nenhum procedimento legal e sem o menor direito de defesa, uma quantidade formidável de professores foi presa, aposentada, demitida, extraditada, por motivos exclusivamente ideológicos. E não diga o professor Rodrigues que isto foi obra dos marxistas. Quantos professores e pesquisadores tiveram suas carreiras cortadas, suas vidas vigiadas, seus trabalhos impedidos de serem publicados, seus corpos diretamente atingidos? Como deve ser rico de intelectuais um país que se dá ao luxo de mandar embora homens do gabarito de um Celso Furtado ou de um Paulo Freire.*

*Diz ainda o professor: Faz-se mister que se permita, numa universidade, a liberdade de opinião... que se estimule a posição divergente. Isto foi o que fizeram Paulo Freire, Celso Furtado e dezenas ou centenas de outros professores atingidos pela repressão. O que e parece mais verdadeiro é que nos últimos anos aqueles intelectuais, que gozaram da proteção do poder instituído, ficaram ao abrigo da crítica decorrente do debate livre e das posições divergentes e agora, que um espaço se abre para tais debates, sentem-se ameaçados e acusam seus críticos de exercerem uma ditadura intelectual marxista.*

*Ao final do seu artigo, o professor diz ainda que nem sempre uma abertura democrática pode melhorar este estado de coisas. O que me deixa pensando.*

Luiz Alfredo Garcia-Roza é professor de Filosofia e de Psicologia na UFRJ.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 23/3/1979)

## **ENSAIO DE CAÇADA**

Franklin de Oliveira

*A inteligência brasileira está sendo colocada diante de um ensaio de caçada às bruxas que ao pode deixar de repelir sem correr o risco de chafurdar na mais abjeta covardia. É preciso repeli-lo com energia, para que a liberdade intelectual*



*possa desempenhar entre nós o seu papel de condição básica à consecução de um projeto de vida social mais justo e racional. Precisamos não esquecer que a perda da liberdade política, célula de todas as outras franquias humanas, é a primeira consequência do garroteamento da liberdade intelectual. Quando a busca da verdade e o esforço para reduzir o sofrimento humano são bloqueados pelo obscurantismo, a intolerância e a difusão do medo, são somos lançados nos devãos do terror cultural. Arremessam-nos simultaneamente no lodaçal em que afundam todos os valores humanos.*

*Esse, e não outro, é o caso da escura campanha deflagrada aqui no Rio contra a PUC, mas que não se limita a envolver nas suas malhas macartistas essa instituição cultural. Acionou a investida uma maquinação matrimonial – a do professor Aroldo Rodrigues, do Departamento de Psicologia da PUC, e de sua esposa, professora Anna Maria Moog Rodrigues, do Departamento de Filosofia do mesmo centro de ensino superior. Enquanto os professores José Artur Rios e Antonio Paim desembainhavam suas fulgurantes espadas contra a PUC, em Brasília o deputado Célio Borja – felizmente não foi estacionar no MEC – assomava à tribuna parlamentar para discorrer com seu ponderado e – por que não dizê-lo? – esmaltado saber jurídico sobre os riscos que corre a liberdade acadêmica, afrontada pela intolerância ideológica. Mandou às urtigas a sua prudente filosofia arenista de que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém e, com resoluta bravura, assumiu a defesa da academic freedom, sem contudo reparar que aquela defesa não se confunde com a prática da delação e do dedodurismo. Um bom advogado, antes de se empenhar na causa de seus*

*clientes, precisa de ver o que está nos autos, e eis o que não fez o emérito jurista. E o que está nos autos?*

*Em primeiro lugar, como peça de acusação, um torrencial artigo do professor Aroldo Rodrigues, em que não se limita a investir contra a PUC carioca. Arremete contra toda a Universidade brasileira. E como se esta fúria predatória não lhe bastasse ao reacionarismo congênito, incluiu no seu libelo a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (São Paulo), a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas e a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, convertendo todo esse universo cultural em máquina diabólica de difusão do marxismo. Segundo o referido psicólogo, o sistema universitário brasileiro é um imenso laboratório obstinado em produzir aquilo que os japoneses chamam de kikenhisso – pensamentos perigosos. Ora, o fato que deflagrou essa ira dementada foi o episódio da organização de uma apostila, na qual um texto do professor Miguel Reale foi substituído por um outro texto do filósofo vienense Karl R. Popper.*

*Não sei se o texto do professor Reale foi extraído de seus livros iniciais como O Estado Moderno, Formação Política Burguesa, O Capitalismo Internacional, ou de outras mais recentes, como Direito e Teoria do Estado, Horizontes do Direito e de História ou Nos Quadros do Direito Positivo. A referência à fonte de onde promanou o texto do professor Reale é aliás inteiramente irrelevante, não tendo sentido saber se ele é dos tempos em que o autor era ideólogo do Integralismo ou se dos tempos em que renunciou à posição de teórico do sigma. Em qualquer dos casos, a substituição do*

*texto estaria conforme a orientação pluralista que enformou a organização da apostila, a qual alberga filósofos como Platão, Santo Tomás de Aquino, Descartes, Sartre, etc., portanto pensadores selecionados segundo critério rigorosamente antiortodoxo e antidogmático. Um critério pelo menos ajustado ao lema de São Paulo n Primeira Epístola aos Coríntios: Oportet haereses esse – é necessário que haja heréticos...*

*Em que – perguntar-se-á – a substituição de um texto do professor Reale por um outro de Karl Popper implicou violação do princípio o pluralismo cultural? Em que ela significou quebra da liberdade acadêmica? Em que essa troca comprova a derrocada das normas de *Lehrfreiheit* (liberdade de ensinar) e da *Lernfreiheit* (liberdade de aprender)? Na troca a academic freedom ficou intacta. E ficou incólume a liberdade acadêmica porque o texto do professor Miguel Reale não foi substituído por um texto de Georg Lukács, de Karl Korsch, ou mesmo de Marcuse, de Adorno, e Horkheimer ou de qualquer representante da chamada filosofia dialética, ou sequer de alguns dos ditos marxólogos, ou seja: estudiosos de Marx que, o sendo, não são necessária e consequentemente marxistas. Aquela substituição não implicou em nenhuma manifestação sectária, em nenhum ato de patrulhamento ideológico. E não se revestiu de tais características, como querem fazer crer aos inadvertidos os arreganhos policialescos contra a PUC carioca, precisamente porque o texto que substituiu o do professor Reale é o de um severo adversário do marxismo: o austríaco Karl R. Popper.*

*Pelo alto nível de suas preocupações intelectuais, que abrangiam a física, a história e a filosofia da ciência, a*

*epistemologia, a lógica matemática, a sociologia e a política, o pensador vienense não podia ser um antimarxista histórico: adotava frente a Marx uma postura analítica, fundada no liberalismo que professava. Popper, que nos falou de uma teoria conspiracional da ignorância, disse, numa conferência pronunciada em Amsterdã: Sou racionalista, quero dizer, crio no debate e na argumentação. E em outra conferência, em Bruxelas: “O marxismo e o fascismo foram derrotados, mas devo admitir que a barbárie e a brutalidade não foram derrotadas”.*

*De sua posição política o documento mais peremptório é o livro The Open Society and Its Enemies, hoje, graças a uma editora mineira, acessível ao leitor comum. A posição antimarxista de Popper infiltra-se inclusive em obras que não versam temas políticos ou afins, como Conjectures and Refutations – The Growth of Scientific Knowledge. A escolha do texto de Popper é, portanto, o mais categórico desmentido de que a PUC se transformou uma central de marxistização da juventude universitária. Ou se está querendo que ocorra com a PUC carioca o mesmo que ocorreu com a PUC paulista em 1977?*

*A ignorância não pode ser invocada para justificar essa explosão de ultramontismo, porque não se pode compreender que professores universitários desconheçam Karl R. Popper. Resta a hipótese da má fé. Não se trata de inépcia, de inópia, de indigência cultural. É um caso típico de insídia, de ardil, de trama. Porque só à base do caviloso pode-se entender que pensadores católicos como Alceu de Amoroso Lima tenham sido tachados de partidários do totalitarismo, e que o padre Henrique C. de Lima Vaz tivesse sido classificado de marxista*

aberto da Ordem dos Jesuítas. *No entanto, essas imputações foram feitas pelo professor Antonio Paim.*

*Ora, o País todo sabe quem é Alceu de Amoroso Lima. Desnecessário demonstrar a capciosidade da ignonímia. Quanto ao padre Vaz, devido à natureza especializada do seu labor, impõe-se algum esclarecimento. Esse sutil mineiro de Ouro Preto estudou Teologia e Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma, onde foi discípulo de Joseph de Finance, autor de um lúcido ensaio sobre Maritain. Homem de formação escolástica, não é, porém um tomista opaco. Helenista, a herança grega refulge límpida no seu espírito, como testemunha o seu grande ensaio sobre a dialética de O Sofista (Platão). Gabriel Marcel, Mounier, Lavelle deixaram sua influência no autor do Universo Científico e Visão Crista de Teilhard de Chardin. Voltado para os grandes problemas do nosso tempo, o padre Vaz não poderia ignorar Marx, diante do qual porém mantém atitude rigorosamente crítica, como documenta seu belo livro Ontologia e História.*

*Em seu volume História das Idéias Filosóficas no Brasil, o sr. Antônio Paim dedica cerca de seis páginas ao padre Henrique de Lima Vaz. Depois de salientar a preocupação, que é central na reflexão do padre Vaz, com o sentido da existência humana, escreve o professor Paim: O interesse por essa dimensão e uma certa pressuposição de sentido, decorrente de sua visão cristã da história, impõem extrema rigidez de limites à meditação do ilustre pensador. Mas sem dúvida num nível capaz de assegurar-lhe lugar de destaque no pensamento filosófico do Brasil contemporâneo (página 261). Vê-se que o elogio ao pensador não exclui reparo a uma extrema rigidez de limites. Mas rigidez decorrente de quê? Da*

visão cristã da história. *A esta visão cristã mantém-se fiel até hoje o padre Vaz, como se pode verificar em seu último ensaio, há pouco editado – Antropologia e Direitos Humanos – enformado pela antiga posição crítica face a Marx. Qual pois o inconfessado fundamento do ataque? E afinal, desde quando ser marxista, ou marxólogo, é delito, exceção feita para os nazistas? Do sr. Antônio Paim pela sua conhecida formação cultural (estudou inclusive na Faculdade de Filosofia da Universidade de Lomonosov, em Moscou) não se poderia esperar qualquer tipo de participação em surtidas obscurantistas. Mas ei-lo levando ingloriamente água ao moinho da direita.*

*Num belo artigo sobre a sintomática denúncia contra a PUC carioca, o sistema universitário brasileiro e nossas instituições culturais, o professor Luís Alfredo Garcia-Roza, titular das cátedras de Filosofia e Psicologia da UFRJ, chamou a atenção para o fato de o agente principal da delação policialesca, sr. Aroldo Rodrigues ter concluído o seu aranzel com significativo voto de desconfiança na abertura democrática. Como não há crime perfeito, eis que deixou claro o fim que persegue: o retorno do país aos tempos de repressão e do terror cultura.*

Franklin de Oliveira é jornalista, escritor e crítico de literatura e música, além de estudioso do patrimônio cultural brasileiro.

(Transcrito da *Folha de São Paulo*, 28/3/1979)

## A APOSTILA DA PUC

Olinto A. Pegoraro

*Já é possível ler com serenidade a apostila História do Pensamento, que tanta celeuma levantou na PUC. Agora, ficou mais volumosa com o acréscimo de um novo e largo capítulo, feito de recortes de jornais desiguais em seu conteúdo e nem sempre à altura do debate intelectual. Mas a apostila se deixa ler também da seguinte maneira:*

1. Felizmente, há unanimidade quanto à condenação incondicional de qualquer tipo de censura. Nunca foi outra a posição do Departamento de Filosofia da PUC. E não podia ser diferente pois a arma da filosofia é a crítica e não a tesoura. A crítica é a força da razão que analisa proposições e sistemas, ora aceitando-os ora abandonando-os a partir de argumentos. Mas a censura é a razão da força que, nos últimos tempos, tem sido praticada não só sobre textos mas desgraçadamente sobre cabeças, silenciando-as ou até afastando-as do convívio nacional. Um ou outro artigo censor de cabeças correu em socorro da apostila pretensamente censurada. Conversão: Busca de um lugar no espaço de liberdade duramente conquistado pela comunidade?

2. Os filósofos, com espanto e alegria, viram de um momento para outro, a filosofia ganhar páginas inteiras nos principais jornais. Este é um fato novo nos últimos tempos. Pois, em nome de certo conceito de desenvolvimento relegou-se toda a forma de saber que pudesse questionar ou propor

modelos alternativos. A filosofia é essencialmente questionante, crítica e dialética. Por causa disto será sempre silenciada pelo arbítrio, pelos esquemas desenvolvimentistas meramente quantitativos e pela conseqüente política de verbas. Hoje esta violência começa a ceder graças ao paciente esforço da comunidade universitária para recuperar um espaço de debate livre e construtivo.

3. Os filósofos, instaurando o diálogo com a comunidade através da imprensa, esforçaram-se para repor o ensino da filosofia no segundo grau. E isto não por mera razão de mercado de trabalho. Mas, antes de tudo, para ajudar os jovens, desde os primeiros anos de estudo, ao posicionamento crítico face ao mundo, às estruturas sócio-políticas e ao meio cultural em que vivem. O posicionamento crítico é uma das maiores carências de nossa cultura, fomentadas pela própria legislação do ensino. Os jovens estão ameaçados de serem tragados pela avalanche de informações desencontradas e pela civilização consumista. Daí decorrem a ausência da mínima ordem lógica numa simples prova de vestibular, o desinteresse pela língua pátria e a falta de interesse pela cultura em geral. É preciso que os jovens, desde os primeiros anos escolares, aprendam a discernir, criticar a optar. A isto se chega pela paciente comparação de situações, modelos de vida, desenvolvimento e cultura. Para o exercício do discernimento, ajudam poderosamente os pensadores antigos e contemporâneos.

Para formar espíritos abertos há que criar estruturas de ensino flexíveis. Não será através dos professores *polivalentes* nem dos professores em *humanidades* que se conseguirá essa



meta. Com efeito, os professores *polivalentes* e os professores em *humanidades* são produtos de mentalidades educacionais estreitas e filhos de um sistema burocrata e decadente.

4. A filosofia crítica incomoda aos que a vêem como ilustração, como saber profundo que se satisfaz com a exposição dos grandes sistemas. Mas filosofia não é só isto. Os filósofos sempre se interrogam sobre as causas últimas das coisas e da existência em geral. Mas, sobretudo em nossa época, e em nosso continente, esta indagação precisa estender-se urgentemente às causas imediatas. A pergunta pelas causas últimas dos entes é tão digna de debate filosófico como a questão das causas últimas das favelas, da miséria e da fome. Aqui se coloca a grande questão da justiça e da eticidade dos modelos sócio-econômicos e culturais que criam tamanhas diferenças entre seres da mesma dignidade. Por questões semelhantes, Sócrates perdeu a cabeça e Aristóteles teve de abandonar Atenas.

Nos tempos que correm, este tipo de filosofia não interessa aos regimes fortes. Estes preferem que o pensamento fique entre os muros universitários, fazendo ciência *pura*, universal e *neutra*. Esta mentalidade esterilizou as universidades. Tomemos como exemplo o estudo da liberdade. Este tema poderia ser estudado nos tratados dos grandes mestres da Grécia, de Roma e dos tempos modernos. Mas este esforço sincero de pouco ou nada valeria, se não viesse a situar o problema da liberdade no mundo contemporâneo, em nosso continente e em nosso país. Esqueceríamos que a liberdade, antes de ser uma teoria, é uma prática. É o exercício da consciência da comunidade encarnada nos sindicatos, nos

grupos de intelectuais, nas comunidades religiosas etc. É esta consciência encarnada que pouco a pouco abriu fendas nas paredes dos atos de arbítrio e nos muros das leis de segurança fazendo antever dias de sol. Se o tema da liberdade não trata disto se torna uma mera especulação que provoca zombaria ou sono.

5. No fundo, o episódio da apostila da PUC vem colocar em público, nos jornais, o debate entre o saber *puro* e o saber para a comunidade. O mais simples instrumento de trabalho numa sala de aula serviu para colocar o sentido da Universidade n seio da sociedade. Com efeito, se o papel da Universidade é transmitir ciência *pura* ou formar jovens para disputar vagas no mercado de trabalho, preparar operadores de multinacionais e técnicos para pequenos grupos que dominam a comunidade, então a estrutura universitária atual e seus currículos são mais que suficientes. Mas se a função da Universidade é formar espíritos críticos, cientistas e sábios debruçados sobre os verdadeiros problemas da comunidade, então nossas universidades, departamentos e currículos deverão submeter-se a uma total rearticulação e reorientação. Coloquemos aqui, rapidamente, algumas bases desta reestruturação:

a) Cabe a toda universidade fazer luz, explicitar a realidade atual do modo mais completo que seja dado às forças humanas, A verdadeira ciência é um processo de iluminação e libertação do homem e da natureza.

Mas infelizmente em muitas universidades o saber reduz-se a um conjunto organizado de proposições a serem

fielmente transmitidas. No caso da PUC, nada seria mais anticatólico do que esta atitude. A própria força evangélica impele a criar caminhos novos, pois o Mestre definiu a verdade, como um caminhar (Jo. 14,6). A verdade é contínua busca em todos os níveis: empírico, científico e teológico.

b) Buscar a ciência em plenitude. Não basta que os jovens aprendam as melhores e mais profundas formulações científicas. Nem basta que saibam aplicá-las com a mais rigorosa técnica. Tudo isto deve aliar-se ao debate sobre a oportunidade e prioridade do empreendimento técnico-científico. Isto é, toda ciência precisa chegar ao momento político. O momento político está intrinsicamente ligado ao momento científico. Sem esta preocupação, a ciência permanece livresca e alienada do movimento de manifestação da realidade, que nada mais é do que a libertação do homem e da natureza.

c) Produzir ciência crítica. Falando de PUC, e profundamente cristã a idéia da instabilidade e da transitoriedade. E nada mais anti-cristão do que a dogmatização dos modelos. Por isso, na Universidade e de modo especial na Católica, dever-se-ia instaurar a autocrítica no sentido da crítica dos fundamentos. Este procedimento torna mais criativa a ciência.

d) Formar espíritos críticos, sempre mais abertos e atentos ao dever da realidade histórica local, nacional, continental e mundial. O espírito verdadeiramente científico não se satisfaz com abstrações mas procura encarnar seu saber,

ou melhor, procura que o saber surja da realidade que o cerca. Por outro lado, a atitude estática desenraíza a universidade da realidade, transformando-a em mero lugar de distribuição de diplomas que melhoram o *status* social do candidato.

e) Em síntese, cabe à universalização convocar tanto a tecnologia como as ciências humanas a exercer a crítica de denúncia da situação conjuntural, em nome da ciência, dos valores sociais e ético-religiosos.

f) A prática da interdisciplinaridade é ambígua quando circunscrita aos muros universitários e ao *diálogo interdepartamental*. Mas a interdisciplinaridade encontra seja motivação fundamental nos objetivos básicos da universidade como serviço crítico no seio da sociedade, a partir de suas camadas mais pobres, periféricas e marginalizadas. É neste serviço que podem articular-se frutuosamente as várias disciplinas e mesmo os mais diferentes departamentos. A tecnologia e as ciências humanas se encontrarão dialogando sobre situações concretas e desafiantes, que demandam a mais elevada capacidade científico-teórica e prática.

*Provavelmente este ideal universitário não corresponde aos modelos praticados em outros continentes. Mas talvez corresponda à nossa situação, a nossa demanda científica. É o que basta.*

Olinto A. Pegoraro é professor da PUC-R J e presidente da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 28/3/1979)

## MARXISMO E LIBERDADE ACADÊMICA

Eurico de Lima Figueiredo

*O artigo o prof. Aroldo Rodrigues (JB de 18/3/79) desencadeou acirrada polêmica na comunidade acadêmica, com amplas repercussões na sociedade em geral. Ele se consubstancia em perigosas generalizações a respeito da vida universitária brasileira que, talvez por simples inadvertência do autor, podem servir a inconfessos objetivos. Embora o alvo principal do seu ensaio sejam os departamentos de ciências humanas e filosofia da PUC-R J, onde leciona, o escopo de sua investida é declaradamente maior: afirma-se abertamente que professores e alunos das nossas universidades estão comprometidos com manifestas intenções totalitárias. Suas investidas atingem não só os trabalhos no âmbito das ciências do homem, como também aqueles que exercem suas atividades no campo do saber natural. E nem as associações docentes e discentes escapam de seus ataques.*

*Não pertencendo ao quadro de professores da PUC, não deve caber a mim discorrer sobre a realidade que, segundo o professor Aroldo Rodrigues, no momento caracteriza aquela instituição. A hierarquia superior da PUC, assim como mestres e estudantes, durante estas duas últimas semanas, já se pronunciaram intensamente sobre o problema do ponto-de-vista que lhes é específico.*

*Como seu colega em outra universidade, numa área à dele, estou particularmente interessado nas suas teses mais gerais. É neste sentido que pretendo sustentar que o prof. Rodrigues exhibe uma compreensão estreita do que seja liberdade acadêmica, dela derivando falaciosas ilações a respeito da vida acadêmica nacional; que ele omite as dificuldades subjacentes ao conceito de neutralidade científica, que trata uma hipotética (e já aqui adianto: estapafúrdia) penetração hegemônica do marxismo nas universidades brasileiras como denuncia, e não como sério problema de uma Sociologia do conhecimento; que, na verdade trata o marxismo não como complexa questão teórica, e sim como mera mistificação, sendo que, ademais, tal tratamento conduz a graves implicações político-ideológicas no momento atual do País. Paralelamente a isto, quero opinar dizendo que o professor Rodrigues evidencia uma intolerante compreensão do papel das associações docentes e discentes na presente conjuntura nacional. E que, de igual modo, seu entendimento a respeito da atual crise vivida pela Universidade brasileira é não apenas simplista, mas necessariamente sectário e tendencioso. Pretender que o seu posicionamento, por fundamentar-se em argumentos vazios irá se perder por si mesmo, como propôs alguém na semana passada, poderá passar por cômoda atitude. Mas jamais por vigilante compreensão dos graves subentendidos contidos nas suas colocações.*

*A primeira das teses – a liberdade como pressuposto mesmo da atividade acadêmica – não deverá sofrer, em termos substantivos, qualquer reparo. No entanto, ao contrário do que parece supor o prof. Rodrigues, o direito de pensar e de*

*propiciar a livre opção não é apenas uma questão de orgulho ou nobre apanágio das comunidades universitárias. Não caberia recuperar aqui, evidentemente, a complexidade de uma discussão que, em termos apropriadamente sistemáticos, iniciou-se na Grécia antiga e atinge nossos dias nas densas reflexões de Heidegger, Husserl, Sartre. Mas, dentro de uma abordagem trivial e preliminar como esta, pode-se dizer, de início, que a questão da liberdade científica é apenas um tópico que se articula necessariamente com o problema maior da liberdade humana em geral. E que, em seguida, tal questão, para ser retomada, deve volver até o Renascimento, quando os precursores da ciência propuseram que o seu método não poderia sujeitar-se às premissas metafísicas e teológicas que, até então, fundamentavam o conhecimento filosófico.*

*É precisamente neste sentido que pode-se surpreender a proposta da ciência, já no seu nascedouro, como ato de protesto, como projeto emancipatório, como declarada rebeldia contra o saber estabelecido. Ganha aí relevo a lição de Bachelard: toda verdade nasce apesar das evidências, toda experiência nasce apesar da experiência imediata. Deverá ser por isto que não deverá haver filosofia da ciência que não coloque a liberdade de optar, de discordar, de buscar o original no centro de uma epistemologia e ontologia do formato científico. Porque, se o homem tem a liberdade de criar, é porque deve ter igualmente a capacidade de se indagar sobre o que fazer, com o seu conhecimento, sendo que sérias relações entre ideologia e ciência estão contidas neste espaço de discussão. Certamente, entretanto, em nenhum caso, a liberdade acadêmica pode ser reduzida à mera expressão de uma etiqueta reguladora das tertúlias universitárias.*

*Associada a esta compreensão da liberdade acadêmica, o prof. Rodrigues coloca dogmático entendimento do que percebe como neutralidade científica. Para evidenciar sua posição, socorre-se de um pretensioso argumento de autoridade (o do prof. R. C. Atkinson) que propõe que todo o esforço deve ser feito para separar-se a, por assim dizer, cidade da ciência da cidade do cidadão, evitando-se o que o professor americano denomina de politização do saber. Trata-se, por certo, de válida postura no que diz respeito às relações entre ciências e valores. Não pode, contudo, pretender o prof. Rodrigues que este posicionamento tenha alcançado o unânime consenso da comunidade científica internacional, podendo-se assim, e in limine, descartar um matizado espectro de outras posições igualmente legítimas. Na razão do que o prof. Rodrigues entende por neutralidade científica está a suposição de que, no âmbito das ciências humanas, comprova-se a vigência dos mesmos critérios de elaboração e comprovação peculiares a qualquer ciência empírica. Já no século XIX uma proposição que esta encontrava forte oposição na chamada escola histórica alemã, que advogava o caráter único e irrepetível dos fatos humanos, tendo por isto mesmo tais eventos não objetiva, “bruta” configuração, mas singular significação. Se o trabalho de um Weber desenvolve-se a partir deste último ângulo, o de um Durkheim delinea-se a partir do primeiro, ambos, entretanto, firmemente gravitam no âmbito da razão analítica. A proposta de Marx, em contrapartida, já se insere numa forma de representação da realidade, a razão dialética, e é por isto que as relações entre ciência e ideologia não podem ser devidamente avaliadas fora do horizonte que lhes é específico, padecendo igualmente de solidez as teorias e*



*conceitos que trafegam de um plano (analítico) para outro (dialético), sem se dar conta dos obstáculos epistemológicos que permeiam seus caminhos. Um encaminhamento preliminar do problema deverá iniciar-se por recuperar tais distinções, inclusive porque só assim poderá situar-se no atual contexto do debate metodológico. Mas não se poderá admitir que a neutralidade científica possa ser assumida como questão plenamente suscetível de acordo entre os cientistas humanos. A não ser, claro, que se queira impor dogmaticamente seu ponto-de-vista.*

*Da liberdade acadêmica como pressuposto mesmo das atividades do pensamento científico, deriva o prof. Rodrigues falaciosas ilações em relação à presente conjuntura intelectual brasileira. Ele escreve: é quase impossível emitir-se uma opinião no ambiente acadêmico de hoje e tê-la ouvida, respeitada e discutida honestamente, a não ser que ela seja de conotação esquerdista e, de preferência, marxista. E prossegue: isto é ofuscantemente verdadeiro não só nas áreas do saber social... mas também, por incrível que pareça, nas áreas do saber natural. Colocada, num primeiro instante, entre parênteses a esquipática hipótese de que o marxismo tornou-se hoje ideologia oficial do saber nacional – que é, prima facie, pelo menos esotérica – cabe mostrar o peculiar entendimento do professor a respeito da liberdade acadêmica. Isto é, admitindo por absurdo que o marxismo tivesse alcançado a hegemonia proposta, como supor, aí, uma ditadura ideológica? Não estaria, neste caso, o prof. Rodrigues cassando da maioria o direito de optar, entre diversas posturas metodológicas e teóricas, pelo marxismo? Sabido que o professor não pode negar que o marxismo no Ocidente*

*penetrou em todas as universidades como instrumento de análise científica (existem marxistas em Oxford, Harvard, Berkeley, Heildeberg etc.), é preciso apontar que ele acaba por cair na armadilha por ele mesmo feita. O prof. Rodrigues afirma a sua liberdade de discordar, mas simplesmente não suporta a divergência dos outros em relação às suas posições. Na verdade, a concepção que tem de liberdade é, em si mesma, autoritária: procurando defender a liberdade de discordar, parece não perceber que o que está precisamente em jogo é a humana capacidade de optar, de discordar, de preferir. Na sua prática cotidiana, todos, inclusive os cientistas e os filósofos, segundo as regras específicas do seu método, selecionam, discriminam, hierarquizam. Somente de modo tendencioso poder-se-ia interpretar o ato de selecionar, discriminar, hierarquizar, como imposição. Pode-se até mesmo, se se desativa previamente os seus mecanismos de denotação e conotação, utilizar-se a palavra censura e dizer-se que o intelectual é um eterno censor. Mas, neste sentido, censura quer dizer discordância a partir da precisa, crítica e sistemática discussão dos conceitos e teorias.*

*Pode-se agora recolocar em rápido exame a estapafúrdia tese de que o marxismo entronizou-se como dono do conhecimento nacional. Supondo-se, ainda mais uma vez, para argumentar, que se trata de válida hipótese, estamos por certo ao nível das questões relativas à Sociologia do Conhecimento. Neste caso para investigar seriamente o problema, o pesquisador deverá envolver-se gradualmente com o seu objeto, indagando as origens do marxismo na história intelectual brasileira. Seria mister estabelecer uma cronologia, propor etapas de seu desenvolvimento, precisar a*

*sua situação atual. Não poderia, sem dúvida, passar despercebida ao analista a decifrada perseguição que, desde 1964, muitos marxistas têm sofrido, sendo que significativo número não se filiou a qualquer organização político-partidária. Poderá, neste sentido, cogitar o investigador que o crescimento da penetração marxista esteve associado à escalada repressiva empreendida, após aquela data, pelo novo regime. Encontrará, porventura, o pesquisador fortes evidências de que muitos intelectuais, sem esposar convicções marxistas, foram igualmente atingidos pela onda inquisitorial, na medida em que se opunham ideologicamente ao novo sistema de forças. Possivelmente poderá o analista, no decorrer de sua pesquisa, encontrar indícios concretos que mostrem como é que muitos desses que não eram marxistas, ao se aproximarem mais criticamente das idéias do autor de O Capital acabam por se convencer das excelências de sua construção teórica. Tudo isto, com efeito, poderá ocorrer. No entanto, a seriedade do investigador, e o teste de sua competência, dar-se-á desde o início quando tiver de se defrontar com um sério obstáculo epistemológico: como definir seu objeto e, mais ainda, como adequá-lo ao contexto brasileiro de sua investigação. Pois qual marxismo ele estará tendo em vista, o de Marx e Engels (mas como, se alguns vêem neste segundo posições antimarxistas?) e, dentro da obra marxista, como examinar o problema althusseriano da ruptura epistemológica entre o jovem Marx e Marx maduro? Como propor uma eficiente taxionomia do marxismo onde estejam devidamente classificados Lênin, Lukács, Gramsci, Althusser, entre muitos outros igualmente importantes? Como*

*reencontrar, na sociedade brasileira, as projeções dessas cisões e posturas?*

*Na realidade, todavia, o prof. Rodrigues não trata o marxismo como tema de Sociologia do Conhecimento. Ele simplesmente assume, primeiro, que o marxismo tomou conta do saber nacional e que, segundo, está condenado ao ostracismo aquele que discordar dos seus ditames ideológicos. Colocar tais afirmações, sem escorá-las convenientemente na demonstração empírica, não é apenas fácil; é, antes, grave levandade de quem parece desconhecer que o seu texto se localiza no contexto atual da sociedade brasileira. Que o marxismo não tomou conta do consenso científico nacional é fácil saber: basta apenas estar a par da produção intelectual realizada, vamos dizer, nos últimos 15 anos. Cito, por exemplo, a minha área de competência profissional específica, a Ciência Política, onde inclusive é necessariamente mais intenso o problema das relações entre a ideologia e o conhecimento científico. Com efeito, como colocar sob uma mesma rubrica teórica os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e os de Hélio Jaguaribe, os de Wanderley Guilherme dos Santos e os de Francisco Welffort, os de Carlos Estevam Martins e os de Bolívar Lamounier? A lista poderia se alongar bastante, e os cito ao acaso, mas a utilidade da referência é precisa: não existe aí monolitismo intelectual, mas discordância, choque de perspectivas, conflito de tendências e projetos científicos. Supor que estes professores sejam todos marxistas é desconhecimento do que sejam os fundamentos básicos deste método ou ignorar o que seus trabalhos trazem para o esclarecimento da realidade nacional. Se, por conseguinte, no meu campo de trabalho, prevalece o*

*pluralismo metodológico e teórico, como se entender a hegemonia marxista entre os estudiosos da mecânica não newtoniana de Einstein, ou na física não maxwelliana de Bohr, ou ainda na aritmética das operações não comutativas?*

*Não é preciso insistir para se mostrar que o prof. Rodrigues não trata o marxismo como pertinente questão intelectual. Seu entendimento do marxismo, na verdade, pode ser situado entre o que R. Barthes denominou de mistificação em sua *Mythologie* e G. Sorel de mito de ação em sua *Refléxion sur la Violence*. NO primeiro sentido, pdoe-se dizer que o prof. Rodrigues, consciente ou inconscientemente, elabora um sistema de representações para enganar-se a si próprio em relação a uma natureza real que ele, pelo menos em esboço, é capaz de perceber. De fato, ele parece querer nos forçar, e talvez a si mesmo, no sentido sartriano do termo, a cair no imaginário. No segundo sentido, o marxismo é utilizado como ambiente exaltador, como força demiúrgica, como fórmula mágica capaz de despertar energias para a ação. Em consonância, ele pode instrumentalizar movimentos de ação política. Tudo é muito conhecido: Hitler, Mussolini, Stalin, Franco, e todos os ditadores em todas as épocas, sempre utilizaram mitos para inspirar seus intentos autoritários.*

*Na sua investida o prof. Rodrigues leva a todos de roldão, não escapando de seus ataques nem seus colegas, nem seus alunos. Assim, as associações docentes e discentes são vistas como propugnadoras de métodos totalitários de ação. Pretender que na História do Brasil recente, os estudantes tenham servido a ideais autoritários é inominável afronta aos jovens que justamente sempre lutaram nos últimos 15 anos*

*pelo restabelecimento do estado de direito e o fim do regime de arbítrio. Poder-se-á, certo, até mesmo argumentar que a atuação dos estudantes, em função mesmo das peculiaridades que caracterizam este grupo social, foi destituída de maturidade política, pareceu minada pela exaltação ideológica, mostrou-se conturbada pela efervescência de idéias ainda não assimiladas. Mas peso que identificar o papel atual da juventude universitária brasileira, em bloco, com a repressão, só é possível de um claro mecanismo projetivo que quer ver nos “outros” aquilo que não admite ver em si mesmo.*

*Quando às associações de docentes que, no momento, se organizam por todo o país, o professor as compreende como mera moda. Seguramente, na melhor das hipóteses, o ensaísta está mal informado. As associações de docentes objetivam – e a leitura de seus estatutos é aberta a qualquer um – maior participação do professorado no processo de decisão das universidades. Partes da convicção de que a Reforma Universitária não foi capaz de engendrar mecanismos suficientemente abertos de atuação docente, marginalizando a maioria dos mestres das resoluções tomadas pela superior hierarquia acadêmica. Compreendem que somente um debate – amplo, livre, democrático – das mais diversas forças e tendências dentro da universidade pode conduzir a sua estrutural transformação. Lutam, com denodo e determinação, para se impor, já que a organização em torno de seus interesses específicos é vista como sendo orientada pelas chamadas exóticas ideologia. Entendem mesmo que a estruturação dos professores para a defesa de suas reivindicações, é um importante dado neste momento em que a nação se reorganiza para contra-atacar a privatização do*

*Poder Público empreendida por minoritários grupos. Propor que tal esforço é feito segundo um método totalitário de ação é, duplamente, um desrespeito aos seus colegas (de quem obviamente pode discordar, mas não rotular) e uma total incompreensão do papel dos professores em nossas universidades.*

*O prof. Rodrigues considera em séria crise a liberdade de pensar e de emitir opinião em nosso ambiente acadêmico. Seu diagnóstico é inegavelmente certo, mas não pelas razões por ele apresentadas. Por um canhestro processo de demonstração, pretende nos fazer crer que o marxismo nos impôs seu absolutismo ideológico, que tomou conta do saber nacional; que acabou por substituir na nossa vida acadêmica o absoluto metafísico e ideológico de épocas passadas da humanidade pelo dogmatismo ideológico de esquerda. Depois de 15 anos em que a inteligência nacional sofreu irrefreável processo de saneamento ideológico onde marxistas e não-marxistas foram acusados do delito de opinião; onde se criaram os atestados ideológicos, as cassações sumárias, as discriminações sem culpa formada; onde a segurança se transformou em atividade de rotina nas universidades; onde a crítica foi entendida como afronta, a opinião como desafio, a divergência como contestação, a discordância como subversão – depois de 15 anos em que tudo isto objetivamente aconteceu, deve parecer pífia uma argumentação que quer nos fazer acreditar que o marxismo tomou, a golpe de mão, posse da comunidade acadêmica. Na verdade, a crise pode começar sem se indagar a respeito dos limites teóricos do que pode ser a da Universidade brasileira, para ser pensada com a profundidade necessária, não produção acadêmica em uma*

*sociedade periférica, localizada no âmbito do capitalismo monopolista internacional. Descartar esta hipótese é pretender iludir os complexos mecanismos que incidem sobre a produção do conhecimento nas nações dependentes. Propor, como o faz o prof. Rodrigues que a crise da Universidade brasileira se dá por motivos internos a ela mesmo, ignorando suas determinações estruturais externas, pode passar por mera ingenuidade intelectual. Mas assumir que tal crise é dada por uma pretensa hegemonia marxista nos centros de produção acadêmica – eis aí uma hipótese que deve ser apreciada não pelos seus méritos analíticos, mas pelas suas implicações político-ideológicas.*

*É limitada a compreensão que o prof. **Arlindo** (ou Aroldo???) Rodrigues tem do que seja a liberdade acadêmica e são falaciosas as ilações que a partir daí faz a propósito da Universidade brasileira; é dogmático seu entendimento do problema da neutralidade científica; é mistificante seu entendimento do marxismo; é tendenciosa sua percepção do papel das associações docentes e discentes na atual conjuntura; é absolutamente falsa e sectária sua opinião, segundo a qual o marxismo teria se apossado do saber nacional. Cui prodest? A quem beneficiam as teses do prof. Rodrigues? Por tudo o que foi dito, por certo, não à causa da Universidade brasileira.*

Eurico de Lima Figueiredo é professor de Ciência Política na UFF.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 1/4/1979)



## **AINDA A LIBERDADE ACADÊMICA**

Aroldo Rodrigues

*A publicação de meu artigo acerca da liberdade acadêmica no Jornal do Brasil de 18/3/1979 suscitou diferentes reações. Dentre estas, houve umas lamentáveis e outras muito estimulantes. Dentre as lamentáveis, registre-se o rosário de calúnias e inverdades passionadamente desencadeadas contra mim, numa atitude primária de pensar que se destrói uma argumentação através da difamação de seu autor. Tais manifestações, por sinal, corroboram amplamente a tese central de meu artigo, segundo a qual a intolerância ideológica preclude a crítica serena de qualquer pronunciamento dissonante. É, entretanto, gratificante verificar-se a publicação de vários pronunciamentos relevantes ao debate em questão. À exceção do infeliz documento assinado pelo Sr. Luigi Moscatelli, que é de natureza panfletária e não acadêmica (o Diretor do Instituto de Filosofia da UFRJ em boa hora apressou-se em registrar que tal profissional não pertence ao corpo docente daquele prestigioso órgão universitário), vários artigos sérios vieram a público. Em atenção aos publicados pelos professores Luiz Alfredo Garcia-Roza e Eurico de Lima Figueiredo, venho esclarecer alguns pontos, não no intuito de responder à argumentação destes professores, mas com o simples propósito de possibilitar a outros bases mais precisas para uma contribuição ainda mais frutífera.*

1. *O primeiro esclarecimento deriva de uma observação do prof Figueiredo, segundo a qual minha investida contra o cerceamento da liberdade acadêmica poderia, no contexto político atual, ter conseqüências que extrapolassem os limites do ambiente acadêmico. De fato, se estivéssemos sob a vigência do AI-5, meu artigo seria, sem dúvida, inadequado. No momento atual, todavia, a atmosfera política reinante torna excessivo o receio daquele professor. No propósito de esclarecer bem meu ponto de vista, no entanto, chamo a atenção para uma frase de meu artigo que não tem sido notada pelos críticos (ou não lhes foi conveniente notá-la). Nela eu assevero que o fato de a roupagem da ameaça à liberdade acadêmica hoje em dia ser marxista é irrelevante. Onde se lê marxismo em meu artigo, poder-se-ia, se tal fosse o caso, ler-se skinnerianismo, mudando-se, em conseqüência, os refrões próprios de um ismo pelos do outro. Se assim o tivesse feito, ao invés de adversários teria conquistado aliados...*

2. *O problema da neutralidade científica ser um mito ou uma realidade, ainda que fascinante, não constitui a espinha dorsal de meu pronunciamento. A essência de meu artigo é a defesa do direito de os acadêmicos falarem e serem ouvidos com respeito por seus pares. No momento presente a aparente minoria que não comunga dos que julgam ser inevitável a politização do saber, não recebe da comunidade acadêmica a atenção, o respeito, a crítica serena, enfim, a urbanidade de que, num ambiente verdadeiramente democrático, certamente seria merecedora. Tal atitude civilizada não é, como interpretou o prof. Figueiredo, uma etiqueta reguladora das tertúlias universitárias. Parece que o professor tem*

*dificuldade em distinguir entre o que seja uma etiqueta pedante e obsoleta e o que constitui mera observância de princípios comecinhos de boas maneiras, que podem perfeitamente estar presentes nas manifestações discordantes mais veementes.*

*3. Surpreende-me o não entendimento do que caracterizo por liberdade acadêmica. Reli-o e verifiquei que fui suficientemente claro em meu artigo, não se justificando que o professor Garcia-Roza me atribua a consideração de doença e falta de respeito ao confronto de opiniões. Se tivesse sido mais atento, teria notado que eu afirmo ser necessário que se estimule a posição divergente que, como se sabe, amiúde se constitui em fonte de novos conhecimentos e de uma maior aproximação da verdade. Pelo mesmo motivo é de pasmar a esdrúxula afirmação do prof. Figueiredo de que, para mim, é insuportável a divergência. De onde ele tirou isto? Certamente não da leitura desapaixonada de meu artigo. Neste ponto nada posso esclarecer além do que consta de meu pronunciamento inicial. Para entendê-lo, é bastante que o leitor seja objetivo.*

*4. Não me parece tenha sido lida com atenção a parte de meu artigo que fala do clima das reuniões das sociedades científicas e culturais. Eu, pessoalmente, sou Presidente da Associação Latino-Americana de Psicologia Social e Presidente-eleito da Sociedade Interamericana de Psicologia. O que disse das reuniões da SBPC, da SPRP e de outras não especificadas aplica-se, também, em grande parte, às reuniões das associações que presido. Não me refiro, pois, às*

*características das associações per se, mas sim ao clima instaurado pelos participantes das reuniões promovidas por estas e por outras entidades, em franco desrespeito aos direitos das minorias ou das maiorias menos espalhafatosas e menos ativas. Ainda que o pensamento politizado pareça, como dá a entender o prof. Figueiredo, ter atraído a maioria dos acadêmicos, creditar à maioria o direito de impor-se em desrespeito aos direitos das minorias não é apanágio das democracias. O que as caracteriza é, exatamente a proteção e o respeito aos direitos das minorias.*

*5. Finalmente, outro ponto central e claramente expresso por mim e sumariamente ignorado por meus críticos, é que me refiro no artigo ao cerceamento da liberdade acadêmica que vem de dentro e não ao que vem de fora, tal como foram os atos institucionais e as medidas de exceção decretados pelo Governo nos últimos 15 anos. Daí eu dizer que nem mesmo uma abertura democrática poderá terminar com a censura vinda de dentro. Omitir ponto tão claro me leva a desconfiar da isenção dos que o fizeram.*

*São estes os esclarecimentos que me pareceu útil prestar a fim de que se facilite a continuação de posicionamentos sobre questão de inegável relevância, cuja abordagem este prestigioso jornal em boa hora ensejou.*

*(Transcrito do Jornal do Brasil, 8/4/1979)*

## AS REGRAS DO JOGO

Simon Schwartzman

Um eventual produto positivo da celeuma recente em torno do Departamento de Filosofia da PUC seria uma reflexão mais aprofundada, por parte de todos, a respeito das regras de relacionamento que devem presidir a condução da atividade acadêmica, e como estas regras devem, ser estabelecidas. Este problema é fundamental, porque é da existência ou não de procedimentos legítimos e adequados de decisão que depende a continuidade, seriedade, produtividade e respeitabilidade da vida acadêmica.

Seria ilusório supor que o que ocorreu na PUC foi um simples episódio passageiro. A liberdade acadêmica é uma planta tenra e delicada que precisa ser cuidada todo o tempo, e a Universidade deve estar preparada para enfrentar e lidar com os problemas derivados de sua defesa de forma contínua. É essencial, por isto, ter uma idéia muito clara do que está em jogo.

*A liberdade acadêmica, todos concordam, é essencial para que a verdade das coisas seja conhecida. Duas historinhas, no entanto, mostram as dificuldades práticas de estabelecê-la.*

*Que doenças podem ser transmitidas por bactérias, e controladas por vacinas e saneamento, não eram idéias que penetravam facilmente nos meios médicos brasileiros do século passado. Em 1895 a Sociedade Médica e Cirúrgica de*

*São Paulo decidiu colocar em votação as teses de Adolfo Lutz a este respeito: ele foi, evidentemente, derrotado. Isto não impediu que ele tivesse razão. Graças a formas independentes de apoio, que não dependiam da opinião da maioria médica da época, Lutz pôde continuar seus trabalhos, que fizeram dele, antes de Oswaldo Cruz, o pai da bacteriologia brasileira.*

*A outra história é muito mais recente, e se passa em uma universidade norte-americana média de nossos dias. Segundo notícias da imprensa, um grupo de professores de física pediu a demissão de um colega que estava dando aulas de astrologia com grande sucesso entre os estudantes. A direção da universidade não concordou em demitir o professor, em nome da liberdade acadêmica. Os professores de física argumentavam que esta liberdade não devia incluir o direito ao charlatanismo.*

*As situações são formalmente parecidas. Mas podem levar a ensinamentos opostos. No caso de Lutz, é bastante óbvio – visto principalmente com a perspectiva que temos hoje – que a verdade não se estabelece por votação, e que a maioria não deveria ter o direito de cercear o trabalho da minoria. No caso do astrólogo, no entanto, eu tenderia a concordar que o consenso da comunidade científica deveria prevalecer e impedir que ele ocupasse uma posição acadêmica de influência.*

*Defender a causa de Lutz é fácil. A história lhe deu razão, e ele tem a companhia ilustre de Galileu e tantos outros revolucionários da ciência e do pensamento que foram incompreendidos e injustiçados em sua época. Será que o astrólogo pertence a esta mesma linhagem?*

*É bastante improvável. Para um Galileu, existiram certamente milhares de pessoas com idéias estrambóticas que, em todos os tempos, se sentiram no direito de ensinar nas universidades, sentar nas academias, escrever nas revistas especializadas – e foram, muito acertadamente, impedidas de fazê-lo. Nem todas as idéias têm a mesma qualidade e merecem grau de atenção e respeito. Se alguém pretende demonstrar, da forma mais elegante que seja, que o centro da Terra está cheio de marmelada, não encontrará pessoas competentes que queiram perder seu tempo ouvindo-a, nem revista séria que queira publicar seu trabalho, nem universidade que a deixe ensinar. Ela não terá, assim, sequer a oportunidade de apresentar a defesa de sua tese. Existe uma boa razão para isto, que é dada pela tradição de centenas de anos e de milhares de pesquisadores em Geologia em todo o mundo. Esta tradição permite discriminar entre aquilo que faz sentido e aquilo que não faz, entre as idéias que valem a pena ser discutidas e as que não valem. É desta tradição que decorrem os critérios de escolha das linhas mais promissoras de trabalho, dos professores para os postos mais importantes, dos artigos a serem considerados para as revistas. Esta tradição, em certo sentido, é anterior ao método científico, porque é ela que estabelece que tipos de prova são válidos, que tipos de problemas merecem atenção, que pessoas merecem ser ouvidas – e quais não merecem.*

*Mas por que impedir que o teórico da marmelada se manifeste? Por que não deixar que ele exponha suas idéias, e que elas morram, se for o caso, pelo seu próprio absoluto?*

*Existem duas razões para isto, uma mais superficial, outra mais profunda, A primeira é que existem recursos*

*escassos, o tempo das pessoas é limitado, o espaço nas revistas é pouco, o dinheiro para pesquisas nunca é suficiente – e, conseqüentemente, haveria que reservar estes recursos para coisas que tenham uma promessa de qualidade e seriedade. A razão mais profunda é que a atividade científica está sempre sujeita ao assédio de formas não científicas de conhecimento, e precisa se defender. O exemplo da marmelada é ridículo principalmente porque só poderia corresponder a uma pessoa de mente perturbada. No entanto, a astrologia ou as teses de Danniken sobre os deuses astronautas são aceitas e estimuladas por muitas pessoas mentalmente sãs.*

*Enquanto que o conhecimento especializado – seja ele científico, filosófico ou humanista – é complexo, freqüentemente fragmentado, difícil, e exige um longo processo de treinamento e aprendizagem, muitas das idéias que ganham aceitação popular o fazem principalmente por proporcionar respostas aparentemente simples e psicologicamente satisfatórias a perguntas angustiadamente vividas pela sociedade como um todo. Os meios de comunicação de massa, cuja especialidade é captar o que o público quer, tendem a difundir aquilo que o público espera. Um produto altamente vendável deve ser duas qualidades simultâneas: responder de forma simples e satisfatória às angústias da sociedade, e ter o apoio da respeitabilidade e da seriedade do mundo acadêmico. Daí a tentativa de invasão do espaço científico pelos pseudociências, pelos charlatães interessados em dizer o que o público quer ouvir, sem maiores compromissos com os padrões de trabalho e os critérios mais esotéricos de validade do conhecimento que só as pessoas de formação especializada conhecem. É contra esta invasão que a comunidade científica*



*se defende. E desta defesa, também, que muitas vezes caem vítimas os Galileus.*

*O que estes exemplos mostram é que o problema da liberdade acadêmica não é, simplesmente, uma questão de maior ou menos autoritarismo dos acadêmicos em relação a idéias heréticas, mas, fundamentalmente, algo que tem a ver com o relacionamento entre a comunidade acadêmica e a sociedade que a cerca. Para que ela exista, a atividade científica e especializada tem de se diferenciar e se proteger do resto da sociedade – para poder assim desenvolver suas próprias instituições, seus critérios internos de qualidade, seu sistema interno de decisões, seu forum próprio de avaliação e distribuição de créditos e recompensas, sua própria tradição. Existe sempre risco de levar esta diferenciação e proteção ao extremo de transformar a comunidade acadêmica em um grupo excessivamente preocupado com suas tradições, seu passado e seus privilégios – e, assim, completamente impermeável a inovações e alterações de focos de interesse. Existe também o risco oposto, de colocar a comunidade acadêmica tão ao sabor do poder político, da economia e das pressões da opinião pública, que ela perde qualquer condição de desenvolver um trabalho sério, continuado e independente.*

*O problema da liberdade acadêmica é, em essência, a arte de encontrar uma posição intermediária entre estes dois extremos. Existem algumas técnicas consagradas para isto, que geralmente dão certo. A maneira mais adequada de impedir o esclerosamento do mundo acadêmico é estimular a criação de uma pluralidade de instituições, revistas, grupos, de tal maneira que ninguém tenha o monopólio de uma área e tenha a chance de exercê-lo de forma repressora. A circulação*

*sistemática de pessoas entre os diversos Centros, dentro e fora do País, o contato freqüente dos acadêmicos com o público interessado em suas atividades são outros mecanismos que têm o mesmo efeito.*

*Por outra parte, o mundo acadêmico precisa ser defendido. Isto só pode ser feito fortalecendo as instituições de ensino e pesquisa, e fortalecendo a autoridade dos cientistas, professores e pesquisadores dentro destas instituições. A autoridade no mundo acadêmico não pode se basear na ocupação eventual de posições de chefia, nem na maioria eventual dos votos, nem na confiança dos homens do Poder, nem na cobertura da imprensa, nem no prestígio entre os estudantes. Ela tem de se estabelecer pela qualidade científica e intelectual daqueles que mais de destacam em seu trabalho, de acordo com o reconhecimento de seus pares. Sem autoridades acadêmicas legítimas, com condições efetivas de liderança, não existe trabalho acadêmico digno deste nome, e, por isto, a questão da liberdade acadêmica perde qualquer sentido.*

*É possível, a partir destas idéias, tratar de esboçar algumas regras bastante simples para o jogo da atividade acadêmica.*

*- A atividade acadêmica deve ser uma atividade autônoma e auto-regulada. A autonomia será sempre relativa, porque a atividade acadêmica depende sempre de recursos e decisões que são tomadas fora de seu âmbito, e a influenciam de forma decisiva. Mas é sempre possível tratar de limitar as interferências externas às questões de orientação muito geral – quantos recursos existirão, quais áreas terão prioridade, quanta expansão será possível etc. – preservando para o*

*âmbito interno do mundo acadêmico aspectos mais específicos das diferentes disciplinas – a avaliação de projetos, o conteúdo de cursos e publicações, a escolha de professores e especialistas, a definição de linhas de pesquisa, a avaliação de resultados etc. A autonomia acadêmica nunca é pacífica, mas é algo que tem de ser conquistado e disputado caso a caso.*

*A auto-regulação é um aspecto importante desta autonomia. Ela significa que a atividade acadêmica e científica não pode ser feita de forma anárquica, e que liberdade não é o mesmo que libertinagem. São necessárias normas consensualmente aceitas na comum idade sobre padrões de trabalho, respeito mútuo, pluralismo etc., que evidenciem, interna e externamente, que a comunidade acadêmica é capaz de cuidar de si mesmo, e não precisa de tutela externa.*

*Em contrapartida a atividade acadêmica deve ser responsável. A ciência pela ciência deixou há muito de ser razão suficiente para que a sociedade garanta os recursos e as condições de trabalho autônomo dos cientistas. A responsabilidade da comunidade científica e acadêmica se estabelece, basicamente, na medida em que ela não se furta a examinar, em conjunto com outros setores da sociedade, os possíveis impactos sociais de seus trabalhos, e utilizar parte de seu potencial de conhecimentos em atividades educacionais, tecnológicas e aplicadas.*

*O mundo acadêmico não é uma república igualitária, mas uma democracia diferenciada. Nem todos são iguais perante a Academia. Os que demonstraram conhecimento, capacidade intelectual, produção etc. devem ter mais*

*privilégios do que aqueles que ainda não o fizeram. O privilégio mais importante é o de ser ouvido com atenção e consideração pelos colegas. Os iniciantes devem ter, entre outros, o direito de acesso e informações, esclarecimento e discussão de seus pontos de vista; os divergentes, que não são aceitos pela academia institucionalização, devem ter o direito de desenvolver suas próprias fontes de trabalho e expressão, e lutar por suas idéias.*

*O problema fundamental é como chegar a estas regras, e como garantir seu funcionamento. A atividade científica exige, mais do que muitas outras atividades humanas, uma sólida base moral de seriedade, respeitabilidade e confiança. Quando um cientista anuncia um determinado resultado, poucos são os que têm condições e se dão ao trabalho de verificar a exatidão de suas pesquisas; até prova em contrário, a comunidade científica acredita que o trabalho foi feito de forma séria e profissionalmente competente. A sociedade mais ampla, com muito mais razão, não tem como avaliar o trabalho do cientista, e, em geral, confia. A autoridade da liderança acadêmica e científica é, também, uma autoridade essencialmente moral, baseada no respeito que algumas pessoas conquistam pela qualidade e seriedade de seu trabalho. Este respeito e esta autoridade devem ser conquistados e mantidos no dia-a-dia, já que não podem se apoiar em mecanismos burocráticos e administrativos de exercício do Poder, sob pena de se desmoralizarem. Uma das tragédias da universidade brasileira tem sido o grande abismo que separa a comunidade científica e acadêmica, bastante protegido em circuitos mais ou menos restritos, e a grande massa de estudantes, que não tem condições de apreender,*

*pela proximidade e contato com os mais experientes, certas formas de comportamento, valores e modelos profissionais dignos de serem respeitados e emulados. Uma vez posta esta situação, procurou-se corrigi-la, por parte de muitos dos responsáveis pelo sistema educacional, por mecanismos de autoridade burocrática e administrativa, baseada não no prestígio intelectual e acadêmico dos órgãos de governo universitário, mas em simples princípios hierárquicos. O resultado, no mundo universitário, só poderia ser desastroso. A reação a isto foi muitas vezes igualmente destruidora, já que a solução para este problema não pode consistir, evidentemente, em eliminar a pouca diferenciação e autonomia já conseguida entre nós para setores importantes da vida intelectual e acadêmica, e sim em estabelecer canais efetivos de comunicação entre o mundo acadêmico e a comunidade mais ampla, a começar com os próprios estudantes universitários. (O problema universitário brasileiro é certamente muito mais complicado, já que ele tem a ver com muitas outras coisas além da vida acadêmica de seus professores e pesquisadores, mas isto não nos exime de discutir e tratar de entender estas questões.)*

*É neste contexto que a eterna questão da ideologia versus ciência precisa ser vista. Existe uma discussão epistemológica complicada a este respeito, que não caberia destrinchar aqui, que vai do extremo da defesa da chamada ciência neutra, livre de valores, ao extremo da tese da ciência engajada. Basta dizer a este respeito que, epistemologicamente, ambas posições extremas são simplistas, e que o relacionamento entre o conhecimento controlado, ou científico, e os valores, preferenciais e visões de mundo de*

*uma época e algo que pode ser estudado, examinado, discutido, mas jamais postulado e definido a priori.*

*O que sim preocupa são as conseqüências de política acadêmica e científica que decorrem destas duas posturas. A defesa da “ciência neutra” vem muitas vezes associada com a idéia de um total alheamento por parte dos pesquisadores e intelectuais em relação ao meio que os circunda, e, em última análise, uma total irresponsabilidade social por parte de professores universitários e intelectuais, Isto pode ser talvez possível para pesquisadores isolados em instituições de pesquisa pura, mas torna-se obviamente absurdo em universidades como as brasileiras onde a formação profissional dos alunos tem sido, historicamente, sua principal razão de ser. Pretender que a Universidade deva se pautar exclusivamente pelas normas acadêmicas da República da Ciência é deixar de ver a realidade desta Universidade que temos, suas múltiplas funções, os diferentes interesses que participam dela, dos quais o dos cientistas e acadêmicos é apenas um.*

*A postura oposta, a da ciência engajada, por sua vez, tende a levar às suas últimas conseqüências a percepção do contexto social da Universidade, e atribuir a ela um papel político e ideológico que termina por eliminar a diferenciação e a preocupação com fortalecimento do mundo acadêmico, sem o qual a atividade científica e intelectual de qualidade e relevância não pode existir.*

*O problema político levantado pela celeuma da PUC, é, em essência, o de combinar a busca da relevância social do trabalho acadêmico com a necessidade de criar um espaço próprio, respeitado e protegido para que esta atividade se*

*desenvolva. Nos setores intelectuais e técnicos mais preocupados com os grandes problemas sociais e econômicos do país existe muita consciência a respeito do primeiro aspecto, uma consciência muito confusa, a respeito do segundo, e um quase desconhecimento sobre o relacionamento possível entre estas duas coisas. Seria uma lástima, no entanto, que a busca de um conjunto de regras adequadas para o jogo livre e competente da atividade intelectual e científica se transformasse, por omissão e ignorância dos demais, em bandeira cativa e exclusiva do pensamento conservador e autoritário.*

Simon Schwartzman é professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 15/4/1979)

## **PUC E LIBERDADE ACADÊMICA**

Creusa Capalbo

*O caso recentemente ocorrido no Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro vem sendo desviado de sua temática essencial: a questão da liberdade acadêmica. Para melhor compreender esta questão é necessário lembrar o sentido usual dos dois termos: liberdade e acadêmica.*

*O termo acadêmico, de origem grega – akademia – foi usado para designar a escola filosófica de Platão, a qual se*

*situava nos jardins consagrados ao herói ateniense Academus. Lá se discutia livremente sobre filosofia. Por extensão, passou-se a chamar Academia aos estabelecimentos de ensino superior de Ciências, Letras e Artes, onde a liberdade acadêmica de ensinar deveria ser respeitada. Esta palavra, no entanto, carrega em seu bojo um sentido pejorativo que será afastado do tema por nós aqui abordado. Trata-se do uso do termo Academia para designar o apego à tradição e a regras arcaicas, numa concepção imobilizada do saber e da cultura, fazendo com que certos homens fiquem presos ao convencionalismo formal e se tornem hostis a qualquer inovação.*

*As acepções correntes do termo liberdade guardam, ainda hoje, as formas tipicamente gregas. Com efeito, para os gregos a liberdade era um bem da vida presente que refletia a experiência social da democracia nas antigas cidades helênicas, que refletia a luta contra os tiranos e os opressores que refletia a guerra contra o déspota persa. Assim, a liberdade, no seu significado originário, comporta uma certa independência do homem em face de observâncias indignas e aviltantes. a Liberdade é, portanto, um bem da vida presente no destino pessoal de cada um e no destino da comunidade. Sob este ponto-de-vista, os aspectos individual e comunitário da liberdade acadêmica são indissociáveis. Todas as associações dos docentes, todos os pesquisadores têm, justamente, se erguido nos últimos anos para proclamar este direito à liberdade de ensino e pesquisa como condição sem a qual não há possibilidade de produção de novos conhecimentos nas diversas áreas do saber.*



*Ora, o poder de agir no seio de uma comunidade universitária se exerce dentro dos limites impostos por normas definidas. E numa universidade estas normas são o seu regimento geral, No caso da PUC, o regimento exige que o seu corpo docente aceite os princípios do cristianismo, mesmo se o docente não for cristão; garante, por outro lado, a liberdade individual do professor quanto à escolha dos autores a serem estudados.*

*Assim, o Departamento de Filosofia da PUC, ao impedir a inclusão de um texto de filosofia de autor brasileiro, por motivos de divergência ideológica com este autor, coloca em questão o sentido que se deve atribuir à liberdade acadêmica no seio da comunidade universitária. Certamente o diretor do Departamento de Filosofia e os coordenadores de áreas garantem a liberdade individual da professora que escolheu o texto, pois, se esta quiser, poderá utilizá-lo em sua sala de aula. Mas o que ocorreu com esta decisão do diretor e dos coordenadores do Departamento de Filosofia foi a afirmação da possibilidade de dissociar os aspectos individual e comunitário da liberdade acadêmica, tese que julgamos refutável.*

*A liberdade humana da professora demissionária da PUC, além de estar limitada pela hereditariedade, pelo meio natural e pelo meio sócio-cultural, viu acrescida a sua limitação por este novo fator: é preciso passar pelo nihil obstat do Departamento a escolha de um texto feito pelos professores, visando à feitura de uma apostila.*

*O que está em jogo no debate é a questão das relações entre a liberdade acadêmica no seio da comunidade universitária e a liberdade individual. Tanto os diretores do*

*Departamento de Filosofia quanto a professora realizaram atos livres como expressão de sua opção existencial. A liberdade acadêmica de uns e de outro foi a expressão de seus estilos pessoais de viverem a sua liberdade pessoal. Por isso é que insistimos em dizer que a liberdade acadêmica se fundamenta, em última instância, na liberdade humana individual.*

*É esta liberdade humana que se perde hoje na era dos computadores, na era da esterilização em massa das pessoas sem que sequer elas saibam o que lhes ocorre; técnicas modernas de controle biológico e psicológico do homem são desenvolvidas e aplicadas, visando a invadir e controlar o mundo privado do homem e o seu foro íntimo. Toda sorte de manipulação se exerce em nome da democracia. Os votos da maioria pretendem fazer silenciar as minorias. A todas estas formas de violência em nosso mundo moderno são acrescidas outras mais no seio da universidade. A violência institucional e a violência simbólica, de que tanto falam Bourdieu e Passeron, são práticas usuais na vida acadêmica de muitas universidades. Quem sai perdendo é sempre a liberdade humana. E este fenômeno, todos nós o sabemos, não apareceu agora.*

*Em face da opção livre dos diretores do Departamento de Filosofia da PUC, que pretendem ter direito de veto a um texto por questões político-ideológicas, e em face da opção livre da escolha de um texto pela então professora do Departamento de Filosofia, como discernir quem pratica a liberdade acadêmica comunitária?*

*A questão assim colocada talvez não seja de cerceamento da liberdade, mas sim de intolerância acadêmica.*

*Sempre julgamos que não somos nós os intolerantes. Os intolerantes são os outros. Por intolerante entendemos a pessoa que não suporta que outra tenha opinião diferente da sua, e quer sutilmente impor a sua opinião aos outros. Ora, nos meios universitários pode-se praticar a intolerância recorrendo a táticas políticas, a formas de manejo de grupos, a boicotes, a insinuações de incompetência profissional não comprovadas etc.*

*Voltemos à liberdade acadêmica. Os professores envolvidos dizem ter realizado um ato de liberdade acadêmica. A liberdade de ato aparece como um caso particular do poder geral de escolher. O professor, no exercício da sua profissão, tem o direito de escolher os textos convenientes a sua matéria. Os diretores do Departamento não têm o direito de impor aos professores os textos por eles escolhidos, salvo se julgam que os professores de seu Departamento são incompetentes, o que mereceria ainda uma verificação objetiva e não apenas opinativa.*

*Somos de opinião que o diretor de Departamento de uma universidade não tem o direito a veto de um texto por motivos ideológicos. Mas a liberdade acadêmica exige muito mais ainda. Ela exige respeito ao direito de professar publicamente uma determinada filosofia: Trata-se do reconhecimento mútuo de vontades livres no quadro de uma comunidade acadêmica. Assim, um professor de Filosofia que é cristão não pode pôr entre parênteses o que ele crê, pois como filosofar numa situação em que ele coloca o essencial de sua vida em suspensão? Isto não quer dizer, no entanto, que haja subordinação da filosofia à teologia. Não se trata nem de abstenção nem de capitulação, mas de pensamento livre. Da*

*mesma forma, um professor de filosofia que é marxista ou materialista não pode colocar entre parênteses o que ele crê, professa e pensa. A meu ver, no entanto, tanto o professor de Filosofia que é cristão quanto o marxista ou materialista: não podem renunciar à crítica filosófica, entendida no seu sentido grego de krinein – traçar os limites.*

*Foi a crítica má exercida que impediu o Departamento de Filosofia de aceitar aquele texto, pois o motivo alegado foi de natureza ideológica e não filosófica. Resta saber se a distinção entre filosofia e ideologia estaria sendo negada. A crítica ao texto por questões ideológicas fez com que o não-dito de longa data se oferecesse ao dito de agora.*

*O não-dito era vivido por alguns professores do Departamento de Filosofia. Sabemos que nenhuma decisão é sem vida, que toda decisão se faz a partir de uma situação vivida, de um fato existencial que eclodiu no dito, publicamente expresso, na carta de demissão dos professores da PUC.*

*É na manifestação dos fenômenos que a verdade se esconde ou se revela aos olhos de cada um. O ocorrido na PUC não é um fenômeno de pessoas envolvidas no evento. O fenômeno que se manifestou foi do cerceamento d liberdade acadêmica. é este fenômeno que mais uma vez vem sendo encoberto no debate acadêmico. Esse fenômeno não é novo na vida universitária brasileira, mas até então ele vinha de fora, isto é, dos aparelhos de repressão ideológico, e não do seio da própria vida acadêmica da universidade.*

*Em nome da liberdade se atribui ao Departamento o direito de veto, ou de censura, conforme preferem dizer alguns, por ser o autor do texto um personagem controvertido.*

*No comportamento pessoal e social que esta polêmica levantou, presenciamos mais uma vez que o comportamento humano é expressivo e constituinte de sentido. Desviou-se a discussão de seu núcleo central. Centrou-se o debate em acusações pessoais e muito pouco se disse ao nível de idéias e problemas que nele estão contidos.*

*Foi numa situação concreta de cerceamento da liberdade acadêmica que o sentido da liberdade se instituiu e se enraizou nesta situação. Não há liberdade sem engajamento e todo ato livre reconhece e assume o engajamento tomado. Neste episódio da PUC admiramos o ato livre, reconhecido e assumido pela professora demissionária, bem como o ato livre do diretor do Departamento de Filosofia de arcar sozinho com uma responsabilidade que não é só dele.*

Creusa Capalbo é professora de Filosofia da UFRJ e da PUC-RJ.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 14/4/1979)

## **LIÇÕES DA CRISE DA PUC**

Aroldo Rodrigues

*Transcorreram cerca de dois meses da divulgação de prova inconteste de que na PUC-RJ de hoje se faz, impunemente, censura ideológica.*

*Não pensava voltar a público no momento sobre o assunto, mas as distorções e insinuações sobre ele recentemente publicadas por professores daquela instituição tornam oportuno que se extraiam do episódio algumas lições que decorrem não apenas do fato em si, mas também das manifestações públicas por ele suscitadas. Estas primeiras lições são importantes não só para a comunidade acadêmica, como para a própria sociedade brasileira como um todo.*

*1. Foi impressionante o impacto que o lamentável episódio teve na opinião pública. Dezenas de pessoas se pronunciaram publicamente sobre o assunto, quer através de artigos, quer de cartas aos jornais. Órgãos da imprensa do calibre de JORNAL DO BRASIL, O Globo e O Estado de S. Paulo se manifestaram em editoriais, e revistas como Veja e Isto É publicaram amplas matérias sobre o assunto. Praticamente todos os jornais do Rio referiram-se repetidas vezes à crise da PUC e o assunto repercutiu fortemente em vários estados e na própria Capital Federal. Se adicionarmos a isto a copiosa correspondência privada recebida pelos mais diretamente envolvidos no episódio e as inúmeras manifestações de solidariedade transmitidas pessoalmente, vê-se que a crise da PUC se constituiu em assunto importante e mobilizador do interesse público. Nem todos, porém, concordam que o assunto merecesse tal ênfase. Para o Reitor da PUC, por exemplo, o assunto constituiu um episódio menor (sic). Desta posição participam os articulistas Pe. Olindo Pegoraro, Sebastião Nery e dois que escreveram na revista Isto É. O primeiro deles, o Pe. Pegoraro, embora escreva de forma extremamente confusa e incoerente, parece transmitir*

*em seus artigos que censurar um texto de Miguel Reale é caso trivial, que em nada abala a estrutura democrática do Departamento de Filosofia da PUC, exemplo de liberdade, de predomínio do espírito crítico; de pluralismo, de saber dinâmico, de não burocratismo (para o padre, burocratas são as pessoas que ainda obedecem as leis, regimentos e estatutos); para ele o ato de censura foi um acontecimento corriqueiro e banal, incapaz de macular o modelo exemplar de departamento acadêmico que é o Departamento de Filosofia da PUC-RJ.*

*O outro articulista que concorda com o Reitor da PUC é o Sr. Sebastião Nery da Tribuna da Imprensa. O artigo que saiu na revista Isto É também minimiza o evento porém fala sobre um caso fictício – o da pretensa proposta de substituição do texto de Miguel Reale por um de Karl Popper (!?) e não sobre o que ocorreu realmente no Departamento de Filosofia da PUC conforme testemunho de seu próprio Diretor. Todos os demais articulistas dos principais órgãos da imprensa do país consideraram o veto ao texto de Miguel Reale por motivos de natureza ideológica, como um acontecimento muito grave. A posição de Tristão de Athayde é um tanto ambígua no que tange à importância do assunto, mas me inclino mais por julgar que ele o considerou importante, embora não pareça chocado com o ato totalitário. Tampouco com ele se chocou o Pe. Henrique de Lima Vaz.*

*A primeira lição que se tira do episódio é que, felizmente, a opinião pública brasileira ainda se suscetibiliza com agressões totalitárias. De fato, à exceção dos cidadãos acima citados, dezenas de pessoas ilustres, periódicos sérios e responsáveis e o próprio Conselho Federal de Cultura (JB de*

5/4/1979) manifestam inequivocamente sua repulsa ao ato de censura acadêmica por motivos ideológicos originado na própria comunidade universitária.

2. Postura curiosa foi tomada por vários professores da PUC e pela associação externa à PUC que congrega muitos de seus professores – a ADPUC. Segundo eles, o assunto da censura ao texto de Miguel Reale deveria ter sido tratado intramuros, dentro da PUC, através de recurso às várias instâncias universitárias. Tal posição não chocaria se fosse esposada por um empresário, preocupado principalmente com o bom nome de sua empresa. Em se tratando de uma Universidade que se apresenta ao público como pontifícia e católica, tal postura choca e espanta. Ela só busca a proteção da instituição ou empresa e não a promoção da justiça, da verdade, do bem e do espírito de liberdade e respeito. A chancela de professores e autoridades da PUC, bem como a da ADPUC ao ato de censura do Departamento de Filosofia e o endosso às afirmações falsas de seu Diretor de que a decisão da não inclusão do texto de Miguel Reale fora decidida democraticamente, sem se preocuparem em ouvir as pessoas capazes de testemunhar o que de fato ocorreu na reunião em que foi comunicada a censura, constituem incrível falta de sensibilidade ética e chocaram, por isso mesmo, a opinião pública.

Como bem disse Sandra Cavalcanti (Última Hora de 27/3/1979), a professora Anna Maria Moog Rodrigues, que decidiu tornar público o motivo de sua renúncia à função de professora da PUC, poderia ter feito isso de modo discreto, bem ao gosto dos dirigentes. Ninguém ficaria sabendo. Como



ninguém ficou sabendo do que aconteceu anteriormente com outros professores, em episódios semelhantes. Ela, no entanto, resolveu tornar públicas as suas razões. E fez muito bem. Amanhã, se ela não age assim, os atuais responsáveis pelos rumos da Filosofia na PUC poderiam até acusá-la de relapsa, incapaz ou faltosa. E ela tem uma reputação profissional a zelar. Fez muito bem. Discordo inteiramente do impertinente pito que a PUC tentou lhe passar, numa nota muito infeliz. Essas coisas devem ir à tona, sim senhores. Essas coisas devem ser claramente debatidas. Não era contra isso que nós, democratas, reclamávamos sempre? Alguns desses professores, que estão agora no comando dos departamentos, deixou de ingressar na PUC, mesmo tendo suas idéias e tendências identificadas e conhecidas? Alguém se deixou influenciar e os impediu de exercer o magistério?

E quando alguns foram publicamente atingidos em outras áreas, a PUC não teve a coragem de, publicamente, ampará-los e sustentá-los? Então, que estão estranhando? Que alguém denuncie um ato de terrorismo cultural? *Da mesma opinião é O Estado de S. Paulo, que em dois editoriais (21/3/1979 e 27/3/1979) afirma:* A proibição pelo Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro da inclusão de um artigo do prof. Miguel Reale em livro de textos a ser usado pelos alunos da disciplina História do Pensamento não é assunto interna daquela Universidade. Pelo contrário, assume tal relevância para a comunidade acadêmica como um todo que exige tomada de posição de quantos se preocupam com a defesa da Universidade contra o assalto totalitário à razão. *E ainda:* Não é o fato, assunto interno da PUC do Rio, conforme ponderávamos em nosso último comentário a

respeito, o veto censório imposto à inclusão de certo texto filosófico na apostila da disciplina História do Pensamento, a pretexto de caráter polêmico e controvertido das atividades políticas do autor. *No JORNAL DO BRASIL, na introdução de seu artigo, o professor Simon Schwartzman (15/4/1979), afirma que seria ilusório supor que o que ocorreu na PUC foi um simples episódio passageiro, deixando entrever que se trata de algo muito sério e transcendente aos limitados muros de uma instituição. O Conselho Federal de Cultura, integrado por personalidades que outra coisa não fizeram senão honrar a intelectualidade e a cultura brasileiras, foi veemente e claro ao demonstrar seu repúdio ao vexatório episódio ocorrido na PUC, devotando uma sessão inteira ao evento e suscitando a condenação dos eminentes conselheiros ao ato totalitário, demonstrando, destarte, a importância do ocorrido para os que se preocupam com a cultura do País.*

*Do exposto se intere a segunda lição do deplorável episódio: certos acontecimentos internos mesmo quando ocorridos em estabelecimentos particulares, devem ser trazidos a público pelas pessoas de bem e não egoística e comodamente abafados em proteção à organização empresarial, mas em detrimento do bem comum. Quando Daniel Ellsberg entregou ao The New York Times os famosos Pentagon Papers, a opinião pública mundial o absolveu do crime de divulgar documentos secretos, tal a importância de seu gesto para o término das atrocidades no Vietnam. No caso da divulgação da censura ideológica na PUC, nada obrigava a professora Anna Maria Moog Rodrigues a guardar sigilo. Esta teria sido sua atitude se ela fosse pusilânime; como não o é, e por ser uma pessoa mais preocupada com a justiça e a*

*liberdade do que com interesses pessoais ou de grupos, cumpriu seu dever de consciência cívica trazendo o episódio para o debate público. Como já dizia Dante, os lugares mais quentes do inferno estão reservados para aqueles que, em tempos de grave crise moral, mantêm sua neutralidade. Infelizmente, vários professores da PUC assim se mantiveram; uns provavelmente silenciaram à espera de maiores esclarecimentos sobre o ocorrido; outros não quiseram vir a público, mas internamente condenaram com veemência o ato de censura e não se omitiram quando solicitados por colegas e autoridades da PUC a sobre eles se manifestarem.*

*Casos individuais de não participação no debate público são perfeitamente compreensíveis. Absurda e imoral, porém, é a tese de que o assunto deveria ser tratado apenas internamente. Esta tese inadmissível foi responsável pelas ruidosas e descabidas manifestações de solidariedade à PUC em geral e ao Departamento de Filosofia em particular, ficando em plano secundário a gravidade da censura por razões ideológicas perpetrada pela direção deste Departamento. Em outras palavras, os adeptos desta tese imoral inverteram a ordem dos valores: prejudicaram a instituição ao invés de ajudá-la a aperfeiçoar-se; silenciaram perante uma doença ao invés de fazer tudo para curá-la; o episódio constitui exemplo vivo, mutatis mutandis, do que foi narrado por Ibsen em sua peça O Inimigo do Povo, confirmando assim a afirmação, já incorporada à sabedoria popular, de que a vida copia a arte.*

*3. Um dos fatos mais chocantes, mais subdesenvolvidos, mais primitivos e mais totalitários que se seguiu à divulgação*

*da existência de censura ideológica no Departamento de Filosofia da PUC foram os pronunciamentos eivados de torpezas, mentiras e agressões pessoais por parte de pessoas recalcadas e invejosas, dirigidas contra os que reagiram à impostura totalitária do Departamento de Filosofia de forma veemente porém civilizada, decidida mas honesta, eloqüente porém respeitosa, corajosa mas elevada. Tal tentativa de encobrir o fato escandaloso, desviando a atenção para mesquinhas querelas pessoais e para acusações de plano escuso, trama direitista, luta pelo poder etc., foram facilmente notadas por colunistas, editorialistas, articulistas, missivistas e pelo próprio Conselho Federal de Cultura. Como bem disse Luiz Carlos Lisboa em O Estado de São Paulo de 24/3/1970 a conquista da sociedade de dentro para fora proposta por Antonio Gramsci tem conseguido o que Lênin nunca sonhou e Stalin desejou mas não obteve. A universidade é peça fundamental no processo paciente e diário de captura da opinião pública, e da classe média em particular. Não admira que os professores autores da denúncia na Pontifícia Universidade Católica do Rio tivessem merecido as atenções de professores, alunos, associações, notas e assembléias gerais.*

Aquelas denúncias atingiram precisamente a máquina de moer pensamentos que dirige a ação totalitária, e que se apresenta como aberta, flexível e democrática precisamente para, em nome da isenção, atuar como deve em termos de conquista ideológica e influência política. A galinha-dos-ovos-de-ouro da propaganda totalitária parece que foi atingida num dos seus pontos sensíveis, tantas foram as reações e tamanhos os petardos atirados contra os denunciantes. E vem a *caça às*

*bruxas, a tradição pluralista, a infame campanha, e em breve a oportuna descoberta de que as multinacionais e agentes de uma potência imperialista estão por trás dessas acusações contra o cerceamento da liberdade acadêmica. O Jornal do Brasil de 22/3/1979 afirma em editorial que o episódio da demissão de dois professores do Departamento de Filosofia da PUC-R J, motivada pelo veto a um texto de Miguel Reale nas apostilas utilizadas pelo Departamento, assume de repente uma conotação emocional que pode afastá-lo dos seus pontos naturais de amarração. Antes que a alguém ocorra que este Jornal não é capaz de avaliar o papel desempenhado pela PUC e pela Companhia de Jesus, de maneira geral, na promoção cultural do brasileiro, função que vem sendo desempenhada ininterruptamente desde a descoberta do Brasil, convém lembrar que o que nos parece estar em causa, neste episódio, não é a PUC, e sim a liberdade acadêmica. Ficam, portanto, deslocadas campanhas em defesa da PUC e demonstrações de unanimidade em torno de seus métodos e dirigentes. Por prezar o que a PUC significa na economia cultural do nosso país e sobretudo do nosso Estado, é que gostaríamos de vê-la representante perfeita do espírito universitário.*

*A terceira lição a ser tirada dos acontecimentos deflagrados pela crise da PUC é, pois, a de que os totalitários têm horror à discrepância (confirmando o que o psicólogo social Milton Rokeach já verificara em pesquisa realizada na Inglaterra e relatada em sua obra *The Open and Closed Mind*), pavor ao debate franco, leal e democrático das questões, e hábito de apelar para a difamação, a calúnia, o juízo temerário e qualquer outra forma de conduta, por mais abjeta que seja, desde que isto possa servir a seus interesses*

*mesquinhos. Os totalitários só se sentem à vontade para debater democraticamente uma questão, quando o debate constitui um jogo de cartas marcadas e eles sabem que contam com a maioria. É o tipo de democracia defendida pelo Pe. Olindo Pegoraro. É a democracia do Departamento de Filosofia da PUC. São as eleições democráticas dos países totalitários, onde os resultados são conhecidos de antemão. A tática é simples: expurgam-se dos adversários até que eles constituam nítida minoria ou sejam totalmente eliminados; daí por diante, resolvem-se todas as questões pelo voto democrático e obedece-se altaneiramente a vontade da maioria. E a esta farsa os totalitários que a praticam ousam chamar de democracia... Qual a sorte das minorias nestas democracias? A crise da PUC deixou claro, portanto, que muitos dos que lutam pelas liberdades democráticas, e pela democracia comunitária do Pe. Pegoraro, lutam, de fato, por um totalitarismo da maioria após o expurgo prévio e metódico dos dissidentes que poderiam pôr em perigo a coesão do partido único. De fato, o Departamento de Filosofia da PUC-RJ pratica esta democracia com perfeição exemplar.*

*4. Outra decorrência da crise da PUC, até certo ponto semelhante aos desvarios emocionais acima apontados, é a que diz respeito ao fanatismo dos totalitários. Quer na forma de se expressarem (assunto tratado acima), quer na forma engajada de encarar os fatos, forma esta que lhes impede uma consideração objetiva dos mesmos, as manifestações dos partidários da censura ideológica do Departamento de Filosofia revelaram um fanatismo e uma estreiteza de visão incompatível até com o nível intelectual de alguns*

*deles. Analogamente ao que Iving Janis denuncia de pensamento grupal em seu livro Victims of Groupthink o pensamento estereotipado e uníssono dos que se tornam escravos de uma ideologia fanática é caracterizado por deterioração da eficiência mental, da avaliação objetiva da realidade, e do julgamento moral que resulta das pressões oriundas do in-group. Parece que Janis esperou o que aconteceu no Departamento de Filosofia da PUC para descrever o fenômeno que acaba de caracterizar. De fato, todos os três elementos indicadores desta forma de pensar podem ser claramente verificados no episódio da censura ao texto de Miguel Reale. O groupthink a que o psicólogo brasileiro Peter Barth muito apropriadamente denomina patotismo, ocorre quando o grupo (ou a patota) se deixa dominar totalmente por suas tendências, desejos e interesses, fazendo com que ele perca a noção da realidade e do senso moral, mergulhando numa atividade sem autocrítica que prejudica sua eficácia. Janis atribui a esta inadequada forma de pensar a responsabilidade dos tremendos fiascos do Governo americano nos casos da invasão da baía dos Porcos, da escalada da guerra do Vietnam etc... O fiasco do Departamento de Filosofia é mais uma comprovação do patotismo.*

*Em editorial de 20/3/1979, o jornal O Globo alertava: O professor engajado torna-se, por natureza, parcialmente inabilitado para o exercício da docência. Ele não ensina, faz proselitismo, tenta condicionar tendências e mentes. Mas, se além de engajado, o mestre se erige em censor ideológico, a sua inabilitação torna-se total. Ele perde por completa autoridade intelectual e moral e se iguala aos inimigos da*

liberdade acadêmica que atuam de fora para dentro. Não há por que distingui-lo dos que procuram asfixiar politicamente o ensino, inclusive através de métodos policiais; pelo contrário, é talvez mais perigoso, por se instalar no âmago do organismo ameaçado. *O prof. Vicente Barreto em artigo no JORNAL DO BRASIL de 1/4/1979 pondera:* Sustentar que todo o conhecimento científico é ideológico não nos levará fatalmente ao esvaziamento do pluralismo acadêmico, à supressão da tolerância nas universidades e, como conseqüência, ao empobrecimento do conhecimento humano? Isto significaria, na melhor das hipóteses, a redução da vida intelectual na academia a um jogo de pequenos grupos ideológicos, suportando-se mutuamente, mas sem qualquer possibilidade de entendimento para o aperfeiçoamento da ciência e o progresso do espírito humano.

Teríamos então marxistas, tomistas, behavioristas, keynesianos, parsonianos, foucaunianos, freudianos, anarquistas e assim por diante, excluindo-se em vez de conviverem no objetivo maior de procura da verdade. *Outro professor, Luciano Zajdsznajder, em artigo no JORNAL DO BRASIL de 25/3/1979 assim se manifesta:* A querela que há pouco assistimos sobre os patrulheiros ideológicos e que agora se estende ao comportamento totalitário ou autoritário de marxistas no campo acadêmico é um fruto da abertura. Serve sem dúvida aos autoritários e totalitários de “outro lado” a este foi sempre o temor daqueles que quiseram denunciar imposturas. O fato de que os marxistas encontravam-se entre os principais atingidos pelas ações mais terríveis do sistema autoritário exigia solidariedade e misericórdia, impedia a crítica necessária. Não é, porém, porque se foi perseguido e



torturado, que se terá sempre razão. Esta é a tragédia da política: os perseguidos não têm na perseguição uma justificativa eterna para suas decisões e para os seus desacertos. *E assinala mais adiante:* No Brasil, o marxismo... é o marxismo dos frustrados e oprimidos, dos silenciosos e perseguidos. É o marxismo do ressentimento e da raiva. Tal forma espiritual está presente em muitos jornais da imprensa “nanica” e também nomeio acadêmico. Para entender este tipo de marxismo temos de lançar mão das idéias de Nietzsche e Scheller, que tão bem estudaram o ressentimento.

Este é gerado pelo coração ferido, pelo valor não reconhecido, pela resposta não pronunciada e que envenena a alma, pela ação que não se realizou devido ao temor. Esta continuada frustração necessita de compensações no plano da subjetividade com a criação de idéias – mundos ideais onde as frustrações são superadas – ou com a formação de um estado de espírito que o idioma inglês chama de *self-righteousness*, a convicção de ser moralmente superior. Este estado de alma produz a intolerância, o desprezo por outras posições e nenhuma receptividade à crítica. Produz ainda uma visão distorcida da realidade e a busca de um purismo ideológico, que separa mais do que une. E, fundamentalmente, distorce o discurso e a prática. Presente naqueles que defendem posições justas – democracia, melhor distribuição de renda, fim da repressão e da censura – embaralha-lhes a luta por objetivos corretos com a necessidade de retrucar de qualquer maneira, com a frustração e as idealizações; os faz prenderem-se a determinados princípios, que absolutizam, tornando-os incapazes de compromissos e distanciados de perspectivas mais pragmáticas.

*É este fanatismo ressentido e revanchista que assoma com clareza singular na conduta e nos pronunciamentos dos defensores do totalitarismo.*

*A quarta lição que se tira do episódio da PUC aqui considerado é que o engajamento fanático e totalitário não é a atitude mais propícia a um ambiente acadêmico saudável, livre e fecundo, sendo mesmo incompatível com o ideal democrático de respeito, tolerância, igualdade e liberdade.*

*5. Disse no início deste artigo que as implicações da crise na PUC não eram limitadas ao ambiente acadêmico, mas que atingiam toda a sociedade. De fato, esta crise mostrou de forma clara que chegou a hora de optarmos definitiva e inexoravelmente pelo regime democrático no Brasil. Os totalitários da PUC e de outras entidades aproveitam-se de um regime fechado para fortalecerem-se na clandestinidade, para trabalharem de dentro para fora em sua tarefa obstinada de conseguir maiorias através do expurgo sistemático e implacável dos dissidentes para, em seguida, alcançarem o poder e instaurar o sistema de votação democrática onde todos os votantes pertencem a um único partido.*

*A quinta e última lição que se pode extrair da crise da PUC é, pois, a inevitabilidade da democracia em nosso país, a fim de que, solicitados a se pronunciarem, os criptotalitários e pseudodemocratas se exponham à avaliação da opinião pública através de seus atos e de suas palavras. Esta foi, provavelmente, a lição mais clara e mais importante que a crise da PUC ensejou, por mais paradoxal que pareça. Tal lição jamais teria sido ensinada não fora a coragem e o espírito público dos professores demissionários que*

*propiciaram o debate aberto do ato totalitário do Departamento de Filosofia da PUC-RJ.*

Aroldo Rodrigues é professor de Psicologia da PUC-R J. Em seu artigo *A crise da liberdade acadêmica não é a que vem de fora, mas a que vem de dentro*, publicado no JORNAL DO BRASIL de 18/03/1979, foi que desencadeou o debate sobre liberdade acadêmica no Brasil.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 13/05/1979)

## **LIBERDADE, PROCESSO E ACADEMIA**

Olinto A. Pegoraro

*Desde o mês passado, a PUC é tema de debates, artigos e entrevistas. Colocou-se em questão a liberdade, a mais preciosa das dimensões humanas, sempre frágil e sempre resistente. Por ela se fizeram guerras mundiais e por ela luta-se por toda parte. Entre nós começa a vigorar novamente. A liberdade se faz sentir de muitos modos: na coesão dos motoristas de ônibus que pararam a cidade para obter melhores condições de vida; no movimento dos garis, dos sindicatos operários, das escolas, dos médicos e das universidades. É a nação que do lixeiro ao catedrático vai criando espaços de livre participação.*

*Reduzidas a longo silêncio, as pessoas reencontram-se, unem-se e redescobrem sua força justamente na coesão. Todos estes movimentos são, ao mesmo tempo, reivindicação*

*concreta à manifestação de um mesmo processo de libertação. A História nada mais é do que um colossal movimento de libertação, nunca acabado. Processo cheio de avanços e recuos, de quedas e ascensões. É a mesma consciência libertadora que, em cada grupo humano, se manifesta através e diferentes regras de jogo. É sempre a mesma liberdade, articulada de modo diferente pelos garis, motoristas, operários, religiosos, professores, alunos e políticos. Temos então o jogo da liberdade sindical, religiosa, acadêmica, política etc.*

*Para entender a liberdade como processo, precisamos distinguir, por um lado, a liberdade individual e coletiva, por outro, a liberdade pessoal e comunitária. A liberdade individual quer limitar-se ao sujeito. Cada um é zeloso de sua liberdade; procura ampliá-la e fortificá-la. Seu limite é o outro sujeito livre. O direito de um termina onde começa o do outro. Não há comunhão e participação vital. Todos procuram viver em máxima liberdade individual, sem conflitos com os outros, se possível. Para isto, há que obedecer a rígidos códigos de respeito mútuo. Aqui, a liberdade de cada ego não está longe do egoísmo.*

*Este tipo de liberdade, na melhor das hipóteses, chega a se organizar em liberdade coletiva como justaposição de liberdades individuais, controladas por leis e autoridades hierárquicas.*

*No esquema da liberdade individual e coletiva o processo é sempre conduzido de fora e pelo alto; a coesão dos grupos não é garantida pela vitalidade interna, mas pela legalidade externa. A autoridade não governa a partir das grandes aspirações da comunidade, mas do corpo de leis.*

*Neste terreno e neste clima medraram os ditadores e os burocratas.*

*Por outro lado, a liberdade pessoal é precisamente a liberdade em processo, em busca. Não é dada por leis. Ela se faz abrindo seus caminhos. A pessoa, sendo intrinsecamente aberta, só se realiza em comunhão com os outros. Na comunhão com todos, cresce cada pessoa. A comunhão é condição de auto-realização. Por isso, a liberdade pessoal organiza-se em liberdade comunitária, na qual subsiste cada pessoa, enriquecendo e enriquecendo-se, recebendo e dando de si.*

*A liberdade pessoal e comunitária expande-se e cresce pela participação. Seu vigor não vem de fora, da lei, mas da participação e da intensidade de vida da comunidade. As leis e regimentos servem para ordenar e estimular a liberdade e a criatividade da comunhão. Não tolhem, não massificam. Sem muita dificuldade, a comunidade altera os estatutos quando estes, ao invés de favorecer a expansão da liberdade, começam a enquadrá-la e burocratizá-la.*

*Toda ditadura é a dominação de uma liberdade individual que subjuga o processo de libertação das pessoas e da comunidade. A liberdade individual ditatorial anula a liberdade comunitária expressa na Constituição e tenta instaurar-se por atos institucionais e firmar-se nas leis de segurança que são a confissão de sua insegurança.*

*Este mesmo processo realiza-se, em ponto menor, quando uma liberdade individual usurpa o comando de um sindicato, de uma comunidade religiosa, de uma universidade ou de um departamento universitário.*

*Neste contexto podemos considerar a liberdade acadêmica. Observemos que a autêntica liberdade acadêmica não nasce intra-muros, por via de estatutos. Nem está ao abrigo das intempéries exteriores. Mas a liberdade acadêmica é um modo de organização do processo de libertação segundo as regras do jogo convenientes ao meio universitário. Durante muitos anos constatamos que o tolhimento da liberdade num setor de comunidade repercute sobre todos os outros. Sendo a liberdade de um processo global, um movimento, não pode existir liberdade acadêmica numa sociedade subjugada. Consideraremos a liberdade acadêmica sob dois ângulos: liberdade acadêmica e liberdade acadêmica burocrata.*

*A liberdade acadêmica comunitária radica-se na comunhão de pessoas que participam do trabalho científico a serviço da sociedade. A liberdade acadêmica cresce na comunhão das pessoas unidas em torno de projetos científicos. Aqui estão a seiva da liberdade acadêmica e a alma da universidade. É claro que esta liberdade se auto-regula por regimentos flexíveis, sempre reformáveis por exigência da criatividade da comunidade acadêmica e pelas demandas da sociedade. A liberdade acadêmica é crítica e atenta ao dever científico e à expansão da realidade. A crítica se exerce sobre os modelos científicos, sobre os regimentos e programas a fim de que correspondam ao momento histórico.*

*Tomemos, como exemplo, o Departamento de Filosofia da PUC, já que ultimamente vem sendo focalizado por várias tendências. Do ponto de vista da liberdade acadêmica comunitária, o referido Departamento é exemplar. Primeiramente, porque tudo é decidido em reunião onde tomam assento estudantes, professores e diretores. A*

*comunidade acadêmica como um todo procura o melhor caminho a seguir, as melhores decisões a serem tomadas. O Departamento, como comunidade de pensadores, não visa o triunfo ou a derrota de tendências individuais. A questão não é de indivíduos. Mas a liberdade acadêmica comunitária procura, num dado momento histórico, a melhor maneira de servir intelectualmente a sociedade.*

*Em segundo lugar, no Departamento de Filosofia da PUC, o exercício do voto não é meramente quantitativo e mecânico. Mas o debate comunitário, pouco a pouco faz aparecer as melhores razões que passam a ganhar a adesão da maioria. Esta não resulta simplesmente da soma de votos individuais, mas da maior profundidade das razões as quais acaba aderindo a maioria. Para se chegar a esta maioria qualitativa, em muitas ocasiões gasta-se muito tempo, pesquisa e sucessivas reuniões. Ademais, a maioria qualitativa nunca se arrogou o privilégio da verdade exclusiva. É a maioria qualitativa do seio de uma determinada situação e de um determinado momento histórico. É perfeitamente normal que, numa outra situação e num outro momento, uma tese anteriormente minoritária venha a ser agora majoritária. Isto aconteceu com muitos inovadores e criadores de novos rumos para a ciência, entre as quais se inclui nosso sábio Adolfo Lutz. A verdade e a ciência não dependem de votação, mas de investigação.*

*A liberdade acadêmica burocrata não se funda na comunidade universitária, mas na liberdade individual isolada que se garante na obediência mecânica à letra dos regimentos.*

*No legalismo e na liberdade acadêmica burocrata caíram fatalmente todas as universidades que perderam o elã*

*e a vida comunitária. Tornaram-se instituições sem alma, tangidas pelo impulso mecânico e externo dos regimentos. Aqui o processo cede à rotina. Um dia repete o outro. A preocupação maior é de não ferir cânones consagrados. Sua inoperância e sua ineficácia não criam problemas. Sacrifica-se a busca sincera de novos caminhos para se manter intactos o legalismo e a mecânica burocrática.*

*A segurança reside na permanência do esquema, e o perigo começa na tentativa de inovação. É por isso que o espírito burocrata tem necessidade de enquadrar entre os totalitários e os terroristas da cultura os que pacientemente se esforçam para transformar estruturas arcaicas e exercer um diálogo crítico, aberto e elevado. Nem mesmo pessoas do nível e estatura de Tristão de Athayde, Helder Câmara, Lima Vaz escaparam deste juízo.*

*A mentalidade burocrata só longínqua e indiretamente se compromete com a sociedade. Tal mentalidade preocupa-se com a auto-regulação interna e autônoma das coisas da Academia. Sobretudo, terá dificuldade de reunir as liberdades individuais e individualmente interessadas, em torno de projetos comuns que demandem sacrifícios e renúncias em favor da comunidade. Nesta Academia, não é possível o exercício da liberdade acadêmica autêntica que exige um compromisso fundamental, explícito e inequívoco com a comunidade científica e com a sociedade.*

*A Academia legalista e descompromissada terá até dificuldades em sustar projetos que visam pesquisar marmelada no centro da Terra ou enumerar com exatidão as estrelas do céu, sem ferir a liberdade acadêmica burocrata do pesquisador alienado que monta sua hipótese com aparente*



*rigor metodológico e segundo a letra dos regimentos: Se a pesquisa não fere a liberdade acadêmica individualista, se cumpre os regimentos, se não cria caso, e se há dinheiro, por que não aprová-la?*

*Quando a Academia se compromete vagamente com a comunidade, que critérios usará para decidir entre financiar uma pesquisa sobre a saúde do povo e uma outra que pretende enriquecer com bombas atômicas um país faminto, doente e analfabeto? Tragicamente, destas hesitações andam cheias as academias e as instituições de financiamentos do mundo contemporâneo, especialmente nos países pobres e dominados por pequenas e poderosas elites.*

Olinto A. Pegoraro é professor de Filosofia na PUC e presidente da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 30/4/1979)

## **DEMOCRATISMO AUTORITÁRIO**

Vicente Barreto

*O Estabelecimento do estado de direito no Brasil, depois de 14 anos de regime autoritário, será conseqüência da presença no cenário político de forças da sociedade civil que se organizem visando uma convivência democrática. Não teremos estado de direito por decisão unilateral do Governo,*

*que por decreto restabeleça as franquias democráticas; o estado de direito também não nascerá espontaneamente do jogo desordenado das forças da sociedade civil. O estado de direito depende de uma definição prévia da convivência entre as diferentes correntes de opiniões e interesses existentes na sociedade civil e quais os princípios inspiradores da ordem jurídica a ser constituída.*

*Existe aparentemente uma concordância a respeito desses princípios: a liberdade e a justiça social constituem os objetivos maiores a serem atingidos através do regime democrático. As divergências, porém, começam a aparecer quando verificamos que as diferentes forças sociais não concordam plenamente quanto ao significado último de liberdade, justiça social e democracia. Estas divergências não se referem a interpretações de cada um desses conceitos, o que seria uma condição essencial para o funcionamento de uma democracia pluralista. Trata-se de discordâncias mais profundas que acabam descaracterizando os próprios conceitos. Neste sentido torna-se útil a explicitação de idéias por parte dos atores políticos em cena, procurando cada um definir o seu credo político, para que a sociedade possa conhecer com precisão quais as idéias e soluções propostas para a elaboração da nova ordem política, social e jurídica.*

*Acredito que o debate sobre as características do regime democrático deva ser iniciado pela noção mesma de liberdade. Isto porque somente pelo exercício democrático da vontade popular nas decisões, a liberdade pode ser exercida, sendo o voto o primeiro estágio da estrutura democrática de poder. Por essa razão quando falamos em liberdade desejamos fazer referência específica à liberdade política, isto é, a*

*liberdade da pessoa humana no contexto da sociedade política.*

*Não se trata, portanto, de uma liberdade desencarnada, inconsútil, perdida na abstração da teoria e da imaginação. A liberdade encontra-se imersa no processo histórico, adquirindo feições características em função de variáveis culturais e sociais, mas mantendo uma certa identidade que independe dos momentos históricos nos quais se realiza. Assim, por exemplo, a liberdade liberal burguesa do século XIX não era menos liberdade por excluir do seu exercício os operários e camponeses, o sistema era injusto, mas isto não significava que não existisse a liberdade para alguns. A liberdade no Estado liberal clássico tinha um conteúdo específico por ser fruto de uma relação de forças determinadas (inexistência de massas populares na cena política), que traduziam um processo de enfraquecimento da aristocracia fundiária e da realeza em favor da emergência de interesses da burguesia antifeudal.*

*A boutade de Rousseau ao afirmar que o povo inglês era livre unicamente na hora de votar não invalida o exercício da liberdade na Inglaterra e esquece-se de que pelo menos no ato de votar o inglês era livre, o que não acontecia, à época, nos outros países europeus. Observamos, portanto, que a questão da liberdade está ligada umbilicalmente ao problema do seu exercício em um quadro de relações de forças políticas. Nas sociedades democráticas modernas o exercício da liberdade, faz-se através do sistema representativo, que assegura a participação do indivíduo na maior de suas liberdades, a liberdade de autogovernar-se. O desafio permanente com que se defrontou o sistema representativo, foi*

*sempre o de alargar a participação política de maior número de indivíduos, tornando-os mais livres, através da conquista de direitos políticos e civis.*

*As críticas elitistas ao sistema representativo, que por via de consequência levam ao próprio questionamento do regime democrático baseiam-se na posição de que a representação antidemocrática do estado liberal clássico – na qual se excluía da participação política os não proprietários – é a única forma possível de sistema representativo. Esta identificação advém da crítica à liberdade individualista, pedra angular do sistema representativo liberal clássico. A concepção de que a liberdade era uma esfera da pessoa humana, fora do alcance da ação do Estado, tem sido defendida por diferentes pensadores, sendo a característica da obra de libertários contemporâneos como Milton Friedman e Frederik Hayck.*

*A crítica à liberdade individualista e ao sistema representativo esquece-se, no entanto, de que o Estado liberal clássico sofreu um processo de democratização, em outras palavras, passaram a participar do processo de tomada de decisão política os operários, os grupos minoritários, as mulheres etc., que dele estavam excluídos. Neste processo a liberdade individualista foi sendo substituída pela concepção mais democrática das chamadas liberdades positivas ou reais em contraposição às liberdades individualistas ou negativas, para usarmos a expressão de Isaiah Berlin. O problema central, que por não ter sido resolvido acaba por levar os críticos das liberdades individualistas ao democratismo autoritário, reside na separação do regime da liberdade negativa do regime da liberdade positiva.*

*A liberdade negativa, individualista, afirmava o império de direitos pessoais sagrados, que Benjamin Constant dizia serem as liberdades de religião, opinião, expressão de pensamento e propriedade. A liberdade negativa era, portanto, a liberdade de proibição ou impedimentos pessoais; a liberdade positiva veio a ser a liberdade para o homem realizar-se, consistindo na afirmação social da pessoa humana. A liberdade positiva veio, dentro de uma perspectiva histórica, corrigir as profundas injustiças sociais provocadas pelo exercício extremo da liberdade individualista. O democratismo baseia a sua argumentação na necessidade de extensão também extrema desta liberdade positiva, provocando neste processo o sacrifício das liberdades individuais em nome da liberdade comunitária e sendo, assim, logicamente empurrado para o autoritarismo.*

*As liberdades positivas procuram, portanto, garantir a realização de objetivos sociais (por exemplo, a justiça) que quando estão desvinculadas do respeito às liberdades negativas, tornam-se coercivos. Processa-se então a clássica argumentação dos autoritários que consiste em afirmar que o objetivo social procurado deve ser imposto aos indivíduos, pois no íntimo concordam com ele, ainda que por ignorância ou corrupção não o aceitem. Este paradoxo da liberdade positiva foi expresso por Rousseau em sua enigmática e conhecida frase: Aquele que recusar obedecer à vontade geral a tanto será obrigado por todo o corpo (social): o que significa que será forçado a ser livre. (Contrato Social, I, VII).*

*A democracia contemporânea vive, em última instância, da convivência e do equilíbrio desses dois tipos de liberdade, sendo que para a sua implementação histórica aperfeiçoa-se*

*continuamente o sistema de representação. As novas e ricas idéias da democracia participante, adiantadas pelo socialismo democrático, procuram, precisamente, adensar os canais tradicionais da representação política visando o total exercício das liberdades positivas sem, no entanto, o sacrifício das liberdades negativas.*

*A vocação autoritária transmite-se sempre em novas idéias. No debate que se abre para a definição dos rumos da democracia brasileira algumas correntes de idéias, ainda que contrárias ao autoritarismo dos últimos anos, mas por falta de uma maior elaboração teórica, correm o risco de deixarem-se levar ao democratismo autoritário através da crença de que a vontade da sociedade é determinada pela democracia de assembléia. Encontramos este tipo de colocação no artigo do prof. Olinto Pegoraro da PUC-Rio, que adianta algumas idéias no artigo intitulado Liberdade, Processo e Academia (JORNAL DO BRASIL, 30/04) e tece considerações sobre o conceito de liberdade comunitária, sua superioridade sobre a liberdade individualista, e as características do exercício da liberdade comunitária através do democratismo.*

*O democratismo autoritário parte do pressuposto de que a sociedade política, para ser democrática, necessita quebrar todas as fórmulas institucionais, principalmente os canais de representação política. Esta deverá ser substituída pela participação espontaneísta que se diferencia essencialmente da democracia participante proposta pelo pensamento socialista contemporâneo. A democracia participante baseia-se na regra da maioria para a determinação da vontade social, a ser transformada em lei pelos órgãos políticos da sociedade. A democracia moderna*

*nas sociedades de massa é, portanto, uma prática sofisticada, difícil, que recusa a simplificação das generalidades e dos processos espontâneos.*

*A idéia central do prof. Pegoraro reside no esdrúxulo conceito de maioria qualitativa. Esta consiste na maioria atingida através do debate comunitário, quando as melhores razões ganham a adesão da maioria. Esta não resulta, escreve o prof. Pegoraro, referindo-se ao processo de tomada de decisão no Departamento de Filosofia da PUC-Rio, simplesmente da soma de votos individuais, mas na maior profundidade das razões às quais acaba aderindo a maioria. Para se chegar a esta maioria qualitativa... (loc. cit). Onde se encontra qualidade da maioria? Evidentemente na adesão às decisões tomadas anteriormente não pela comunidade, mas por uma direção executiva. Aqui começa e termina o caráter democrático deste tipo de procedimento político.*

*O democratismo autoritário admite, também, que o espontaneísmo político, substituindo-se à ordem legal, acabará com o conflito entre a sociedade civil e o Estado. O exercício da liberdade comunitária levará necessariamente à superação do conflito sociedade/Estado e indivíduo/indivíduo. A concordância e adesão à maioria qualitativa processa-se na visão idílica do prof. Pegoraro de forma racional e tranquila. A descrição feita pelo prof. Pegoraro procura mostrar a viabilidade da utopia proposta. Deixando de lado o problema da diferença de tamanho entre um departamento universitário e a sociedade politicamente organizada persistem alguns problemas que não ficam claramente resolvidos. O que fazer com o dissidente renitente, que mesmo depois de reuniões, argumentos, pesquisas etc., não aceita a decisão da maioria*

*qualitativa? Será necessário expulsá-lo do grupo para não quebrar a unidade qualitativa da maioria. Em alguns casos, e a história deste século prova em abundância, prende-se e tortura-se até que o egoísmo individualista ceda lugar à participação comunitária. O problema com o democratismo autoritário é que ele começa com a descaracterização do processo democrático e termina pela imposição da vontade de um grupo ou de um líder.*

*Outro aspecto da argumentação da teoria do democratismo autoritário reside no entendimento do papel da lei na vida das sociedades políticas. A lei é superficialmente identificada como o instrumento de opressão de uma burocracia fossilizada, que impede o desenvolvimento da personalidade individual. Este entendimento é mais uma simplificação teórica que não corresponde à realidade. As burocracias opressoras da pessoa humana em nome da raça, do proletariado ou da religião são encontradas precisamente nos países onde não existe uma ordem jurídica legitimamente definida através do processo democrático. O argumento, além disso, ignora o fato histórico de que a ordem jurídica democrática nasceu da necessidade do controle da vontade arbitrária do governante e que é em função dos direitos e garantias definidos legalmente que os indivíduos têm condições de opor-se à opressão. A maleabilidade legal leva-nos fatalmente à indefinição de critérios e à tirania do democratismo emocional das assembléias.*

*Isto porque a democracia é uma praxis extremamente complexa e delicada, exigindo o seu funcionamento procedimentos previamente definidos e formalizados (com o voto, o respeito à decisão da maioria, o respeito à existência e*



*representação de minorias, a representação) que não se encontram evidentemente no entusiasmo das assembleias.*

*Procuramos hoje no Brasil elaborar uma ordem política democrática, onde estejam definidos direitos e deveres da pessoa, dos grupos da sociedade civil e do Estado. A democracia pluralista garante a convivência política com as divergências, as discordâncias e as contradições múltiplas geradas no seio da sociedade civil. A própria riqueza da vida em sociedade supõe a aceitação de conflitos, que à medida que são superados tornam mais significativa a vida do homem. A resposta ao autoritarismo dos últimos 14 anos não será dada pela adoção do modelo liberal clássico e nem pela aceitação do democratismo autoritário, que terminará por nos levar ao jacobismo. A formação de uma opção politicamente válida no Brasil somente será possível, a meu ver, pela adoção da tradição de luta contra o autoritarismo, na qual foram definidos os direitos e liberdades da pessoa humana, acrescida dos ideais de justiça e democracia, nascidos das lutas dos deserdados políticos e sociais. O debate consiste, portanto, na definição de uma ordem política e jurídica, que preserve as liberdades positivas e as liberdades negativas, trazendo para a participação nas decisões os grandes contingentes humanos que até então encontravam-se marginalizados.*

Vicente Barreto é professor na Faculdade de Direito Cândido Mendes (Ipanema).

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 20/5/1979)

## UNIVERSIDADE E PLURALISMO CULTURAL

Miguel Reale

### *Missão Plural da Universidade*

*Parece-me fora de dúvida que uma Universidade não se reduz a uma estrutura pedagógica, na qual se coordenam ou se justapõem múltiplas atividades destinadas à formação superior de especialistas graças à pesquisa metódica da realidade, tão-somente à luz dos resultados atingidos pelas ciências em seus múltiplos campos de aplicação. Esse entendimento intelectualista dos organismos universitários, fruto da concepção da razão segundo o paradigma exclusivo do saber científico, às vezes confundido com o das ciências exatas, cede cada vez mais lugar a uma compreensão mais ampla e concreta da missão acadêmica, pelo reconhecimento de que ela deve se inserir no amplo contexto cultural do País, em sintonia com o desenvolvimento universal das idéias.*

*A missão universitária consubstancia-se, por conseguinte, tanto em função dos meios e processos de agir, como em razão dos fins éticos, estéticos e científicos que, em conjunto, constituem a sua razão de ser, mesmo porque a cada época histórica e a cada tipo de sociedade corresponde determinado modelo de Universidade.*

*Destarte, exigências teóricas e práticas articulam-se e completam-se, para dar força e sentido à vida universitária,*

*como um todo orgânico, dependendo o seu êxito de sua correspondência ou harmonia com as circunstâncias e contingências da comunidade em que se desenvolve. Poder-se-ia afirmar que a busca de sua Universidade, daquela que lhe é própria e condizente com as suas circunstâncias histórico-sociais, confunde-se com o processo de auto-revelação de cada povo, visando a situar-se de maneira autônoma no cenário da cultura mundial, sem artificialismos e vaidades fútuas, mas tão-somente como resultado da progressiva conscientização de seus motivos e pendores naturais.*

*Ora, em que pesem as irrecusáveis e graves deficiências de nosso ensino superior, cujos quadros, nas duas últimas décadas, tiveram de se adaptar, precipitado e desastradamente, a uma demanda imprevisível e avassaladora de candidatos aos cursos acadêmicos, não se pode recusar que Universidade há no Brasil que já adquiriram certo sentido próprio, a partir especialmente da experiência da Universidade de São Paulo (USP) onde, aos poucos, veio se consolidando a tese, hoje vigente em outros Estados, de que as atividades universitárias devem atender ao tríplice imperativo do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, numa pluralidade aberta e dinâmica de meios e de fins.*

*Surgiu, desse modo, uma compreensão até certo ponto original de Universidade, sendo abandonado o figurino que caracterizara o magistério superior na época do fatígio burguês, para dar-lhe uma configuração não só mais complexa, mas sobretudo mais vinculada à sua destinação social, da qual o Projeto Rondon é o sinal mais conhecido e popular.*

*Alterados os objetivos da instituição, era natural que se operasse modificação adequada em seus ordenamentos e processos de ação, ora prevalecendo finalidades de ordem prática para entendimento de programas tecnológicos do País ou de cada Região, ora escopos mais amplos de caráter social ou assistencial, num leque de opções que não podia deixar de sofrer o impacto de preferências político-ideológicas.*

*Confundida que seja com os serviços do Estado, a Universidade se transforma em mero instrumento administrativo, como se dá nas nações sujeitas a regimes totalitários, sendo incontestável a afirmação do conhecido biologista Zhores Medvedev de que, na Rússia, as pessoas estão a serviço exclusivo do Estado soviético. No mundo democrático, ao contrário, não obstante os conflitos de opinião sobre a prioridade dos fins e a adequação dos meios, um valor há que permanece intangível: a recusa a qualquer plano tendente a converter a Universidade em mero instrumento de um sistema de idéias definitivas e intocáveis.*

*A questão, que se põe nas democracias é, em suma, a da Universidade como unidade na diversidade, o que nos faz descer até a raiz do assunto, mesmo sob o prisma terminológico, visto basear-se a cultura democrática na capacidade superior de entendermo-nos, ainda que divergindo.*

### *Os Departamentos e a Liberdade Acadêmica*

*A propósito de cada um dos três objetivos universitários acima discriminados têm havido divergências e debates, mas, em linhas gerais, ficou assente, em primeiro*

*lugar, que a antiga dicotomia entre ensino e pesquisa não tem mais razão de ser, porquanto, a rigor, deve-se ensinar pesquisando e pesquisar ensinando, o que só ocorre, é claro, quando um instituto universitário não se reduz a mera empresa destinada a transferir, com escopo de lucro, aquele mínimo de informações oficialmente exigido para a outorga de diplomas profissionais.*

*Ora, foi para atender à díade ensino-pesquisa que, em nossa última reforma do Ensino Superior, optamos pela supressão das Cátedras, substituídas pelos Departamentos, graças ao transplante do modelo norte-americano, onde a prática veio, paulatinamente, constituindo centros de investigação caracterizados pelo trabalho de equipe, sob o signo concomitante da livre iniciativa de cada participante e a troca permanente de informações e experiências, num diálogo fecundo entre os pesquisadores.*

*É evidente que, para o bom desempenho de um órgão de tal natureza, não basta a existência de mestres devidamente habilitados (da existência de massa crítica no corpo docente, tal como se costuma dizer na USP) nem tampouco o regime de tempo integral de todos ou da maioria dos professores: é indispensável, também, que a presença dos alunos não seja ocasional ou de curta duração na Escola, condição esta quase sempre repelida pelos jovens que mais veementemente protestam contra a má qualidade de nosso ensino...*

*Sem a participação efetiva dos estudantes, as investigações ficam restritas à categoria docente, ou, a um pequeno núcleo de alunos dotados de real vocação, e cuja situação econômica os dispense do trabalho. É a razão pela qual nossos Departamentos, que deviam ser células de um*

*organismo vivo, existem apenas no papel, para estatísticas que mascaram o vazio cultural que corrói nosso sistema de ensino, onde andam divorciados os valores da Educação e da Cultura, embora sob a égide de um m esmo Ministério.*

*No Brasil, em verdade, ressaltadas honrosas exceções, a adoção do esquema departamental yankee tem redundado em equívocos ou abusos manifestos, passando-se da tão vilipendiada Monarquia da Cátedra para a Oligarquia do Departamento, não só por ser esse concebido como um corpo administrativo de reduzido alcance pedagógico, mas também pela natural tendência, bem nossa, de se constituírem grupos dominados por laços de interesses pessoais (grupos de clientela) ou então, pela subordinação a um feixe de idéias tido e havido como expressão exclusiva da última verdade, razão determinante de engajamentos obrigatórios (grupos ideológicos).*

*É evidente que, em ambas as hipóteses, quaisquer que sejam as convicções doutrinárias que animam os donos do poder departamental, o resultado é sempre o mesmo: desaparece o pluralismo das vocações e das iniciativas, para predomínio de uma facção infensa a qualquer atitude discrepante.*

*Desse modo, os objetivos visados pelos promotores da reforma universitária, que eram tanto pedagógicos como democráticos, têm sido flagrantemente ludibriados, ficando confirmada a tese de que não é apenas nos organismos animais que os transplantes dão lugar a deformações e rejeições inevitáveis.*

*O certo é que a nossa cultura universitária está ameaçada por quistos de ideologia e sectarismo que vicejam à*

*sombra dos Departamentos, cujos senhores se prevalecem de autonomia que a lei confere, para “selecionar” os que pretendem se dedicar ao magistério superior: as patrulhas ideológicas vêm atuando, perversamente, no seio dos Departamentos, impedindo a ascensão de valores reais nos quadros universitários, através de sistemática exclusão de quem não comungue com as diretrizes da oligarquia dominante, com resultados sempre condenáveis, quer sejam da esquerda ou da direita os responsáveis atos discriminatórios.*

*Clama-se muito contra o veto oposto por autoridades universitárias a este ou àquele outro candidato ao magistério, tão-somente por motivos ideológicos, com abstração ou desprezo de seus comprovados méritos, o que é reprovável, mas se faz completo silêncio quanto a formas de seleção não menos condenáveis, ao nível dos Departamentos, através de processos sub-reptícios e maliciosos. O pior é que, à luz da legislação vigente, os “cortes-ideológicos” ou as opções de clientela se verificam de maneira praticamente irremediável, pois, se as Congregações ou os órgãos superiores podem recusar as indicações feitas pelos Departamentos sem o devido lastro cultural, são os Departamentos que, em última análise, podem facilitar ou dificultar a seleção inicial dos candidatos, não tendo faltado sequer exemplos de exclusões ou admissões odiosas através de provas e concursos apenas formalmente válidos.*

*Se há um ponto que está exigindo providências urgentes do legislador pátrio é esse da formação de nosso corpo docente, promovendo-se a revisão do texto constitucional que equipara a carreira do magistério oficial à dos burocratas comuns, sem levar em conta os seus graus de habilitação*

*específica, através de cursos próprios, como os de Mestrado e Doutorado. não menos imperioso é o estudo de medidas destinadas a impedir que os donos dos Departamentos façam de sua vontade a razão de decidir, como nos versos do grande satírico romano: pro ratione fiat voluntas...*

### *As finalidades Práticas e o Sectarismo*

*Entre as tarefas universitárias, supra-analisadas, fiz referência às que se resolvem em serviços prestados à comunidade. Esta matéria, do mais alto alcance para os países em desenvolvimento, tem sido objeto de descabidos contrastes.*

*Alinham-se, de um lado aqueles que, colocando a questão em termos de luta de classes, condenam qualquer modalidade de aprendizado técnico que possa ser útil às atividades empresariais: a única tecnologia que admitem é a destinada a servir aos interesses do Estado, a pretexto de ser este a personificação dos ideais coletivos, o que, feitas as contas, redundaria no Estado totalitário. Neste sentido é conhecida a celeuma levantada contra a chamada Universidade empresarial. Foi dito e repetido que deveriam ser eliminadas, por serem expressão de dependência ou sujeição, quaisquer investigações realizadas mediante o apoio financeiro das empresas, ainda que totalmente nacionais, ou que a elas se destinassem.*

*Em outros círculos, dominados por igual estrabismo cultural, exige-se, como requisito ou sinal de autonomia autêntica, que a atenção dos mestres e dos alunos se concentre em pesquisas totalmente desinteressadas, sem mácula de*



*aplicação técnica suscetível de engendrar resultados econômicos. Donde o anátema contra qualquer modalidade de ensino que possa habilitar o estudante às exigências do processo tecnológico. De maneira geral, esses angélicos defensores da pureza acadêmica, em todos os campos do conhecimento, contentam-se com reivindicações abstratas e genéricas, formuladas mediante estereótipos e clichês semelhantes aos que compõem a vulgata do marxismo corrente, cuja adoção tem a virtude de emprestar ao seu usuário ares de sabedoria, com reduzido ou nenhum esforço intelectual.*

*Desse modo, a prevenção ideológica leva nacionalistas apaixonados a não compreender que nas nações em desenvolvimento, desprovidas de empresas dotadas de poderosos recursos para criar tecnologia própria, esta só pode resultar de múltiplos caminhos, um dos quais, e de não somenos importância, passa pelos campos universitários. Tudo está, pois, em saber dosar, com equilíbrio e critério, as opções possíveis, numa combinação inteligente de pesquisas desinteressadas com suas aplicações pragmáticas, mesmo porque umas e outras se implicam, podendo a operação prática possibilitar imprevistas descobertas de puro alcance teórico, e vice-versa.*

*Por aí se percebe como o sectarismo político, na sua visão unilateral dos problemas culturais, acaba servindo, inconscientemente, a interesses empresariais alheios, com sacrifício dos interesses próprios...*

*Pois bem, é de igual vício de setorização mental que padecem aqueles que, situados em campo oposto, colocam o problema universitário em termos de mero rendimento*

*utilitário, só se entusiasmando pela educação pelo fato de considerá-la um precioso investimento econômico. Chegam alguns tecnocratas ao extremo de pretender que as investigações acadêmicas devam ter cunho predominantemente prático, em consonância com a diretriz profissionalizante que em má hora se pretendeu imprimir aos diversos graus do ensino, como se a meta primordial deste consistisse no preparo de mão-de-obra para o mercado de trabalho.*

*Por essa via, que conduz ao totalitarismo tecnocrático, despreza-se ou condena-se a pesquisa pura e desinteressada, numa perda alarmante dos valores teóricos, os quais, além de constituírem fatores essenciais à cultura do Ocidente desde as matrizes do pensamento grego, são indispensáveis às próprias ciências positivas, cujas aplicações tecnológicas, por sua vez, podem resultar, como já salientei, de investigações isentas de qualquer empenho de natureza pragmática.*

*O curioso e paradoxal é que a conseqüência análoga às dos tecnocratas chegam também outros intérpretes da nova missão universitária, para os quais os valores teóricos pouco ou nada representam, se e quando desacompanhados de indispensável engajamento social, em prol das causas populares. Já se percebeu que estou me referindo a determinados professores compromissados com a Filosofia da Libertação, vestimenta moderna do antigo Saber de Salvação, a que se referia Luis Washington Vita como uma das constantes negativas do pensamento nacional. Trata-se, porém, de roupagem aparatosa, mas, feita com um tecido em cuja trama se percebem fios tomados de empréstimo dos romances de Karl Marx, de Martin Heidegger e de mensagens*

*evangélicas, numa variegada e estranha combinação de cores e de tons. Muito embora postulem e pavoneiem uma cultura autóctone, livre de colonialismos e dependências, até o ponto de renegarem os laços que nos prendem às raízes mediterrâneas de nosso pensamento, não fazem mais que manipular, numa contrafação eclética, como bem observa Juan Carlos Torchia Estrada, as mesmas categorias filosóficas de origem européia que denunciam como fonte de colonialismo colonial.*

*Convertidos em cristãos novos da socialização, olham tais mestre com desprezo para os que ainda cuidam de valores teóricos, preferindo excluir de seu seio aqueles que se dedicam, por exemplo, a revelar e a estudar, com desapaixonado espírito crítico, o sentido de nosso passado mental. O que lhes importa, aos cultores da Filosofia como atividade, é apenas a praxis, que só agora parece terem descoberto, obscurecendo-lhes a capacidade de admitir que outros possam pensar de maneira diversa.*

*Como foi bem observado, à margem de um texto de Habermas sobre os males e as unilateralidades das ideologias, o fanatismo é consequência natural do fato de aceitar-se a contaminação da teoria pelo interesse prático, ou, por outras palavras, que a prática se converta no horizonte intransponível dos valores teóricos, tal como se dá com o marxismo e doutrina afins.*

*Quando se chega a esse ponto, a Filosofia se transforma em ato de fé, na Filosofia Missioneira, à qual me refiro em meu livro Pluralismo e Liberdade, publicado em 1963, quando estava bem longe de imaginar que aquela denominação viria a adquirir surpreendente atualidade,*

*dezesseis anos depois, a ponto de serem censuradas e vetadas as páginas nas quais penso ter demonstrado a sua incompatibilidade com a forma de cultura reclamado por um País, como o Brasil, que é plural em suas raízes geográficas, demográficas e históricas.*

### *A Decadência dos Valores Teóricos*

*Não é de hoje a advertência de que a causa da liberdade acadêmica se correlaciona, indissoluvelmente, com a da preservação dos valores teóricos, quer por se converter a educação numa indústria do conhecimento, quer por ser transformada em instrumento de atividade político-social.*

*O fenômeno da politização da Filosofia não se acha circunscrito ao Brasil, mas se estende a toda a América Latina. Em estudo publicado, em 1975, na Revista Nacional de Cultura, de Caracas, o citado Torchia Estrada adverte que, na Argentina, vem decrescendo a atenção pelo valores teóricos da pesquisa filosófica.*

*Nesse sentido, é lembrado um trabalho inédito de Francisco Romero sobre A decadência do espírito teórico, no qual o ilustre pensador platino já denunciava, em 1955, os riscos inerentes ao enfraquecimento do espírito doutrinário, apontando como causa direta desse esvaziamento o impacto de exigências político-sociais decorrentes do totalitarismo, ou das reações por ele suscitadas, cuidando-se do problema do homem, porém, do homem crise, que não buscava um saber, mas uma saída do torvelinho. O resultado era a conversão da Filosofia numa arena na qual se digladiavam partidários de teorias marxistas, existencialistas ou de tipo confessional. Do*

*existencialismo,, ponderava Romero, talvez devido às suas manifestas dificuldades teóricas, sugavam-se apenas os elementos niilistas favoráveis ao engajamento prático, como ainda agora acontece.*

*Mais tarde, Julian Marias, em 1972, apreciando o fenômeno espanhol, chamava, igualmente, a atenção para o ruinoso processo de ocupação de cátedras, revistas e editoriais com estímulos políticos e econômicos, sendo visível a deterioração da tarefa educacional em geral, e da Filosofia, em particular.*

*É possível que o fenômeno tenha caráter universal, mas no Terceiro Mundo oferece características mais alarmantes, sobretudo quando o teológico se enxerta em propósitos metafísicos e políticos, dando origem a filosofias marcadas pelas táticas da ação e do compromisso, em atitudes de verdadeiro proselitismo.*

*É inegável que o filósofo, no mundo atual, em face dos desafios cruciantes de nosso tempo, não pode se trancar numa torre de marfim, para repetirmos consagrado chavão, mas, uma coisa é a natureza social ou ético-social dos problemas existenciais (e já Husserl advertia que a crise da ciência não se situa no plano metodológico, mas no seu significado essencial para o homem) e outra coisa é a transformação da problemática humana em arma de combate e de exclusivismos. Mais grave ainda é quando se desloca o eixo da pesquisa, transferindo-o das salas de aula para comícios nos campos universitários, pretendendo-se resolver pelo número questões que, embora democráticas em seus objetivos últimos, não podem preterir a hierarquia que nasce de renovadas e demoradas experiências no plano especulativo.*

*Há muita gente que infelizmente confunde Universidade democrática com Universidade anárquica ou massificada (o que vem a dar no mesmo) condenando como fascistas todas as formas de ordenamento hierárquico, mesmo quando este se funda exclusivamente no livre e aberto aprimoramento da inteligência e da sensibilidade, o que pressupõe amor à solidão criadora, ao recolhimento inerente ao ato da análise e perquirição objetiva, pois, como ensina Leonardo da Vinci, é quando o homem está só que ele se pertence por inteiro.*

*A inclinação ao conhecimento tribal, que é parente próximo do conhecimento industrializado, são ambas formas de horror ao espírito teórico, no qual a liberdade do espírito se afirma, tendo como corolário a liberdade acadêmica, e cuja luz não se repudia qualquer corrente de pensamento, inclusive a dos que preferem a Filosofia engajada, desde que seus adeptos saibam ser partícipes de um diálogo que somente será autenticamente filosófico se não visar à proclamação de vencedores e vencidos.*

O jurista Miguel Reale é membro do Conselho Federal de Cultura. Foi a exclusão de um trabalho seu – A Filosofia como Autoconsciência de um Povo – dentre os estudados no Departamento de Filosofia da PUC que deu origem ao recente debate sobre liberdade acadêmica que se travou principalmente nestas páginas. O estudo em questão se acha publicado em *Pluralismo e Liberdade* (Edição Saraiva, São Paulo, 1963).

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 3/06/1979)

## AS RAÍZES DA CRISE DA PUC

Antonio Paim

*Embora a expressão não agrade ao Reitor da instituição, Padre MacDowell, existe na PUC-RJ uma crise que se apresenta com a seguinte configuração: uma parte do corpo docente resolveu dizer basta à escalada da intolerância e do espírito inquisitorial. O processo ascensorial desse espírito, na instituição, vem de longa data. Contudo, não nos encontrávamos numa posição cômoda para denunciá-lo. Muitos renunciaram ao exercício de funções docentes sem fazê-lo. Corria-se o risco de parecer que, ao combater a censura interna, aprovávamos a censura externa, para usar a feliz imagem apresentada pelo professor Aroldo Rodrigues. Nas condições atuais, quando a Nação optou, de forma insofismável, pelos riscos da democracia, não havia razões para temer os equívocos que a denúncia pudesse provocar. A escalada totalitária na PUC-RJ – que não se restringe à instituição, como vem indicou Aroldo Rodrigues – é ameaça grave com que se defronta a liberdade acadêmica. E, sem esta, dificilmente conseguiremos encontrar os caminhos aptos à institucionalização da convivência democrática.*

*Dado este passo, denunciada a ameaça à liberdade acadêmica pela escalada do espírito inquisitorial, seria ingenuidade supor que possa ser superado sem uma tentativa de averiguação de suas raízes. Não se trata, por certo, de uma investigação que pretenda remontar aos começos dos tempos. Reconhece-se a existência, no mais profundo do ser humano,*

*de uma vontade de poder que o leva a exercê-la ainda que oprimindo outras consciências. Na própria cultura brasileira há uma linha nítida de evolução, que privilegia a opção totalitária. Contudo, esse pano de fundo, se explica as condições que favorecem a eclosão do fenômeno, nada nos diz quanto à maneira de enfrentá-lo, no nível próprio em que se deve fazê-lo na Universidade, isto é, no plano das idéias.*

*A escalada inquisitorial a que assistimos na PUC-R J encontra seu respaldo teórico na obra do Padre Henrique de Lima Vaz. Lima Vaz apareceu no cenário filosófico brasileiro nos anos 50. Nesse ciclo, discutia-se um problema clássico, mas que assume sempre formas renovadas: o de saber em que medida conhecemos a realidade e em que medida esse conhecimento nos autoriza a fazer afirmativas acima da experiência humana (existência de Deus, sobrevivência da alma etc.). Essa questão milenar fora solucionada de modo novo na obra de Kant, em fins do século XVIII, ao inverter a pergunta, propondo-se investigar os procedimentos através dos quais constituímos a objetividade (isto é, elaboramos conhecimentos válidos para todos). À perspectiva clássica, segundo a qual, pela via racional, chegamos a conhecer aquilo que não se insere no âmbito de nossa experiência, sobrepunha-se uma nova perspectiva, negando essa possibilidade. E assim chegamos ao período contemporâneo da filosofia com a coexistência dessas duas perspectivas: a kantiana e a clássica (aristotélico-tomista).*

*Muitos filósofos esforçaram-se por conciliá-las. Esse precisamente o sentido da meditação de Lima Vaz nos anos 50. Enquanto pensadores como Miguel Reale e Djacir Menezes esforçavam-se por tirar todas as conseqüências da*



*perspectiva kantiana, Lima Vaz iria tentar a ressurreição da perspectiva clássica, mas sem desconhecer a moderna. Nesse período pos em circulação, no cenário filosófico nacional, a idéia de consciência histórica. O homem somente se afirmaria como indivíduo na medida em que entra em relação ativa com outros homens e com o mundo. Nessa atividade é que se constitui como consciência. Esta é, contudo, simultaneamente universal e histórica.*

*Ao fazer essa colocação, Lima Vaz pretendia restaurar o espiritualismo e dizer que a busca de sentido, presente na História, exige o Absoluto. A afirmativa envolve, como disseram os seus críticos, uma flagrante violação dos princípios kantianos, porquanto exige um elemento de crença. Ultrapassa o plano do diálogo filosófico para situar-se no da fé. Em que pese não haja logrado uma solução que pudesse contentar aos partidários das duas posições, em seu itinerário Lima Vaz ressaltou a importância do elemento moral. O homem é criador da História antes de tudo como sujeito ético, dizia então. Essa tese tornara clara ao pensamento brasileiro desde os seus maiores representantes nos meados do século XIX e sobretudo a partir de Tobias Barreto. A parcela essencial da obra de Lima Vaz nos anos considerados encontra-se no livro Ontologia e História que, embora publicado em 1968, reúne ensaios escritos entre 1954 e 1963.*

*No período desde então transcorrido teve lugar uma inflexão significativa na meditação do Padre Vaz. Podemos, de forma resumida, dizer que passa agora a ocupar um lugar central na sua reflexão o entendimento da cultura como um a ruptura, como uma crise, configurando-se num primeiro ciclo como ideologia e tendendo, no subsequente, a tornar-se saber*

*absoluto. Essa colocação inspira-se em Hegel e não tem propriamente nenhuma conotação sociológica, embora seja a partir do plano filosófico, a partir de Hegel, mais precisamente, que se haja tornado possível uma crítica das ideologias, como a entendia Marx.*

*O enunciado precedente não reflete, por certo, toda a densidade da análise de Lima Vaz. Contudo, remete ao essencial. Essa análise encontra-se nos ensaios do ciclo posterior a 1963, aparecidos na revista *Kriterion* (órgão da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais), em especial o texto em que se ocupa especificamente do tema (Cultura e Ideologia. Sobre a interpretação do capítulo VI da *Fenomenologia do Espírito*).*

*Embora formulado ao nível da filosofia, o entendimento da cultura não como uma obra continuada de sucessivas gerações, mas como uma ruptura, tem significativas implicações para a ação concreta, como a experiência iria indicar e o próprio Lima Vaz explicitaria em sucessivas oportunidades. A primeira delas é o privilégio que se passa a atribuir àqueles momentos históricos em que os valores de determinada sociedade se tornam questionáveis. E, a segunda, a suposição de que esse questionamento possa ser substituído por um estágio de harmonia e equilíbrio, tornando-se justificável uma opção totalitária, isto é, a imposição à sociedade desse novo estágio.*

*O período contemporâneo de nossa história assume aos olhos de Lima Vaz uma situação de tal modo privilegiada que, aprece-lhe, somente a partir daí dão-se as condições para a emergência da meditação filosófica brasileira, ignorando solenemente a longa tradição da filosofia portuguesa que*

*retomamos a partir mesmo do ciclo da Independência. A esse propósito teria ocasião de escrever: ... vemos que a sociedade brasileira hoje é uma sociedade em pleno questionamento, em plena crise, é uma sociedade que se tornou incapaz de reconhecer-se na simples repetição de um *ethos* estabelecido de estruturas, crenças, representações, é uma sociedade que está, portanto, submetida a uma revisão radical das suas razões de ser e, portanto, é uma sociedade em que já se configura o *lugar* ideológico da reflexão filosófica, que é por excelência uma reflexão crítica. (Conferência em 21/10/1976. Cadernos SEAF nº 1, agosto 1978, pág. 15).*

*Quando se dão tais circunstâncias de crise, quando a sociedade não pode contentar-se mais em visões do mundo que satisfaçam apenas a uma curiosidade intelectual, avança Lima Vaz, o modelo adequado para enfrentá-las são as filosofias totalizantes do tipo do marxismo. Hegel e o marxismo devem ser retomados não pela arquitetura formal da sua expressão sistemática, mas enquanto modelos de filosofar que enfrentam o problema das mudanças profundas que inauguram uma nova idade histórica e exigem o repensamento nos seus fundamentos e nos seus fins, das visões do mundo até então dominantes (*loc cit.*, pág. 16).*

*Embora a temática filosófica do pensamento de Lima Vaz nos últimos três lustros pudesse e merecesse ser considerada em maior profundidade – e não me furto a fazê-lo no tempo e lugar próprios – o que se disse é suficiente para evidenciar que as teses, de cunho nitidamente totalitárias, defendidas no texto de sua responsabilidade, publicado no órgão oficial da PUC-R J (*Verbum*, nº 1-2 do tomo XXI, págs. 67-95, março-junho, 1964), são uma decorrência lógica das*

*doutrinas que passou a defender, não podendo deduzir-se da tese, do ciclo anterior, de que o homem faz sua história antes de tudo como sujeito ético. O texto considerado, que leva o título de Ação Popular: Documento Base contém uma opção pelo socialismo e, embora critique a burocratização de tipo soviético, manifesta a esperança de que venha a superar o dogmatismo vigente. Tais restrições não significam, de modo algum, preferência pelo socialismo de tipo democrático, de que nem se cogita. A conquista da nova ordem tipo democrático, de que nem se cogita. A conquista da nova ordem de coisas é entendida desde logo como algo a fazer-se fora dos quadros democráticos (... pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas...). E, como corolário: Poderá fazer-se sentir a necessidade de um Partido único ou de outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário. Desta forma, o problema do Partido único ou da ditadura do proletariado não se coloca em seu aspecto formal, mas sim no grau de participação do povo em suas direções.*

*A filosofia do Padre Vaz – embora elaborada com todo rigor técnico, que não pude aqui refletir, para não torná-la excessivamente hermética, como de fato é – envolver um certo tom profético. Contudo está longe de corresponder à verdade e muito menos transformar-se em bandeira da PUC-RJ. É uma doutrina passível de crítica e discussão. E discuti-la não significa desprezo pela competência intelectual de seu autor.*

*Não há nenhuma evidência empírica de que a cultura seja algo que se constitua a partir de rupturas. As civilizações são, por certo, uma particular hierarquização de valores. A*

*presente civilização industrial correspondente à colocação em primeiro plano de valores que não adquiriam maior significação na Idade Média ou na Antiguidade Clássica. Contudo, o privilégio que se atribui, de modo crescente, nos últimos séculos, à dimensão material do homem não envolve obrigatoriamente o rebaixamento da dignidade da pessoa humana. A emergência de novos valores não equivale certamente ao abandono da tradição. As civilizações de que tratamos dão-se no contexto da cultura ocidental. A própria idéia hegeliana de superação não é alheia a esse entendimento.*

*A evidência empírica apontam no sentido inverso ao preconizado por Lima Vaz. As culturas particulares mais se assemelham a longo processo de sedimentação. Veja-se o caso da Rússia. A incorporação de uma vertente do pensamento ocidental (o ideário socialista\_ acabou absorvido pelo secular despotismo asiático. As instituições políticas soviéticas estão muito mais próximas do modelo czarista que da evolução política do Ocidente. A própria aceitação das doutrinas de Lima Vaz é bem um exemplo do peso que a tradição exerce sobre a cultura. A opção totalitária, revestida de palavreado da filosofia introduzida por Pombal e que foi cultuada por um grupo de padres, oriundos do Seminário de Olinda, homens de grande bravura e coragem, mas nem por isso menos equivocados. Essa opção se mantém incólume ao longo do século XIX e veio a assumir uma feição acabada em algumas facções do positivismo. As teorizações do Padre Vaz não passam na verdade de uma nova elaboração de velhas doutrinas.*

*Mas a tradição brasileira não se constitui apenas daquele segmento que supõe seja a pessoa humana passível de manipulação até configurar-se por uma única bitola. Existe igualmente toda uma linhagem de pensadores que se aproxima da questão do modo menos enfático e dogmático. E proclama a continuidade real do pensamento e seu caráter perfectível ao infinito.*

*Acho que a universidade deve enfrentar corajosamente esse problema. A ameaça à liberdade acadêmica – expressa na crise da PUC-RJ e que registra inúmeros outros eventos, como bem apontou Aroldo Rodrigues neste mesmo jornal – provém de doutrinas totalitárias, nem todas tão bem elaboradas como a pregação do Padre Vaz. Não há nenhuma outra instância capaz de afrontá-la senão a própria comunidade acadêmica. Alguns espíritos totalitários (e os marxistas não precisam obrigatoriamente tornar-se totalitários como bem o atestam a meditação filosófica brasileira, em geral, e a experiência do Instituto Brasileiro de Filosofia, em particular) gostariam de dar a esse confronto um desfecho puramente administrativo. Mas ainda que consigam sufocar a liberdade de pensamento nessa ou naquela instituição, não têm forças para impedir que seus fundamentos doutrinários sejam examinados e criticados. O grande desafio que temos pela frente, na etapa de evolução política em que ingressamos, consiste em obrigar os segmentos totalitários da sociedade a expor seus pontos de vista e a discuti-los de forma civilizada, sem nos deixarmos envolver pelos seus métodos inquisitoriais, que, se puderam vicejar à sombra do sistema autoritário, dificilmente sobreviverão no Estado de Direito.*

Antonio Paim é professor (demissionário) do Departamento de Filosofia da PUC-RJ.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 25/03/1979)

## **OS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-CULTURAIS DA OPÇÃO TOTALITÁRIA NO BRASIL**

Antonio Paim

*Durante dez anos, sob a direção da profa. Celina Junqueira, coexistiram no Departamento de Filosofia da PUC-RJ as mais diversas tendências filosóficas. Bastou que fosse entregue ao grupo responsável pela radicalização da juventude católica, nos anos sessenta – e que, longe de haver renegado as idéias então professadas, a elas mais se aferraram – para, num único ano, proceder-se ao expurgo da Fenomenologia e do Pensamento Brasileiro. Os professores vitimados por essa arbitrariedade não se dispuseram a opor qualquer resistência, visto que a escolha de elementos notoriamente totalitários para dirigir aquela pequena comunidade outro desfecho não prenunciava e a iniciativa de escolhê-los partira do reitor. Essa predisposição serviu apenas para estimular-lhes a audácia. E deram abertamente o primeiro passo para impedir a circulação de outras idéias que não as suas, proibindo a inclusão em apostila do Departamento do texto do professor Miguel Reale. No caso da*

*Fenomenologia e do Pensamento Brasileiro a eliminação se-  
dera de formas mais sutis. Graças a esse gesto, a questão veio  
a público. A chefia do Departamento não se fez de rogada e  
logo defendeu a censura, em nota distribuída à imprensa,  
atribuindo-lhe, de modo expresso, conotação política.*

*O que se viu, depois, foi um exemplo significativo de  
como se comporta o espírito totalitário. Na universidade  
instalou-se clímax semelhante ao que a posteridade entendeu  
fosse a circunstância típica dos autos-de-fé. As vítimas foram  
apresentadas à comunidade universitária como pessoas sem  
quaisquer méritos acadêmicos, a serviço de objetivos incon-  
fessáveis. Gritaram-se e escreveram-se slogans por todos os  
cantos. Nesse ambiente de paroxismo, exigiram-se demons-  
trações públicas de coesão e unidade. Pessoas de bem,  
habitadas ao debate sereno e à divergência, foram subme-  
tidas à suprema humilhação de vociferar de público. Prelados  
respeitáveis tiveram que violentar seu amor próprio para  
endossar mentiras e calúnias. E assim a opção totalitária do  
Departamento de Filosofia foi apresentada à opinião pública  
como sendo da universidade que, singularmente, estava unida  
por seus corpos docente e discente. Houve até um padre mais  
afoito que afirmou tratar-se de uma opção da própria Igreja.*

*Certamente a PUC do Rio de Janeiro não pode ser  
caracterizada como uma instituição de esquerda. Mas a  
esquerda atuante que abriga apresentou-se de forma muito  
nítida, direcionada num sentido claro.*

*Eminentes articulistas têm chamado a atenção para o  
que parece ser uma adesão em bloco da intelectualidade  
brasileira ao que se denomina vagamente de pensamento de  
esquerda. Os eventos da PUC-R J indicam a possibilidade de*



*caracterizá-los como correspondendo a uma opção totalitária: 1º) Usar de todos os meios e modos para impor aos outros suas próprias idéias; 2º) Fazer crer que essas idéias estão vinculadas ao mais absoluto altruísmo; e 3º) Distorcer a divergência como equivalente à defesa de interesses espúrios. Levando em conta a experiência brasileira, a adesão ao marxismo não corresponde obrigatoriamente a uma opção totalitária. Tivemos, no passado, intelectuais de renome, que se diziam marxistas e se vincularam a partidos ou plataformas democráticas. O Instituto Brasileiro de Filosofia abriga um grupo ativo que declina essa condição e atém-se ao debate filosófico aberto, sem cogitar de imposições, sentindo-se a vontade nessa convivência com outras tendências.*

*Assim, pareceria, pois, oportuno tentar averiguar as razões dessa opção totalitária que, embora abrigue idéias marxistas, não se explica por essa única circunstância. O fenômeno há de ter raízes profundas na cultura brasileira. Os cogumelos não brotam onde o terreno é desfavorável.*

*Ocorre-me duas linhas de investigação que se apresentam como alternativas, mas talvez sejam convergentes. A emergência dessa opção totalitária pode merecer explicação de índole sociológica, apoiada nas teses da escola Weberiana brasileira (Raimundo Faoro, Somon Schwartzman etc.). A segunda tentativa seria de índole culturalista. Esclareço que o culturalismo é uma importante corrente filosófica da atualidade brasileira, herdeira da tradição iniciada por Tobias Barreto, principal animador do Instituto Brasileiro de Filosofia, integrada por Luís Washington Vita (1921/1968), Miguel Reale e Djacir Menezes, para só citar autores cuja obra tive oportunidade de estudar especificamente (Problemas*

do Culturalismo, Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia da PUC, 1977).

### *I – A Hipótese Sociológica*

*Inquirindo-se sobre as razões da influência marxista em países latinos – o que não se verificava nas nações anglo-saxônicas – Fernando Pedreira, em artigo recente neste mesmo jornal, lembrou que cabia antes responder esta pergunta: Por que aqueles países não aderiram à reforma protestante? Buscando ir mais longe, no mesmo plano, caberia observar que, se se pode falar em influência marxista nos países latinos, na área da igreja bizantina houve mais que influência, enquanto deixou-se dominar pela ideologia marxista, a começar da cidadela moscovita, que se intitulou Terceira Roma, após a queda de Constantinopla. Haverá, talvez, uma comunidade mais profunda entre nós e a Terceira Roma. Nesse sentido é que adquire relevância a contribuição da escola Weberiana ao chamar a atenção para o caráter patrimonialista do Estado brasileiro, herança de Portugal. Além do que escreveram Weber e seus discípulos brasileiros sobre essa categoria, cabe referir o estudo clássico de Wirfoegel, O Despotismo Oriental, onde a investigação se desenvolve em torno deste tema: Como se formou um Estado mais forte que a Sociedade?*

*O Estado moderno é o centro aglutinador de interesses de grupos ou classes sociais. Constitui-se na base do sistema representativo e, embora não acalente a utopia da eliminação da força, pretende ser a violência legalizada, na feliz expressão de Max Weber. A idéia de representação que,*

*originariamente, era elitista, tornou-se plenamente democrática, no sentido de que sua prática faculta a ascensão de grupos ou classes efetivamente majoritários, desde que esta ascensão não corresponda à eliminação do sistema representativo – bandeira do socialismo em sua fase inicial e que continua sendo propugnada por facções extremadas de esquerda.*

*O Estado patrimonial não é uma criação moderna, mas sobrevivência medieval. Nessa instituição não há diferenças nítidas entre as esferas política e econômica da sociedade. O aparelho estatal é afetado pelo gigantismo e sua estruturação antecede, historicamente, ao surgimento dos grupos de interesse autônomos e articulados que se formaram na sociedade industrial. À luz dessa realidade, Schwartzman faz essa observação de extrema acuidade: Nestes contextos, a busca do poder político não é simplesmente feita para fazer prevalecer esta ou aquela política, mas visa à posse de um patrimônio de um grande valor, o controle direto de uma fonte substancial de riqueza. (São Paulo e o Estado Nacional, Difel, 1975, pág. 20).*

*O Estado patrimonial encontrou no País uma base social muito sólida, estudada por Schwartzman no livro referido. Pode-se dizer que, no plano teórico, o positivismo seria o seu principal ponto de apoio. Não por acaso, a mais importante expressão brasileira do marxismo consiste precisamente numa versão positivista, conforme tive oportunidade de evidenciar em outras oportunidades. E aquela corrente que foi denominada de Positivismo Ilustrado, isto é, que apostava na atitude pedagógica e na conquista das consciências (votos) circunscreveu-se a reduzido núcleo.*

*É possível que o terreno sobre o qual viceja a opção totalitária seja essa tradição patrimonialista, tanto mais que conseguiu formular um modelo institucional – o castilhismo – que acabou sendo adotado por grande parte das facções tenentistas não-comunistas como pelo prestismo; por segmentos ponderáveis do trabalhismo getulista etc.*

*Se hipótese considerada tiver alguma validade, fornece de pronto um guia e um roteiro para os que têm compromisso com o encontro das formas e meios de consolidar-se a convivência democrática no período de nossa história que ora se inicia. O pensamento de esquerda será mesmo algo difuso, recebido como herança cultural. O agrupamento que fez a opção totalitária será o principal interessado em manter essa imprecisão ou o raciocínio à base de simples clichês. De sorte que nos incumbe dar provas de argúcia e forçá-los a explicitações cada vez mais precisas.*

## *II – A Hipótese Culturalista*

*Assumo a responsabilidade de formulá-la, atendo-me ao espírito da obra de seus principais representantes. Assim, não deve ser entendida como sendo diretamente da lavra dos professores Djacir Menezes ou Miguel Reale, embora suponha que com ela concordariam.*

*A corrente culturalista afirma que são de índole moral os fundamentos últimos da evolução da cultura, razão pela qual as civilizações são modos de hierarquização de valores. A alteração dos fundamentos morais é que ocasiona os rumos da cultura.*

*Se é assim, compete chamar a atenção para o fato de que no Brasil a intelectualidade nunca foi galvanizada por um debate acerca da moralidade. Não seria esta a oportunidade de desenvolver essa tese em maior profundidade. Gostaria apenas de referir à circunstância de que os moralistas do século XVIII estavam todos envolvidos na exaltação da pobreza. A mudança que representou a reforma pombalina não se fez acompanhar de uma discussão específica do tema. Passou-se de certa forma a admitir a legitimidade da riqueza, se bem que compreendendo sobretudo o Estado e não pessoas ou grupos individualmente. Por isso, talvez, ainda hoje se constitua numa questão delicada o problema do lucro ou a legitimação dos interesses econômicos. O próprio sistema representativo somente se estruturou no período imperial, quando sua vinculação ao interesse se estabelecia sem dar origem a consciências culpadas.*

*Nesse contexto, considero da maior gravidade que a Igreja, sem explicitar todas as consequências dessa mudança de posição, haja aderido ao desenvolvimento. Mas isto não corresponde a legitimar a riqueza, no sentido protestante do termo?*

*Do que precede, pode-se concluir que da hipótese culturalista também decorre uma plataforma de ação muito precisa para nos defrontarmos com a opção totalitária. A esta falta qualquer base ética, porque a moral se delineia pelos meios e não pelos fins. Não se pode alcançar fins altruísticos oprimindo consciências, exigindo obediências cegas, minimizando a dignidade das pessoas.*

Antonio Paim é professor do Departamento de Filosofia da PUC-RJ.

(Transcrito de *O Estado de São Paulo*, 25/03/1979)

## IGNORÂNCIA TOTALITÁRIA

Vamireh Chacon

*Quando se começa a falar seriamente em anistia, eis que surge quem logo propõe discriminação, ou mesmo punição ideológica, por parte do lado até há pouco se considerando vítima. Parece que nele não falta quem se candidate a algoz, no círculo vicioso da ausência de vocação democrática em certas áreas intelectuais.*

*De novo se invoca a delinqüência intelectual, desta vez contra Miguel Reale, conceituado jusfilósofo, cujos textos foram excluídos pela censura ideológica do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atitude encontrando imediata repulsa por parte de vários professores da própria instituição.*

*O fato de não ser isto novidade, nem no Brasil nem no mundo, não deixa de causar apreensão. Toda abertura genuína tem de apresentar-se multilateral, ecumênica. Do contrário, implica mera capitulação. Ainda nem sequer terminamos um ciclo autoritário, embora esteja confessamente no fim, e já aparecem os defensores do início de um AI-5 contra os adversários...*

*Antes de verificar o descaminho, em nosso caso, tratemos de relembrar um pouco o recente passado alheio.*

*Na República de Weimar, durante a derrubada de um dos mais importantes experimentos democráticos do século, a extrema esquerda e a sua contrapartida direitista a tal ponto competiram no envenenamento do livre debate, que as instituições soçobraram no calor das paixões. Em vez de serem enfrentadas as dificuldades externas, do tipo máximo do Tratado de Versalhes, as forças internas faziam questão de ver quem as aumentava.*

*Quando cheguei à Alemanha, pela primeira vez, em 1950, ainda estavam quentes as cinzas da Segunda Guerra Mundial e as recordações weimarianas. Ouvi tantos testemunhos, que quase vi esta sombria época de crise.*

*Lembro-me, em especial, de dois episódios envolvendo intelectuais.*

*O primeiro engolfou Hans Freyer e Leopold von Wiese.*

*Wiese era presidente da venerável Sociedade Alemã de Sociologia, no ano em que os nazistas assumiram o Poder. O primeiro ato deles, na área cultural, foi enviar seu único correligionário sociólogo, Hans Freyer, para intervir no órgão, embora privado. A cena grotesca está registrada num número especial seu, após 1945.*

*Freyre entrou fardado, com suástica e tudo. Declarou-se fuehrer da Sociologia, depôs o estupefato Wiese e dissolveu a associação.*

*Sucedede que a Freyer, apesar do seu talento, representava o único sociólogo alemão a integrar o Partido, Wiese tinha praticamente a totalidade dos colegas defendendo-o.*

*Encerrado a guerra, ambos se viram reintegrados nas suas funções universitárias. Mas Wiese, e companheiros, nunca tentaram impedir o retorno de Freyer, Tive-os como professores.*

*O segundo episódio diz respeito ao jurista Carl Schmitt e ao psicólogo Eduard Spranger.*

*Schmitt tinha sido uma espécie de assessor jurídico de Hitler, na escassa medida em que isto se apresentava possível. Aconselhou-o na dissolução do Parlamento e na fusão dos poderes de Primeiro-Ministro e Presidente da República, assim inventando a figura do *fuhrer*. Realizada a tarefa, Hitler logo o mandou embora, desnecessários que ficaram os seus serviços. Recompensou-o magramente, transferindo-o de uma cátedra em Bonn para outra em Berlim. Mas Schmitt conservaria um mínimo de prestígio, para conseguir tirar os amigos de problemas políticos. Um deles foi Eduard Spranger.*

*Este ficou impune ao longo de todo o nazismo, apesar da sua oposição, discreta porém conhecida, ao regime. Em diversas ocasiões, Schmitt tirou-o de sérias dificuldades.*

*Eis que Berlim se vê ocupada pelos soviéticos.*

*Schmitt recusava-se a fugir, sabendo que seu nome estava em todas as listas de buscas. Spranger, inclusive seu vizinho de rua, é escolhido reitor da Universidade pelos ocupantes. E num dos primeiros atos, incluiu-se entre as testemunhas de acusação contra o benfeitor sentenciado a um campo de concentração na Sibéria. Muitos anos passariam até voltar livre.*

*Conheci-o velhinho, num pequeno apartamento em Plettenberg, donde se viam os montes de Sauerland, contrafortes do Reno. Spranger já havia morrido, porém antes*



*Schmitt publicara um pungente protesto, intitulado em latim mesmo Tu Quid Es?*

*A lista surge longa, do fundo dos tempos trazendo relatos tão cheios de grandeza e miséria.*

*Também visitei a descrição, sem mágoa, de como foi vitimado, em várias ocasiões em caças às bruxas, forçado à retratação em Moscou e na Hungria. Na última vez, Ministro da Cultura no Governo Imre Nagy, que se rebelou à mão armada contra os soviéticos, em 1956, viu-se acusado publicamente por um antigo discípulo, BeloFogarasi, indivíduo medíocre que só assim entrou na história. Por conta deste e doutros fatores, Lukacs esteve preso na Romênia e sofreu longo ostracismo no seu próprio país. Suas principais obras foram editadas na República Federal da Alemanha e não na Hungria.*

*Poderíamos continuar arrolando episódios, capazes de rivalizar com qualquer macartismo.*

*Quase diante dos meus olhos aconteceu a cena de 1968, em Frankfurt, quando o Instituto de Pesquisa Social, dirigido por Theodor W. Adorno, acabou invadido por estudantes amotinados, tachados de linksfaschisten pelo antigo mestre, morto em enfarte semanas depois.*

*E eu soube que, no ano passado, outros tantos alunos libertários tentaram impedir pela força a entrada de Raymond Aron na sala de aula em Nanterre, temerosos das suas idéias. Enfim, capaz de ser ouvido, Aron vem tendo turmas crescentes atentas.*

*Já nem vou falar no que se passa em universidades italianas, porque até o Senador comunista Lucio Lonbardo-Radice protesta contra o caos estabelecido pelos fanáticos,*

*embora em vão, dada sua participação no início do processo de radicalização.*

*Mas não estou querendo ser pessimista.*

*As instituições culturais européias são capazes de sobreviver a tão rudes provas, inclusive recentemente as de Portugal, após os saneamentos desordenados e desordenantes que levaram o próprio Ministro revolucionário da Educação, Magalhães-Godinho, a demitir-se sob protesto.*

*Qual nosso limite de resistência, se um tal processo implantar-se?*

*As brigas dentro do outrora ISEB, culminando no afastamento de Hélio Jaguaribe em 1958, só contribuíram para enfraquecer a experiência e só encontraram autocritica da parte do então diretor Nelson Werneck Sodré, muito após o episódio. E dos outros, envolvidos no fato, nem isto.*

*O caso de Reale é mais complexo.*

*Sua origem intelectual se apresenta notória. Ele assumiu liderança política e intelectual no integralismo. Sem dúvida, foi o único a formular um pensamento político, hegeliano de direita, vizinho em estatura ao de Giovanni Gentile na fonte italiana. O livro O Estado Moderno comprova-o, em plena década de 30, quando se inseria numa onda mundial.*

*Mas o texto censurado provém de outra obra.*

*Sucedede que, neste íterim, Miguel Reale evoluíra para um amplo culturalismo, do qual a máxima expressão se encontra na sua teoria do tridimensionalismo jurídico. Nele, fato, valor e norma procuram equilibrar-se numa síntese historicista, aberta, sem qualquer veleidade autoritária. Da*

*mesma vertente provém pluralismo e liberdade, de onde saiu o trecho cortado das leituras dos alunos da PUC-Rio.*

*No itinerário do pensamento brasileiro, ninguém pode omitir Reale, sem mutilar a seqüência . Trata-se de alguém discutido, mas criativo e crítico.*

*Se o método de generalizar, a já pobre memória cultural brasileira ficará ainda com mais hiatos e saltos inexplicáveis. Afinal de contas, que ciência é esta, na qual só se lê o que se concorda? O resto se vê condenado pela total e, portanto, totalitária ignorância.*

*Além do mais, trata-se de aberrante desconhecimento do próprio historicismo, do qual certos auto-intitulados marxistas se dizem partidários em determinada vertente hegeliana. Seria ótimo que eles se recordassem do próprio Hegel, que dizia inexistir lixo na História, porque mesmo que ele existisse, serviria de adubo. Outro dia, um brilhante colega da Universidade de Brasília recordava-se disto...*

Vamireh Chacon é professor de Ciência Política do Departamento de História da Universidade de Brasília.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 27/03/1979)

## CRISE DA PUC: DESCENDO ÀS RAÍZES

Henrique de Lima Vaz, S.J.

*Embora mostrando profunda repugnância em admitir que a cultura sofra momentos de crise e preferindo erigir-se em defensor da continuidade e da tradição, inclusive da longa tradição da filosofia portuguesa, o Sr Antonio Paim se julga capacitado a analisar a crise da PUC e, mesmo, a descobrir-lhe as raízes. É o que faz em artigo no Caderno Especial do JB de 25 de março último, pág. 2. Em declaração ao mesmo JB, de 19 de março, tive ocasião de perguntar o que pretendia o Sr. Antonio Paim ao envolver meu nome num episódio menor (expressão do Reitor J.A. MacDowell) da vida interna da PUC, ao qual eu era completamente estranho. Lendo o seu artigo A crise da PUC e suas raízes fiquei, pelo menos, com uma certeza e uma suspeita. A certeza de que o Sr. Antonio Paim é mestre consumado numa técnica de manipulação de textos que nada tem a ver com os critérios de uma leitura honestamente científica e que ignora as regras mais elementares da hermenêutica filosófica. E a suspeita de que a intenção do Sr. Antonio Paim aproxima-se muito de uma simples denúncia. Começemos por este último ponto, para mim o mais penoso, mas do qual sou obrigado a tratar, não tanto por necessidade de justificação pessoal, mas porque estou convencido de que este tipo de processo, uma vez fortalecido pelo silêncio dos que dele são vítimas, viria a corromper irremediavelmente a vida universitária e intelectual brasileira nesse momento de reconquista democrática. Nas suas*

*declarações a propósito da crise da PUC o Sr. Antonio Paim fez referências a mestres responsáveis pela condução de uma parte da juventude católica ao terrorismo e que hoje se refugiam numa atividade docente cuja dignidade, acrescenta, jamais souberam apreender (Carta ao Reitor J.A. Mac Dowell, O Estado de São Paulo, 20/03/1979., pág. 17). No seu artigo de JB o Sr. Antonio Paim cita, como sendo de minha responsabilidade, o texto do Documento-Base da Ação Popular publicado, diz ele, no órgão oficial da PUC-RJ, a revista Verbum de março-junho de 1964. Convém esclarecer, inicialmente, que o referido texto já era nacionalmente difundido desde 1963. Quando a revista Verbum o publicou na seção Notas e Comentários, como comprovação da denúncia então feita pelo Arcebispo D. Vicente Scherer dos riscos do movimento denominado Ação Popular. Paim dá a entender que o documento foi difundido pelo órgão oficial da PUC-R J o que, sendo uma falsidade histórica é, da sua parte, de uma gritante desonestidade, pois ele sabe perfeitamente com que intuito a revista reproduziu um documento que circulava largamente pelo Brasil. Quanto a atribuir-me a responsabilidade do Documento-Base da Ação Popular é igualmente falso e só pode ser explicado dentro de uma intenção de denúncia. Paim sabe que se trata do documento programático de um movimento que se constituíra antes de 1964, sobretudo no seio da juventude universitária. Como tal, exprima o ideário do movimento e era aceito por todos os que nele passavam a militar. Acontece que nunca militei no movimento Ação Popular, por considerar tal tipo de militância incompatível com meus compromissos sacerdotais. Não nego vinculação de amizade e de larga simpatia de idéias com*

vários dos militantes da Ação Popular na sua primeira fase, que se estende até 1964. Os militantes da primeira Ação Popular conheciam perfeitamente minha posição crítica face ao marxismo, sobretudo na sua versão leninista e estaliniana e a inspiração fundamentalmente personalista do meu pensamento. Minha colaboração esteve presente na redação da primeira parte do Documento-Base (exatamente, caps. 1 e 2), de caráter filosófico-histórico e onde, justamente, há uma nítida afirmação personalista e uma crítica não menos nítida da versão marxista-leninista do socialismo (em Verbum, n<sup>o</sup> cit., págs. 75-76). Para azar do Sr Paim, as frases que ele cita, extraídas da parte política do documento, são aquelas em cuja redação ou inspiração nenhuma parte tive. Como quer que seja, embora sem assumir a responsabilidade pelo Documento-Base que não assiniei, por não militar no movimento Ação Popular, não me neguei à responsabilidade pela participação na redação de uma parte do documento e por ela respondo.

Passemos agora ao Paim filósofo, ao Paim intérprete de textos filosóficos. Paim professa uma tese curiosa sobre a evolução do pensamento brasileiro e nele descobre uma linha que viria a desembocar, segundo a sua expressão, numa opção totalitária e na qual, por força, quer incluir-me. Para tanto, propõe um esquema de evolução do meu tendo eu concluído que o espaço aberto pelo evento ideo-histórico do Saver absoluto hegeliano tornou possível, a partir sobretudo de Marx, o fenômeno pós-hegeliano da crítica da ideologia e, portanto da sua relativização (preparado pela dialética do que Hegel chamou o mundo da cultura e da alienação no cap. VI da Fenomenologia) o Sr. Paim vem afirmar que, para mim, as

*ideologias precedem o Saber absoluto ou, como ele diz, passa a ocupar lugar central na minha reflexão o entendimento da cultura como uma ruptura, como uma crise, configurando-se num primeiro ciclo como ideologia e tendendo, no subsequente, a tornar-se saber absoluto o que seria, para mim, a opção totalitária. O Sr. Paim atribui-me, pois, exatamente o contrário do que escrevi para poder melhor pespegar-me essa famosa opção totalitária que, tendo sido a sua sensacional trouvaille na história do pensamento brasileiro (aliás, português também, pois a faz remontar a Pombal!), exige que alguém ou alguns a carreguem nas costas mesmo que, para isso, os textos sejam obrigados a dizer o contrário do que neles está escrito. Quanto à interpretação do texto da minha conferência no SEAF, nela o Sr. Paim superou-se a si mesmo, realizando a façanha de torná-la mais arbitrária ainda do que a sua leitura do meu texto sobre Hegel. Nessa conferência procuro estudar as condições de exercício da reflexão filosófica no Brasil de hoje. Para tanto remonto às próprias origens do pensamento filosófico ocidental na Grécia, propondo uma análise semântica do vocabulário jurídico do Krínein, do julgar que, como é sabido, está intimamente ligado às origens do pensamento filosófico como pensamento crítico. (Só o Sr. Paim não sabe que a filosofia é filha de uma cultura em crise: os Sofistas e Sócrates já sabiam.) Evoco a seguir as origens do pensamento medieval e o momento histórico do Renascimento e da descoberta da América para poder melhor caracterizar o aparecimento, afinal, no espaço cultural brasileiro, de condições que tornam possível um pensamento filosófico original. Essas condições referem-se a lugares sociais de produção teórica onde a reflexão filosófica*

*possa articular-se significativamente., Enumero quatro desses lugares: o sócio-institucional (a Universidade), o sócio-ideológico, que se refere à crise da nossa sociedade em mudança (e aqui, ao contrário do que afirma Paim, situo o problema filosófico mais importante na avaliação crítica dos instrumentos conceptuais que permitam analisar essa crise. Não me refiro ao marxismo ou ao hegelianismo mas à Epistemologia e à Filosofia das ciências), o axiológico onde a presença das ciências humanas exige uma reflexão filosófica que reelabore os fundamentos éticos da nossa concepção do homem, e, finalmente, o teleológico, onde a amplitude das mudanças que configuram a crise da nossa sociedade explica o interesse, em nossos Departamentos de Filosofia, por modelos de filosofia totalizantes (que nada têm a ver com totalitário no sentido político, Sr. Paim!), como por exemplo, pensamento completamente arbitrário que pensa poder comprovar com textos disparatados e mal situados. Segundo ele, até 1963 meu esforço filosófico consistiu em tentar fazer rejuvenescer a filosofia espiritualista clássica, nela introduzindo temas modernos como a noção de consciência histórica. Cita meu livro Ontologia e História como reunindo os textos característicos dessa fase. Quem quer que se dê ao trabalho de ler a Advertência preliminar desse livro verá que chamo a atenção aí para a distribuição dos textos no período de 1954 a 1963, em que se descreve uma curva do interesse filosófico que vai da ontologia clássica platônico-aristotélica à Filosofia da História e, justamente, ao confronto crítico com o marxismo. Foi exatamente ao final desses anos e não depois de 1963, como diz Paim, que o problema da cultura se tornou central para mim. A partir de 1963, e sobretudo graças ao*



*estudo sempre mais intenso de Hegel, o problema principal para mim definiu-se como problema da Razão na história ou, se quisermos, da lógica da praxis histórica. Foi no âmbito desse problema que, nesses anos entreguei-me à meditação tipicamente hegeliana sobre a significação do Cristianismo e da sua fé na lógica da história ocidental. Descrevi a evolução do meu pensamento em Rumos da Filosofia atual no Brasil (São Paulo, Ed. Loyola; vol. I, 1976, págs. 229-311). Paim conhece esse texto e nele poderia ter visto que a concepção catastrófica da cultura que me atribui a partir de 1963 nada tem a ver com meu pensamento. Mas Paim, que se pretende exegeta autorizado do pensamento brasileiro, faz questão de proceder com textos à l'appui. E aí que se manifesta sua técnica manipuladora que, para qualquer estudioso honesto, nada tem a ver com a simples leitura objetiva de um texto ou com as regras mais elementares da hermenêutica filosófica. Se excetuarmos as citações do Documento-Base da AP, das quais já falamos. Paim refere-se apenas a dois textos meus mais recentes para comprovar a sua tese da minha adesão à opção totalitária: um artigo sobre a interpretação do cap. VI da Fenomenologia do Espírito de Hegel publicado na revista Kriterion da UFMG em 1974 e uma conferência na SEAF do Rio de Janeiro em 1976 sobre A Filosofia no Brasil, hoje. Não sei se Paim leu realmente meu texto sobre Hegel ou simplesmente o manipulou como pela falsificada de um processo de denúncia. Em todo caso, se o leu, não o entendeu ou se confundiu de tal modo na leitura que veio a entender o contrário do que ali retendo demonstrar, Reconheço que o correto entendimento do meu texto supõe certa familiaridade com os problemas de interpretação da Fenomenologia do*

Espírito. *Não exigirei do Sr. Antonio Paim que seja um especialista em Hegel. Mas poderia esperar, pelo menos, que não utilizasse textos que não têm condições de interpretar corretamente. O fato é que, o marxismo ou filosofias de inspiração cristã como o personalismo, vêm a ser, por modelos de filosofia nos quais os fins de uma determinada cultura são globalmente postos em discussão e são submetidos ao tribunal da razão filosófica e crítica (Cadernos da SEAF, nº 1, pág. 16). Não faço aí nenhuma opção pessoal pelo marxismo, por Hegel e nem mesmo pela filosofia personalista de inspiração cristã. Verifico apenas que o estudo de tais modelos de filosofar passa a ter, para o filósofo brasileiro, uma significação final e deixa de ser apenas a expressão de uma mera curiosidade intelectual. Onde está, em tudo isto, minha opção totalitária? Por que, ao citar-me, Paim omite a distinção que faço entre lugar socio-ideológico e lugar teleológico e silencia a referência ao personalismo de inspiração cristã ao lado do marxismo e de Hegel: Mas será que Paim leu mesmo o texto da minha conferência da SEAF ou, apenas, manipulou-o? Se, à mingua de assuntos mais interessantes, na história do pensamento brasileiro que tanto o fascina, ou mesmo na longa tradição da filosofia portuguesa, o Sr. Paim desejava ocupar-se realmente da crítica do meu pensamento, por que não se referiu ao meu trabalho recente sobre Antropologia e Direitos Humanos (que foi escolhido para figurar na seleção de textos que deu origem à denúncia de uma suposta crise na PUC), onde percorro toda a história do pensamento político ocidental (portanto, o verdadeiro estudo da tradição me interessa, e muito, Sr. Paim!), para terminar com uma crítica da hipertrofia do técnico sobre o político, que ameaça as*

*sociedades contemporâneas, sejam socialistas, sejam as assim chamadas liberais, e com um apelo em favor do advento de uma sociedade em que ao homem seja permitido exercer autenticamente a prática de ser livre (Encontros com a Civilização Brasileira, nº 1m 1978, págs. 63-64). Mas não! Que digo? Se o Sr. Paim for ler o meu artigo vai acabar concluindo que sou contra os direitos humanos em nome da opção totalitária!*

*Depois de tudo começo a crer que a PUC e a Universidade brasileira, a julgar pelo comportamento recente de alguns dos seus membros ou ex-membros, sofrem realmente de uma crise que não é exatamente aquela que se quis artificialmente forjar e cujas raízes não são as raízes imaginárias que o Sr. Paim foi buscar em meus modestos artigos. É uma crise, essa sim, real, de seriedade científica, de sujeição desinteressada ao que Hegel (será permitido citá-lo sem ser acusado de opção totalitária?) chamou o esforço ou a paciência do conceito (Fenomenologia do Espírito, Prefácio. Os pensadores, Abril, vol. 30, pág. 38). As raízes dessa crise, cada um deve começar por arrancá-la de si mesmo, aceitando conviver com as exigências mortificantes do verdadeiro trabalho intelectual e do respeito à verdade. O resto virá depois.*

(Transcrito de Encontros com a Civilização Brasileira, nº 10, abril de 1979, págs. 13-18).

## AS FORMAS DE OPÇÃO TOTALITÁRIA NO BRASIL

Antonio Paim

*Em análise do pensamento de Henrique Lima Vaz (Raízes da Crise da PUC, JB de 25/03/1979), apontávamos uma reorientação de seu sentido, no período posterior a 1964. Ao fazê-lo, tomamos por base o fato de que a coletânea Ontologia e História, publicada em 1968 reuniu textos da fase 1954/1963, o que pressupunha a concordância com o seu conteúdo, já que não insere advertência em contrário. Na primeira fase, o homem deve fazer a história como sujeito ético, o que se contradiz de modo flagrante com a fase subsequente, de inspiração nitidamente totalitária, totalitarismo que se exprime claramente num texto de fins do primeiro período, divulgado com a denominação de Documento-Base da Ação Popular.*

*Em resposta a essa análise (Crise da PUC: descendo às Raízes, in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 10, abril de 1979), o autor mencionado indica basicamente duas coisas: 1) a noção de cultura em que enxergávamos uma nova fundamentação da opção totalitária não é subsequente, mas concomitante ao Documento-Base; e 2) deste só redigiu diretamente os dois primeiros capítulos, embora não renegue os itens subsequentes. Não há, portanto, duas fases, o que surpreendentemente coincide com a tese de seus críticos católicos, que supúnhamos equivocada. Além disto, nega categoricamente que tenha havido opção totalitária quer de*

*sua parte, quer de certa linha de evolução do pensamento brasileiro.*

*Retomando o assunto, desejaríamos desde logo esclarecer que o tema não tem interesse meramente acadêmico. Entendemos que o último ciclo de autoritarismo impediu que se efetivasse uma discussão adequada dos fundamentos teóricos e da base ética da opção totalitária. Nesta nova tentativa de estruturar a convivência democrática, os liberais devem assumir diretamente a responsabilidade de mostrar que a opção totalitária não é a alternativa legítima para o autoritarismo. A esquerda totalitária, na verdade, age em conluio com as alas extremadas do autoritarismo. Ambas só têm a perder com a consolidação do sistema representativo no País, o que lhes cortará para sempre o acesso do Poder, já que não têm nenhuma mensagem capaz de galvanizar eleitores e angariar votos.*

*O sistema totalitário é uma criação deste século. Simbolizam-no as doutrinas do stalinismo e do nazismo e as personalidades de Stalin e Hitler. Contudo, os ingredientes de semelhante desfecho encontram-se na tradição cultural russa e alemã. Sem o que se convencionou denominar de despotismo oriental ou prussianismo, dificilmente teríamos assistido a formas de dominação tão cruéis e desapiedadas como as que se tornaram prática rotineira sob o totalitarismo.*

*De igual modo, quando mencionados a opção totalitária de parte da intelectualidade brasileira, temos em vista algo de muito bem datado e expresso, sem embargo de que deita raízes na tradição cultural precedente. A opção totalitária do Partido Comunista, embora apareça no documento intitulado Manifesto de Agosto, de 1950, somente*

*assumiu uma feição acabada no IV Congresso da organização, realizado em 1954. Naquela oportunidade, os comunistas adotaram modelo institucional semelhante ao da Europa Oriental, isto é, sistema de Partido único disfarçado, permitida a existência nominal de outras agremiações, aparentemente refletindo diferenças de classes (de interesses, portanto), assegurada previamente a hegemonia do PC; organização de um novo exército, igualmente subordinado ao controle político; adesão ao bloco soviético, no plano externo etc. O curso político do País serviria para destroçar essa plataforma que não mais foi reconstituída. Mesmo sob Goulart, embora aspirando a uma posição dominante e esperando conquistá-la numa segunda etapa, o PC aceitava virtualmente a hegemonia trabalhista; conformava-se com o neutralismo em política externa etc. Nas circunstâncias presentes, os que apostamos no sistema representativo defendemos o direito de o Partido Comunista escolher livremente se renega o stalinismo e se se filia ao denominado eurocomunismo ou se empreenderá o caminho trilhado por Alvaro Cunhal, em Portugal, de franca subserviência a Moscou. Em qualquer das duas circunstâncias, o sistema representativo só tem a ganhar obrigando os comunistas a disputar votos e aparecer como tais diante da nação.*

*A opção totalitária dos anos 60 apresenta vários traços distintivos da precedente. Em primeiro lugar, sua fundamentação teórica será o espiritualismo cristão de Lia Vaz e seus discípulos. Em segundo lugar a experiência indicou que evoluiu rapidamente para o terrorismo, o que tanto pode ser uma resultante da doutrina como simples ausência de condenação expressa desse ressurgimento do anarquismo, por*

*parte de seus inspiradores. Embora a Rússia seja complacente com os movimentos terroristas ligados ao nacionalismo árabe, os marxistas europeus não fazem concessões ao terrorismo, sendo presumível, por questões de doutrina, que os comunistas brasileiros adotem o mesmo comportamento.*

*Os dois capítulos iniciais do Documento-Base tratam, respectivamente, da perspectiva histórica e da perspectiva filosófica. No primeiro, afirma-se que o processo de socialização correspondente ao fato essencial da história humana. O surgimento do capitalismo precipita a socialização em ritmo e proporções que a História não conhecera até então. Embora sendo um vigoroso salto à frente, assinala a presença de estruturas de dominação e alienação, criando tensões que conduzem ao desenlace socialista. Achando-se o movimento socialista ligado ao processo de socialização, cabe reconhecer que o marxismo é a mais profunda e rigorosa crítica ao capitalismo e interpretação teórica da passagem ao socialismo. Com a Revolução de Outubro de 1917, a importância do marxismo estende-se à prática revolucionária. Contudo, não esgota a realidade histórica do movimento socialista mundial e muito menos o encerra em quadros apriorísticos e dogmáticos de ação. Segue-se a análise da luta antiimperialista na América Latina.*

*A opção totalitária dos anos sessenta acha-se perfeitamente delineada no Documento-Base da Ação Popular, do qual Henrique Lima Vaz diz só ter escrito os dois primeiros capítulos. Os dois subseqüentes, que não renega, seriam obra de militantes da Ação Popular, por quem Lima Vaz professa vinculação de amizade e de larga simpatia de idéias (Encontros com a Civilização Brasileira no citado, pág. 14).*

*O capítulo segundo de autoria reconhecida por Lima Vaz (loc. cit. pág. 14) versa sobre o processo segundo o qual se estrutura a consciência humana e sua compreensão da História. Essa análise permite descobrir a consciência histórica. Essa consciência reconhece que a dialética da História revela a multiplicação de dominação. Mas só uma visão desesperada pode entregar a palavra final da História à relação que aliena, e na direção do movimento que marca a passagem da História para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro (Documento-Base da Ação Popular).*

*Os capítulos terceiro e quarto tratam do socialismo e da realidade brasileira.*

*Assinala-se que, nas experiências socialistas até então realizadas, a ruptura com o sistema capitalista deu-se através das economias planificadas. Trata-se de criar a posse social dos meios de produção e de implantar uma democracia econômica real. Na transposição da posse dos bens de produção ao Estado, liderada pelo PC, tem-se perdido de vista a perspectiva dialética da superação das alienações. Cria-se novo pólo de dominação com o surgimento da burocracia dominante. O Problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. Esse processo não é inerente ao socialismo mas característico de uma fase. Além disto, essa crítica não pode ser vista de modo estático. A evolução da experiência socialista mostra a quebra da ortodoxia rígida.*

*A crítica ao sistema soviético não deve ser confundida com qualquer espécie de defesa da propriedade privada. O objetivo deve consistir na conquista da posse social dos meios*



*de produção e na planificação, exercidas pelo Estado em função das necessidades coletivas. A questão reside em assegurar que esse Estado seja realmente o resultado da convergência das vontades populares.*

*Idêntica preocupação em não se confundir com o que poderíamos denominar de crítica burguesa do socialismo aparece na questão da liberdade. Textualmente: O que interessa é garantir a liberdade de desenvolvimento das pessoas, a possibilidade de sua expressão e da pessoa não é poder fazer tudo o que se quer, mas poder fazer tudo que seja expressão de uma necessidade humana fundamental, tratada ao nível da razão. A liberdade, sendo pessoal, é essencialmente social, tem como referência uma função social. Portanto, garantir a liberdade é fazer com que o Estado seja a convergência das decisões socialmente assumidas.*

*O documento-base não deseja antecipar a forma pela qual se daria a concretização dessa plataforma no Brasil. Mas faz questão de assinalar que a História não registra a quebra de estruturas sem o emprego da violência. Além disto: Poderá fazer-se sentir a necessidade de um Partido único ou de outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário.*

*No capítulo final proclama-se a falência da chamada luta nacionalista e a posição contrária à implantação do sistema econômico neocapitalista. Segue-se a indicação das tarefas a serem realizadas junto aos operários e camponeses, bem como aos outros setores não prioritários (movimento estudantil).*

*Será que se poderia exigir definição mais clara do caráter totalitário da opção de Lima Vaz? Será que os*

*acontecimentos da PUC, capitaneados justamente pelos mesmos personagens apontam no sentido de uma conversão democrática?*

*A fundamentação teórica da plataforma totalitária dos anos 60, ora virtualmente reafirmada, é o espiritualismo cristão, na versão historicista que lhe deu Henrique de Lima Vaz. A mencionada modalidade de espiritualismo afirma que a história humana, em decorrência da perda de sentido imposta ao homem pela própria linguagem, exige o Absoluto. Este não se revela no curso da história real, é pensado como seu resultado, a fim de dar inteligibilidade à criação humana. Essa doutrina se completa pela afirmação de uma humanização (ou cristianização?) da cultura, mediante o rompimento com o passado, ruptura cujos sinais são dados por uma crise de valores. Supúnhamos que semelhante entendimento da cultura correspondesse a uma nova e ulterior fase da doutrina – pelas dificuldades em manter-se cristão, embora reafirmando o espiritualismo – hipótese recusada pelo autor que a considera concomitante e harmônica. Deixamos a consideração desse aspecto para uma outra oportunidade.*

*A particularidade distinta do espiritualismo de Lima Vaz reside no fato de que não está voltado para a conquista das consciências, mas se dirige à posse do instrumento adequado (o Estado) à instauração da nova cultura (ou nova ordem; cristã?). Em que pese o aparente envoltório contemporâneo de semelhante pregação, corresponde precisamente a uma das vertentes do positivismo brasileiro, justamente a que permeia tanto a tradição republicana autoritária como a mais importante expressão teórica do marxismo, que é uma versão positivista. Isto certamente*

*explicará que tenha encontrado público e seguidores ainda que não haja produzido um só livro e se resume a artigos e ensaios, na maioria dos casos dispersos em revistas de circulação restrita.*

*A democracia representativa, desde que apoiada num sistema eleitoral que aproxime o representante do representado e minimize as distorções inevitáveis, pode perfeitamente absorver a ação de agrupamentos totalitários. Basta que não se lhes dê trégua no plano doutrinário, obrigando seus ideólogos a descer do pedestal, em que preferem ficar encastelados, para enfrentar a crítica dos que deles discordam, não temem o ataque pessoal e não se disponham a lhes fazer concessões nesse terreno, baixando ao mesmo nível. Sobretudo obrigando-os a disputar votos para dispor de uma representação mais preocupada em fazer-se identificar por posições claras e explícitas que se camuflar por trás de princípios gerais.*

*O sistema representativo não pode entretanto tolerar o totalitarismo. Não pode haver ambigüidade na condenação dessa modalidade de ação política, em face da discordância com os métodos empregados em seu combate, no mais recente ciclo do autoritarismo. O pensamento liberal não teme enredar-se em semelhante teia, reconhecendo a necessidade de instrumentos legais eficazes e aptos a conjurar semelhante ameaça.*

*Não teria cabimento nutrir a pretensão de que a intelectualidade possa influir de modo decisivo no curso dos acontecimentos políticos, tão distanciada se encontra tanto das agremiações políticas como dos centros decisórios do Poder. Mas deve ser capaz de torná-lo inteligível. Sem*

*pretender que os tenhamos abordado de maneira completa e abrangente – ou sequer se trate de enumeração exaustiva – supomos entretanto que essa inteligibilidade passa obrigatoriamente pelo elenco de temas antes aflorados.*

Antonio Paim, filósofo, é autor da História das Idéias Filosóficas no Brasil.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 3/06/1979)

## ANEXOS

### I. MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE

A censura, pelo Departamento de Filosofia da PUC-RJ, de texto do prof. Miguel Reale, além do debate que esta coletânea busca refletir, ensejou significativas manifestações de solidariedade ao autor censurado como aos professores demissionários, parecendo oportuno destacar as que se seguem.

Na sessão do Conselho Federal de Cultura, do dia 4 de abril de 1979, diversos conselheiros manifestaram-se enfatizando que a liberdade acadêmica pressupõe o livre debate, ao contrário do caminho seguido pela PUC-RJ, ao censurar textos e calar opositores. Usaram da palavra: Djacir Menezes, Adonias Filho, Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, Vianna Moog, Afonso Arinos de Mello Franco, José Cândido de Melo Carvalho, Geraldo Bezerra de Menezes e d. Marcos Barbosa.

A Comissão Nacional de Moral e Civismo, igualmente na sessão do mês de abril, aprovou voto de solidariedade ao prof. Miguel Reale. Idêntica iniciativa foi adotada pela Associação dos Advogados de São Paulo, na reunião do seu Conselho Diretor de 28 de março.

Professores universitários e intelectuais, do Nordeste ao Sul, expressaram sua solidariedade através de cartas e

telegramas. Entre outros, no Ceará, Alcântara Nogueira, Vladir Menezes e João Alfredo Montenegro, da Universidade Federal, além do presidente do Instituto Histórico do Ceará, prof. José Denizard Macedo de Alcântara; em Pernambuco, Nelson Saldanha, da Faculdade de Direito; da Bahia, Romano Galeffi, Carlos Costa e Francisco Pinheiro Lima Junior, da Faculdade de Filosofia; no Rio Grande do Sul, Urbano Zilles, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC e Leonidas Didonet, coordenador dos cursos de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria etc. etc. Pronunciou-se também o reitor da Universidade de Brasília, José Carlos Azevedo.

Desse conjunto de manifestações, o organizador da coletânea considera que cabe transcrever a carta adiante, do prof. Leonardo van Acker, que é sem favor a maior expressão do neotomismo brasileiro, bem como o discurso do prof. Djacir Menezes, pronunciado no Conselho Federal de Cultura.

#### Carta do Prof. van Acker

O Prof. Leonardo van Acker enviou ao prof. Antonio Paim, com data de 23/03/1979, a seguinte carta:

*Acabo de ler a carta do seu desligamento voluntário da PUC-RJ, que V. Sa. houve pro bem comunicar-me, em protesto aberto contra a exclusão arbitrária, in odium auctoris, de texto do eminente prof. Miguel Reale, com flagrante desrespeito à autonomia didática e à liberdade de cátedra de uma das suas colegas no magistério superior.*

*Em resposta, lamento muito a saída de tão excelente pesquisador da história do pensamento nacional; louvando, porém, o firme ato de solidariedade universitária, bem como de protesto contra a discriminação do texto com vistas à pessoa do prof. Reale, praticada pela diretoria atual do Departamento de Filosofia da PUC do Rio. Aprovo o gesto do nobre colega, não só na minha qualidade de catedrático vitalício mais antigo da PUS-São Paulo, mas também e sobretudo como filósofo católico e tomista, formado na célebre Escola de Lovaina, fundada pelo Cardeal Mercier e inspirada na encíclica Aeterni Patris (04/08/1879), de cujo centenário nos vamos de perto aproximando.*

*Pois bem, ao reler aquela memorável encíclica de leão XIII, reencontro precisamente aquele texto que exorta os bispos a promoverem a filosofia aurea de Sto, Tomás, mas juntamente lhes manda acolher com simpatia e gratidão toda doutrina acertada e todo projeto ou invento útil, qualquer que seja o respectivo autor; logo, sem discriminação contra a pessoa ou conduta dele. (Nos igitur, dum edicimus libenti gratoque animo excipiendum esse quidquid sapienter dictum, quidquid utiliter fuerit a quopiam inventum atque excogitatum; Vos omnes, Venerabiles Fratres, quam enixe hortamur, ut ad catholicae fidei tutelam et decus, ad societatis bonum, ad scientiarum omnium incrementum, auream sancti Thomae sapientiam restituatis et quam batissime propagetis.)*

*Quanto ao próprio texto do prof. Reale, arbitrariamente excluído pela diretoria do Departamento, parece que se refere ao pluralismo mundividencial da sociedade contemporânea, exigindo o diálogo filosófico, sem pretensões totalitárias à*

*possa exclusiva da verdade* (Pluralismo e Liberdade, 1963, cap. 4, págs. 53-62).

*Ora bem não só esse pluralismo é reconhecido e esse diálogo recomendado pelo Concílio Vaticano II (r. ex. Gravissimum educationis, n<sup>o</sup>s 1, 7, 11); mas além disso apenas pode ferir os ideólogos de todo matiz que pretendem possuir o monopólio exclusivo do verdadeiro. Tal monopólio foi publicamente repudiado pela Igreja Católica, ao declarar que nunca pretendeu ser possuidora exclusiva da verdade moral, mas ó da integralidade desta. (v. Pio XI, encíclica Divini illius Magistri, sobre a eucação cristã, 1929, n<sup>o</sup>s 12 e 17 – cfr. M. Reale, o. c. págs. 57, 62 etc.).*

*E como não concordar com o benemérito fundados do I.B.F., denunciando a hedionda convicção de que a perda da liberdade seja o preço inexorável da justiça social, reclamada como valor mais urgente. (o.c. prefácio, p. VII)*

*Enfim, caro Prof. Paim, nutro a firme esperança de que o seu nobre gesto não seja em vão, mas resultará na maior conscientização de que algumas das nossas universidades, chamadas católicas e pontifícias, urgentemente precisam de criar uma atmosfera animada pelo espírito evangélico da liberdade e da caridade, segundo as normas do Concílio Vaticano II. (Gravissimum educationis momentum, n<sup>o</sup> 8 etc.).*

*Com minha sincera estima e admiração, mando-lhe um abraço fraternal, extensivo à profa. Celina Junqueira, de quem tive a honra de ser professor.*

*Esta é uma carta aberta; podendo o colega fazer dela o uso que melhor entender.*

*Cordialmente*

*(a) Leonard van Acker*



## **Discurso do prof. DJACIR MENEZES**

(Conselho Federal de Cultura, Sessão de 4 de abril de 1979)

### Limiar do Sofisma

*É natural que repercuta neste órgão o que se pensa e o que se diz sobre a liberdade no plano da vida universitária e de suas estruturas. E os que lidam nessas áreas do pensamento que hoje cobre todas as atividades científicas, artísticas e filosóficas sentem que o problema da liberdade de pesquisa e de expressão é condição vital do desenvolvimento da cultura.*

*Essas teses são fundamentais, aceitas por gregos e troianos. No fundo, o pluralismo nada mais significa que postular a eliminação do monismo ortodoxo – e nada tem a ver com a proliferação de sentidos que se pretende emprestar à palavra liberdade ligada por adjetivos às diversas formas das atividades do espírito.*

*Para não enrolar muito, pois o litígio tem ramificações demagógicas, partamos, nesses comentários, da realidade brasileira, ou, ainda mais concretamente, do episódio ocorrido na PUC a propósito de excertos do prof. Miguel Reale, envolvendo na querela mais três colegas – os professores Antonio Paim, Arthur Rios, Anna Maria Rodrigues Moog, aos quais declaro desde já, sem que isso lhes ajude, minha solidariedade de velho professor estudioso do espetáculo que já agitava as universidades no século XIII e irá por essas idades além.*

*Quando era Reitor, alguns estudantes ouviram do Ministro Passarinho, espírito excepcionalmente dotado que muito admiro, que jamais aplicaria o 477; e me indagaram: Reitor, que declara sobre isso? O Sr. aplicaria? Respondi-lhes: Primeiro preciso saber o que vocês estariam fazendo.*

*Evidentemente não aplicaria o decreto aos alunos que, numa sala de aula, estivessem empenhados violentamente em traduzir o pro-Milone, de Cícero, ou a debater fogueiramente a teoria dos quanta, de Planck, saudada por Plekhanov como expressão de dialética da natureza. E se estivessem estudando as teorias marxistas? – perguntará o repórter. Aqui a pergunta levanta o problema que nos leva ao grande sofisma da propaganda comunista no meio universitário – e que vale a pena atacar de frente.*

### *Verdade e Impostura*

*Indagam vários defensores da liberdade universitária se há autores permitidos e autores proibidos. Se São Tomás entra pela mão conservadora, de auréola luzente, nas aulas de filosofia – por que Karl Marx, de barbas proféticas, entraria clandestinamente, pela mão dos iconoclastas, nos instantes de lusco-fusco, quando enfraquecem as resistências da Ordem? Nas minhas aulas sempre entraram no seu devido tempo, ao compasso do programa, na voz de seus verdadeiros textos.*

*Agora mesmo, no curso do Doutorado da Faculdade de Direito da UFRJ, onde tenho a honra, depois de jubilado, de ensinar Filosofia do Direito, fiz um programa para o atual trimestre, que versa o problema de juridicidade em Tomás de Aquino e em K. Marx, nos termos que anexo à*

*presente. Quando o assunto fervia no panorama mundial, na década de 60, em consequência das agitações de Nanterre e Berkeley, onde grupelhos sarapintados de marxismo alertavam a juventude para as tramóias da burguesia, escrevi, a propósito das declarações do prof. Robert E. Connick, da Universidade da Califórnia, as reflexões que agora reedito.\**

*A Universidade avocou a si total responsabilidade assumindo papel de órgão intelectual da divulgação da verdade. Se a verdade é algo que se dissociou da convivência humana, então enveredamos no cipoal dos exercícios escolásticos; ao contrário, se a verdade é conceituada como simplória expressão das relações sociais na consciência humana, alongamo-nos na direção de outra falsidade, porque tal verdade se reduz apenas a subprodutos de forças dos grupos e classes. São duas extrapolações em dois sentidos opostos. Entretanto, mesmo para afirmar a cultura como singelo mascaramento daquelas relações de força, disfarçando a opressão, precisa-se de um critério firmado a priori, de cujo ângulo se faça tal julgamento.*

*Se declaro que a cultura é uma impostura, é porque assentei, precisamente, premissa estranha à impostura; quer dizer, que carecemos de um critério prévio de verdade. mas se declarei, preliminarmente, que a verdade é essa mesma máscara ideológica, estou num círculo vicioso: - como sair dessa falácia? Se nego a verdade, nego a possibilidade de desmascarar a impostura, que só será impostura confrontando-a com o seu oposto, que se chama, através ds séculos, verdade.*

---

\* Djacir Menezes, *Idéias contra Ideologias*, Imprensa Universitária, Rio, GB, 1971.

## *Proselitismo e Liberdade*

*Não defendo aqui a existência de uma Verdade absoluta, invariável, eterna, o que viria contradizer radicalmente tudo que até hoje venho dizendo nas aulas e em livros. Entretanto, à luz de um critério historicamente variável, há, dialeticamente, certo parâmetro essencial de relativa invariância, dentro dos limites do conhecimento, que se exprime nas linhas mais gerais e universais do pensamento filosófico.*

*Estouram protestos estudantis contra acontecimentos mundiais no ambiente das Universidades, sob motivos diversos. O mais ruidoso é a invocação entusiástica do princípio da liberdade de manifestação de pensamento, resultado de árdua conquista contra os sistemas de opressão. Observa-se, paradoxalmente, que a defesa da liberdade é promovida por facções que, ao senhorear-se do poder, não hesitam em coarctar a liberdade dos adversários. Por isso, quando recebi a láurea de professor emérito, falei nos libertadores liberticidas, para caracterizar esses redentores aflitos e apressados.*

*Mas não é esse o lado do problema que cumpre examinar agora. No tocante à liberdade universitária, nervo essencial da nossa sensibilidade às idéias, o princípio sofre adulterações astuciosas, que iludem os alunos. E o sofisma que se arma assenta na forjicação das premissas, que não são postas às claras. Passo aos fatos. A Universidade, para realizar suas funções de transmitir o conhecimento e de fazê-lo progredir (isto é, ensinar e pesquisar), dispõe de certas*

*estruturas. O aluno que se matricula em determinado curso tem objetivos definidos nos respectivos estatutos e leis; inseriu-se num grupo organizado para aprender determinadas matérias, que estão no currículo. Pagou, matriculou-se para aprender física, matemática, psicologia, história etc. Se em vez disso, passa a ter aulas sobre Vietnam e política internacional, fora de seus programas, estão lhe vendendo gato por lebre. Comprou uma coisa, vendem-lhe outra. Foi ludibriado. Em nome de quê? Da Liberdade de pensamento! É o que lhe bradam as minorias agitadas, cujos arautos se tornam responsáveis pela fraude à liberdade em nome da liberdade. Porque, sonhando os objetivos que atraíram as matrículas, estão impingindo novos objetivos, que podem ser belíssimos – mas sobre os quais os alunos não foram previamente consultados. Depois de reunidos, nas formas do coleguismo estudantil, deixam-se levar, inibidos por uma falsa compreensão de solidariedade universitária, guiados pela astúcia ideológica de alguns professores. Muitos alunos, em íntimo desacordo com a situação criada, retraem-se, intimidados pelo proselitismo organizado e militante. Este só poderia ser combatido por outra frente congênere e oposta, que os conjugasse para fazer valer esses direitos de estudantes, que desejam estudar física, química ou sociologia.*

*Mesmo tratando-se de ciências sociais, veio estudar Economia ou Sociologia, não veio para ouvir unilateralmente o catecismo marxista ou dissertações sub-repticiamente aliciantes daquele sectarismo. Todo mundo sabe que a ciência não é marxista, nem tomista, nem aristotélica, embora dentro dela possam os cientistas perfilhar tais doutrinas e inclinações. Onde começa o sectarismo, termina a liberdade*

*intelectual. O horizonte do espírito humano não é o dos campanários das ortodoxias, que batalham pelo império dos espíritos e pela docilização da consciência. Não concebo Universidade amarrada ao cabresto de uma doutrina, principalmente quando esta doutrina é exclusivista, agressiva, imperialista – e só admite a si mesma como verdade última, como acontece com o credo ideológico do tipo leninista. Volto ao ponto: se o aluno se inscreve em uma cadeira de prótese dentária ou de direito falencial e doutrinam-no sobre o plano de guerrilhas urbanas ou como se deve assaltar um banco, estamos em face de um embuste. Nessa tática procura-se confundir o herói com o bandido. Meu herói, meu bandido! diz por aí um estribilho musical. Primeiro, nas classes, há malévolos substituição do objetivo; segundo, porque se prevalecem daquilo que já se chamou de auditório cativo; uma minoria solerte impinge sua pregação porque conquistou o poder, isto é, a cátedra. Essa minoria, que está violentando regulamentos e a finalidade do próprio órgão universitário, grita pela liberdade. Não vê (ou finge) que ela mesma afronta a liberdade da maioria, desnaturando a instituição docente. Nisso está a mais garrafal intrujice desses paladinos do livre pensamento.*

*Ninguém reclama o direito de andar de bicicleta numa igreja, mas há quem reivindique substituir uma aula de álgebra por um debate sobre a morte de Guevara ou discutir a bomba de Mão-Tsé-tung numa sala de estudos de latim. Não negamos a liberdade de idéias e o direito de discutir o guevarismo, o fidelismo, o stalinismo. O que contestamos é a distorção institucional a título de que a Universidade representa o pensamento livre, pois esse princípio é a fonte*

*vital das Universidades; Contestamos o proselitismo, que pretende sufocar as maiorias congregadas no âmbito estudioso com finalidade que discrepam dos propósitos institucionalizados. Contestamos a desvirtuação do princípio, que se transmuda velhacamente no seu contrário fazendo do campus universitário um campo de batalha social.*

### *Diretivas*

Do Gabinete do Chanceler daquela Universidade federal, em 23 de setembro de 1970, procederam as seguintes diretivas, que pretendiam regulamentar, no âmbito acadêmico, essas normas essenciais à vida docente, discente e administrativa, indispensáveis aos órgãos de cultura superior em qualquer parte do mundo democrático.

1 – Na correspondência, declarações ou outros materiais relativos à atividade política de caráter pessoal, o título de Universidade de um membro dos corpos docente e administrativo, só poderá ser usado para identificação. Se tal identificação puder ser, no entanto, considerada como expressão de apoio ou de oposição da Universidade relativamente a esses fins ou atividades políticas de caráter pessoal, a identificação deverá ser acompanhada de uma declaração explícita de que o indivíduo está expressando pontos de vista em caráter pessoal e não na capacidade de representante da Universidade ou de qualquer de suas Unidades ou Escritórios.

2 – O nome, a insígnia, o selo, o endereço da Universidade ou de quaisquer de suas Unidades e Escritórios ou qualquer número de telefone da Universidade não deverão ser usados para atividades ou fins políticos pessoais.

3 – Os escritórios da Universidade não deverão ser usados como centros ou escritórios ligados à organização de atividade política pessoal.

4 – Equipamentos universitários, suprimentos e serviços – por exemplo, máquina de escrever, duplicadoras, serviços de secretária, malote interno, serviço de correspondência, veículos, computadores, material de escritório – não deverão ser usados para fins e atividades políticas pessoais. Nem podem os telefones da Universidade ser usados para chamadas ou o malote universitário usado para a remessa de materiais de promoção da atividade política pessoal.

5 – Os locais e instalações da Universidade não deverão ser usados de forma regular ou continuada para organizar ou manter atividades políticas de caráter pessoal. Tais atividades políticas são permitidas nas *áreas de discussão aberta* na forma prescrita pelas regulamentações do campus concernentes ao *tempo, lugar e forma da expressão pública*.

6 – A exposição ou distribuição de materiais políticos inclusive cartazes, notas, folhetos e flâmulas – deverão conformar-se a regulamentação do campus concernentes ao *tempo, lugar e forma da expressão pública*.



7 – Nem os professores nem os estudantes deverão fazer uso dos cursos ou de tempo de aulas para organizar atividades políticas de caráter pessoal.

8 – Tópicos e materiais políticos submetem-se à regra geral de que os instrutores de cursos, tanto quanto os assistentes de ensino, são obrigados a ministrar cada curso em razoável conformidade com o assunto e descrição do curso anunciados previamente (a menos que o plano de curso tenha suas alterações aprovadas pelo Comitê de Cursos); a liberdade acadêmica não justifica a introdução de considerável quantidade de assuntos estranhos à matéria, ou de discussões e atividades irrelevantes, durante o curso de uma aula.

9 – Nos cursos em que tópicos e materiais políticos contemporâneos constituem a própria matéria de estudo, professores e estudantes deverão tratá-los como sujeitos de estudo e análise de acordo com os padrões intelectuais aceitos para a investigação e expressão acadêmica.

10 – Os membros dos corpos docentes e administrativos, quando exercendo atividades políticas de caráter pessoal juntamente com outros professores, funcionários e/ou estudantes, deverão estabelecer claramente a natureza voluntária de tal atividade e manter a nítida separação entre sua atividade política pessoal e o programa educacional e recursos e operações da Universidade.

11 – O instrutor é responsável pela proteção da integridade acadêmica de suas aulas. Ele não poderá delegar

esta autoridade ou confiá-la a outros, como, por exemplo, ao permitir que o contrato ou a forma de seu curso sejam determinados conclusivamente pelo voto de seus estudantes ou ao permitir que o curso seja desviado de seus objetivos previstos por pressões extra-acadêmica, sejam políticas, sociais ou de qualquer outra natureza.

### *Os Donos do Futuro*

*Apreciando o resultado da eleição desfavorável ao extremismo esquerdista em Portugal, uma intelectual inglesa opinava pela cassação do direito de voto àqueles que não pensam bem. E quais não pensam bem? Decerto aqueles que não sintonizam com os paradigmas que o fulano marxista toma como critério discriminatório.*

*à luz desse critério não se poderia jamais distinguir entre a liberdade fundamentada na obediência à nacionalidade das leis, e servidão fundamentada na obediência a leis ditadas pelo arbítrio de um partido único. Então se descobre a calva do sofisma ideológico, que repugna ao pluralismo defendido pelos professores Reale, Arthur Rios, Paim e o casal Rodrigues. E compreende-se por que se desencadeou esse movimento que alude à caça às bruxas, ao macartismo e outras reações desconexas, despistando o seu conteúdo liberticida no calor emocional da redemocratização tão esperada.*

*A maioria das reuniões docentes e discentes promovidas por iniciativas de alguns departamentos de ciências sociais acaba na cantilena das relações entre opressores e oprimidos – depõe o prof. Aroldo Rodrigues. Isso*

*já é do conhecimento pleno de quantos lidam no meio universitário. Essa crise de liberdade de pensar é a crise do próprio pensamento universitário golpeado pelo sectarismo militante. Não vem de fora, como advertiram os professores citados, mas de dentro. O cavalo de Tróia já transpôs há muito tempo os muros da polis.*

*O prof. Paim apontou o cerne da política que abre uma opção totalitária, inimiga do pluralismo capaz de favorecer a ação filosófica e científica.*

*A opção totalitária não entende que se possa considerar objetivamente os problemas por mais abstratos que sejam. Assim o prof. Garcia-Roza compara a liberdade acadêmica, defendida por Aroldo Rodrigues, como exigência da mentalidade científica, ao mito que visa a encobrir a mais sutil das formas de dominação do saber.*

*Depois de alguns quousque tandem abutere patientia nostra – o Sr. G. Roza escreve que as noções, os conceitos e as categorias do discurso acadêmico expressam os valores de uma classe. Ora, evidentemente esse postulado leninista líquida toda argumentação que se lhe poderia opor em defesa do que concebemos como liberdade acadêmica. Estamos diante da negação sumária e total da discussão filosófica, porque, de uma testada, varreu todas as possibilidades de objeção: todos os instrumentos de que nos servimos para a discussão estão siderados por um só raio.*

*Se todos os conceitos e categorias de que podemos exprimir nosso pensamento são apenas valores de uma classe, cujo vaticínio já é um atestado de óbito, como poderemos seguir esses coveiros que nos vêm celebrar o sepultamento com tal precipitação? Continuamos a pensar naquela*

*linguagem que é a mesma dos que tão ilusoriamente se julgam senhores das próximas auroras. E resta-nos sacudir melancolicamente a cabeça, repetindo a frase de uma heresiarca diante do tribunal que pretendia calar-lhe a voz – eppur se muove. A cultura humana se move em rumos que não estão previstos naqueles roteiros de tutela do pensamento.*

*Segue-se a Transcrição do Programa citado do Discurso:*

Para o trimestre de março-maio de 1979 de Filosofia do Direito, do curso de Pós-Graduação, propomos o seguinte estudo, em duas partes:

a) de um capítulo inédito de Filogenia jurídica que, partindo da relação social cega aos valores, no processo de convivência primitiva, ascenda à *relação jurídica* e à cognição valorativa;

b) das análise do conceito de juridicidade em Tomás de Aquino e Karl Marx.

Esta segunda parte do estudo se concentrará em extratos de textos controvertidos de Hegel, de Marx e de Tomás de Aquino, que deverão ser mimeografados pela Secretaria como material de debate para uso dos alunos e de motivos para os trabalhos de estágio.

Os excertos controvertidos serão retirados dos seguintes textos:

Hegel – *Textos Dialéticos*, Zahar, Rio, 1969. Seleção, Introdução, tradução e notas do prof. Djacir Menezes;

Thomas de Aquino – *Summa Theologiae*, secunda secundae, quaestio LVII, *De Iure*, arts. 1, 2, passim;

Karl Marx – *Kritik der hegelschen Staatslehre*, § § 261, 262;

*Kritik der hegelsehen Rechtsphilosophie*, Einleitung, *Werke*, Dietz-Verlag, Berlin, 1958, Bd. 1.

## **II. SEGUNDA CARTA DO PROF. ANTONIO PAIM AO REITOR MAC DOWELL**

Com data de 26/03/1979, o prof. Antonio Paim encaminhou a seguinte carta ao Reitor da PUC-RJ, padre João Mac Dowell:

*Em face da nota do último dia 23, queria dizer a Rev<sup>ma</sup> que também lamento a forma pela qual me afastei da PUC tendo em vista que não tive oportunidade de agradecer, em meu nome pessoal, do Instituto Brasileiro de Filosofia e de seu presidente, prof. Miguel Reale, a acolhida que nos deu essa Universidade. Ao longo de dez anos, pudemos formar duas dezenas de docentes para o ensino da disciplina pensamento brasileiro, que ora se ministra nas maiores universidades do país. Embora saiba hoje que o Concílio vaticano II havia recomendado expressamente que, além de apoiar-se na herança da philosophia perennis, a aquisição de um conhecimento firme e coerente do homem, do*

mundo e de Deus *exigia que se levasse em conta igualmente as pesquisas filosóficas mais recentes, principalmente aquelas que exerceram maior influência em cada país (Optatam Totius II, 15), a obediência a semelhante preceito não diminui a nossos olhos o valor da atitude compreensiva dos reitores padres Laercio, Viveiros, Velozo e V. Rev.<sup>ma</sup>.*

*O fato de que a nova direção do Departamento de Filosofia tenha optado pela extinção daquela área de concentração no curso de pós-graduação equivalia obviamente à dispensa de minha colaboração, tão logo concluísse o compromisso que havia assumido com os alunos em relação aos quais desempenhava as funções de orientador de tese. Essa circunstância não me obrigava a romper com a instituição nem muito menos fazê-lo sem expressar a gratidão pela acolhida no ciclo precedente. Embora o saber filosófico, sendo uma criação humana, deva expressar-se através das filosofias nacionais, no caso daquelas nações como a nossa que não tiveram a ventura de gerar um grande filósofo reconhecido universalmente, sempre haverá aqueles estudiosos que darão preferência ao conhecimento das últimas novidades que circulam na França, na Inglaterra, na Bélgica ou nos Estados Unidos. Ainda que considere falsa essa dicotomia, valorizo essa avidez de novidade. No passado brasileiro, quem soube entrever a significação de Kant não foi Silvestre Pinheiro Ferreira, que se encontrava na Alemanha quando ainda vivia o grande mestre, tendo assistido à conferência de Fichte e Schelling, mas pensadores perdidos no interior de São Paulo, como Feijó e Martim Francisco. Graças a estes travamos conhecimento com o kantismo no momento mesmo em que o faziam as capitais européias. De sorte que,*

*equivocados na avaliação do pensamento brasileiro, os que só têm olhos para o exterior sempre podem desempenhar algum papel. E se os dois pontos de vista não podem coexistir no Departamento de Filosofia da PUC-RJ suponho que encontrarei abrigo em outra instituição.*

*Embora V. Rev.<sup>ma</sup> não mais endosse, na nota considerada, as manifestações de esquerda, reconhece que a PUC-Rio de Janeiro não está imune à atuação e ao confronto das ideologias. A grande lição dos acontecimentos é que a esquerda da PUC-RJ, aparentemente com o endosso de outras áreas de idêntica ideologia, como procurou fazer crer, não aderiu à plataforma liberal do Estado de direto por uma conversão democrática mas por acreditar que, nas novas condições, mais fácil lhe seria impor uma opção totalitária. Espero que se trate de uma avaliação equivocada.*

*Quero finalmente reafirmar o meu afastamento da PUC-RJ. Embora não seja católico, avalio a magnitude da tarefa que V. Rev.<sup>ma</sup> tem pela frente no que se refere à manutenção de uma instituição confessional, que não perca essa característica, tendo ao mesmo tempo que conviver numa sociedade plural. Nas circunstâncias presentes, nenhuma contribuição teria a dar-lhe no desempenho da espinhosa missão.*

### III – O TEXTO CENSURADO

#### A FILOSOFIA COMO AUTOCONSCIÊNCIA DE UM POVO\*

##### *Filosofia e Racionalidade*

*A filosofia não se improvisa, nem há filósofos precoces. Pode haver músicos que, ainda na infância, sejam capazes de deslumbrarmos graças à surpreendente virtude de penetrar na linguagem do ritmo, ou de revelar-nos, através dos sons, motivos essenciais do cosmos.*

*Pode haver adolescentes como Michelangelo que, vagando pelos jardins dos Medici, sabia transfundir nas matérias mais humildes a força plástica de seu gênio criador.*

*Pode haver pintores precoces, que acordem na manhã da existência sabendo traduzir em linhas e cores todo o esplendor das imagens e das formas, desvelando face inédita do real.*

*Pode haver poetas-crianças, surpreendendo-nos com intuições prodigiosas, como que dando razão ao esteta e poeta italiano Giovanni Pascoli, quando diz que a poesia é um dom da juventude, e, mais que isso, uma voz da infância, visto ser própria da criança e de quem tenha a candura da criança, como poder de aprender uma verdade diferente da verdade intelectual, a verdade imediata da intuição concreta, em aderência viva com as coisas nos circundam.*

---

\* Publicada anteriormente na *Revista Filosófica do Nordeste*, fasc. 2º, 1961. Trata-se de conferência proferida por ocasião da instalação do Instituto Brasileiro de Filosofia em Fortaleza.



*Mas, se há poetas e pintores e músicos precoces, e se há possibilidade de antecipações surpreendentes em múltiplos setores da existência, tal fenômeno não ocorre no plano da filosofia, como não se verifica no âmbito da medicina, do direito, da história, da engenharia ou da arquitetura. É mister, então, que meditemos um pouco sobre tal problema, indagando dos motivos profundos desse fenômeno, ligado às fontes primordiais do ser do homem.*

*É que na poesia, na música ou da pintura, o que prevalece são as forças intuitivas e emocionais, enquanto que no plano das construções filosóficas, históricas, jurídicas, arquitetônicas etc., constitui-se um segundo grau de atividade humana, que não é superior ao primeiro, mas é distinto dele: é o da atividade racional, como superamento do imediatamente dado, pela integração dos casos particulares em formas abstratas, em síntese que só aparentemente se desligam das coisas significadas, porque, na realidade, as compreendem em seus valores essenciais, na sua coerência íntima e necessitante.*

*Não há juristas precoces, porque o saber jurídico é o fruto maduro do trabalho metódico, do esforço renovado de todos os dias. O estudante, que se julgar jurisperito de repente, somente por ter tomado contato com os códigos ou com os tratados, padecerá de triste e comprometedor ilusão, na realidade, o direito é feito de certeza, e a certeza jurídica é, acima de tudo, uma expressão da plenitude racional que nasce e se afirma na experiência, quando o saber livresco se embebe de prudência, a virtude que se insere no âmago da vida prática, aprimorando-se à custa de triunfos e reveses, decepções e esperanças.*

*Da mesma forma, não se improvisam os arquitetos, visto como a composição das formas supera a imediatidade dos elementos singulares, implicando a unidade harmônica dos espaços e dos volumes, a síntese feliz, toda feita de proporção e medida, entre o útil e o belo, tal como somente a razão é capaz de potenciar.*

*A filosofia é, igualmente, síntese e unidade. Na síntese amorfa e indiferenciada, mas síntese orgânica e de processus, unidade de ordem, na qual se preserva a cada parte componente a sua posição específica e própria; nem o todo importa em absorção ou em predomínio avassalador, mas representa antes a co-implicação harmônica de peculiaridades intocáveis. A filosofia é racionalidade, e é racionalidade até mesmo quando o filósofo põe em realce o papel fundamental das forças emocionais e intuitivas. Porque a filosofia é também linguagem, pelo menos uma tentativa de expressão rigorosa, tradução em verbo ou em símbolos daquilo que a experiência oferece de essencial e duradouro.*

*Toda vez que a humanidade entra em crise, insistem os filósofos em apontar para a única via que resiste ao emaranhado das doutrinas: a renovada busca do permanente, do essencial, daquilo que assinala uma constante no torvelinho das contingências e das mutações repentinas e bruscas, expressando-se na clareza dos conceitos.*

*É inegável que, nessa procura do essencial, que se oculta sob a capa do secundário e do contingente, imensa é a contribuição das faculdades intuitivas, graças às quais uma verdade pode brilhar no amanhecer das pesquisas, governando, como fulcro primordial, o processo ulterior das análises. Se. Porém, aquela intuição inicial ao depois não se*

*desenvolve, nem se insere em uma ordem racional coerente, tem o valor fugaz dos pirilampos, nada representando no desenvolvimento das idéias. Não faltariam, por certo, exemplos de juristas ou filósofos que, em plena mocidade, perceberam algo capaz de dar novo sentido à experiência, bastante lembrar que nos escritos juvenis de um Locke, de um Hegel, de um Marx ou de um Savigny já se encontram os germes de suas concepções mais relevantes. Não teriam tido, porém, maior significado na história das idéias, se as intuições originais não houvessem sido aferidas e fecundadas pelo poder sintético e ordenador da razão.*

*A razão equivale, pois, à plenitude e à maturidade, quando ela não se estiola na abstração formal, mas é, ao mesmo tempo, forma e conteúdo, estabilidade e movimento, ou seja, razão concreta e histórica.*

*Já é tempo de se contrapor aos excessos da intuiçãoismo lírico, que ameaça converter a filosofia em uma ambígua atividade poético-literária, as exigências do intelecto e da razão. Refiro-me, porém a uma racionalidade diversa da que tradicionalmente se confunde com meros esquemas formais; penso, ao contrário, na racionalidade concreta, a qual não se separa da experiência senão no que nesta houver de precário ou caduco. Não devemos; em verdade, esquecer, à luz da história das ciências, que os momentos de abstração, mais fecundos coincidem com os instantes de mais profunda captação do real e da vida, dada a complementaridade dialética existente entre fatos, leis e valores<sup>1</sup>.*

---

<sup>1</sup> Não se pense, porém, que eu seja adepto de uma filosofia reduzida ao comentário genérico das pesquisas sociológicas e históricas, como é do agrado de

*A partir da surpresa e da perplexidade iniciais, que põem os problemas; desde a intuição das perguntas até a maturidade das respostas, na floração unitária de antigas e novas perguntas, desdobra-se o caminho do filosofar, que, no entanto, a todo instante, se enriquece de novas intuições que exigem incessantes reformulações racionais, numa polaridade dinâmica entre o pensamento e a realidade pensável.*

### *Filosofia e Nacionalidade*

*Assim sendo, quando um povo começa a filosofar, a expressar racionalmente o seu sentir e o seu querer, demonstra a si mesmo e ao mundo que está atingindo a fase da maturidade no processus de sua autoconsciência. A autoconsciência nacional como é óbvio, não pode resultar de importação, visto dever traduzir algo que vem aos poucos se elaborando no recesso da alma popular, até se revelar, com valores novos e imprevistos, na palavra de seus intérpretes.*

*É necessário se lembrar que, se a filosofia é universal, nem por isso deixa o filósofo de receber as influências do meio em que vive, o qual condiciona tanto o conteúdo ideológico quanto as formas expressionais. Daí poder-se falar em filosofia alemã, em filosofia italiana ou francesa, assim como dia virá em que nos será dado referir-nos à filosofia brasileira.*

*Longe de mim a idéia de forjar uma filosofia segundo as circunstâncias do momento, transformando o filosofar em*

---

*certos estudiosos que têm horror à metafísica, preferindo teorias de alcance prático, numa acanhada compreensão do que seja experiência.*

*instrumento de ação política, ou de ação social,, bitolando o pensamento segundo estas ou aquelas aspirações, imediatas ou mediatas pouco importa, de nosso viver histórico; não é neste sentido que cogito de uma filosofia brasileira. A filosofia é, inegavelmente, uma só. Os filósofos cultivam a universalidade dos mesmos problemas, o que implica o sentido universal das respostas dadas, muito embora haja inevitáveis discordâncias e conflitos. Não confundamos universalidade com unanimidade: esta é contingência empírica, que poderia existir até mesmo sem aquela, tal como ocorre quando os pseudoverdades avassalam e obscurecem os espíritos.*

*Por mais que a filosofia tenha sentido de universalidade, é inegável, todavia, como já assinalara Fichte, que existe a pessoa do filósofo condicionando o ritmo de seu pensamento, a tal ponto que já se chegou a afirmar, em tom de paradoxo, que, se Aristóteles nascesse hoje, seria aristotélico, e Platão, vindo ao mundo agora, seria platônico.*

*Podemos, porém, estar certos de que não se reproduziriam as estruturas mentais do Aristóteles que conhecemos, nem ressurgirá o Platão dos diálogos memoráveis: a dimensão histórica hodierna seria componente inevitável no filosofar de ambos, tão certo como somos também o que fomos na sucessão das idades. Universalidade dos problemas, por conseguinte, e condicionalidade histórica dos problemas, eis duas coordenadas inamovíveis do pensamento filosófico. Varia, assim, através do processo histórico, o condicionamento dos problemas universais, bem como o estilo de vida ligado essencialmente à pessoa filósofo e ao complexo de fatos e valores culturais em que se situa, assistindo razão a Giovanni Gentile quando diz que o caráter universal não*

*exclui que a filosofia seja nacional, pois é um axioma lógico que a universalidade não é anulamento, mas adimplemento de todas as determinações particulares.*

*Impossível seria a qualquer de nós libertarmo-nos das nossas circunstâncias mesológicas, sociais, biológicas, históricas etc., e tal verdade também se estende à vida das nações. Jamais somos apenas vivência, porque somos perene e necessariamente convivência, dependendo o nosso ser pessoal dos múltiplos círculos sociais de que somos partícipes. Dessarte, um problema filosófico, tratado por um pensador da Inglaterra, pode apresentar características e peculiaridades discerníveis ao primeiro contacto, em contraste com as respostas dadas, por exemplo, por um estudioso germânico: algo de peculiar e de próprio se percebe nas linhas com que o problema se põe, ou nas diretrizes segundo as quais a verdade se expressa. Universalidade, repito, da filosofia, mas como um quid de próprio, de inexplicado ou inexplicável, muitas vezes, nas conjunturas espaço-temporais. É claro que problemas filosóficos há, como os da lógica, independentes de condições espaço-temporais, mas estas podem influir até mesmo nas modalidades de aplicação dos valores lógico-formais, assim como na hierarquia que lhes é conferida no quadro do saber humano.*

*Manda a verdade, que se reconheça que vivemos num mundo de problemas imerso num mundo de mistérios. O ignoramus, ignorabimus, com que Du Bois-Reymond, em 1880, escandalizou os meios positivistas, enumerando os sete enigmas do mundo, tem alcance bem mais profundo do que uma simples confissão de insuficiência.*

*Indo ao âmago da questão, talvez se possa dizer que é o mistério que condiciona os problemas. Aquele não se reduz ao problema de amanhã, nem ao resto das perguntas que ainda seja possível formular como problemas. Sim, porque nem toda pergunta é problema, mas só aquela que pressupõe dados, pelo menos hipotéticos, abrindo a possibilidade de uma resposta, muito embora esta só possa vir a ser obtida em futuro remoto. Se o mistério fosse apenas o reflexo de uma deficiência atual na formulação ou na solução dos problemas, seria apenas a suspensão provisória do juízo ou o produto de uma carência histórica, como se a faixa de mistério diminuísse progressivamente com o alargar-se do domínio dos conhecimentos positivos.*

*Não bastará, outrossim, dizer que, à medida que avançamos na solução dos problemas, surgem novas perguntas, como se o mistério se confundisse com os renovados horizontes dos problemas, ou, por outras palavras, com a infinitude do cognoscível.*

*Note-se que, quando me refiro ao mundo dos problemas, não penso apenas nos que surgem no plano empírico das ciências físico-matemáticas, mas também nos que se situam no plano transcendental da teoria do conhecimento, pois, tanto neste como naquele impõe-se estudar a correlação entre sujeito e objeto, entre pensamento e realidade, nos amplos horizontes ontognoseológicos em que se desenvolve a atividade cognoscitiva. Quem põe um problema, enuncia uma hipótese, e esta sempre se funda em dados que representam pelo menos um esquema provável do real, explicado ou compreendido como algo de objetivo ou objetivável segundo relações causais, nexos de funcionalidade e proporções, ou,*

*em se tratando de ciências culturais, segundo conexões de sentido. Só assim se opera a conversão entre verum e factum, consoante a intuição de Vico.*

*O mistério, ao contrário, é o absoluto, e o ab-solutus, como tal, supõe-se fora da correlação ontognoseológica, permanecendo irreduzível às tenazes que co-implicam e polarizam o sujeito e o objeto do conhecimento. A ele só podemos nos referir como ao pressuposto lógico da problemática total. Se conhecer é sempre conhecer de algo alguma coisa, e se jamais o nosso conhecimento logrará abranger a plenitude do real, aberto a sempre novas perguntas, mister é concluir que o insuscetível de conhecimento, por falta de adequação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível é o condicionamento em que se pressupõe imersa a esfera de quanto conhecemos, e é a razão do caráter histórico-dialético do processo cognoscitivo.*

*Ora, a problemática do ser do homem ou do ser das nações, como entidades biopsíquicas, sociológicas, econômicas, étnicas, históricas etc., enriquece-se dia a dia, multiplicando as esferas das pesquisas positivas, que, ao depois, se entrelaçam e se esclarecem reciprocamente. Mas há algo na dramaturgia dos homens, das raças, dos povos, das nações, que debalde psicólogos e geógrafos, fisiologistas e etnólogos tentarão explicar: é aquilo que assegura a cada homem e a cada povo a sua singularidade, a sua inconfundível e intocável personalidade.*

*Por que sou o que sou? O porquê estas e não aquelas inclinações e tendências marcam o meu ser pessoal, e estruturam e singularizam o meu eu, é um dado para a problemática de minha experiência, mas que invoca e*



*pressupõe o mistério insondável de meu ser distinto e diverso, irreversível e inefável no cosmos. Consolar-se-ão os positivistas supondo que, se conhecêssemos todas as causas, atingiríamos a solução do problema. Mas a totalidade das causas, o absoluto do conhecimento, a causa causarum, que nos escapa, dada a natural e invencível finitude dos horizontes ontognoseológicos, só é conjecturável como pressuposto lógico do conhecimento possível.*

*O certo é que, assim como os homens, também os povos se distinguem uns dos outros, por mais que os processos tecnológicos acelerem o ritmo da massificação e da uniformidade – razão pela qual a filosofia não pode deixar de refletir o gênio dos povos, expressão de que abusaram os românticos, mas que oculta uma irrenunciável verdade. As características da personalidade nacional são identificáveis, pelos mesmos motivos, na música, nas artes plásticas, na literatura, na arquitetura, em todos os campos em que surge a problemática do valor e da opção.*

*Pois bem, se já se começa a reconhecer um complexo de notas específicas da gente brasileira em todas essas esferas espiritual é natural que se vê plasmando, com a força do autêntico e do espontâneo, também a atitude, ou se quiserem, o estilo brasileiro de filosofar.*

### *Filosofia e Comunidade Plural*

*Analisando o desenrolar do pensamento filosófico a partir da era renascentista, verifica-se que não houve, como às vezes se alega, uma dispersão do pensamento em contraste com a unidade do pensar medievo, mas sim o multiplicar-se*

*das teorias e dos sistemas, tendo-se renovado, a uma nova luz, o pluralismo que fora a alma da cultura grega, desenvolvida sob o signo da liberdade de pesquisa e de expressão.*

*Uma das notas específicas dos tempos modernos consistiu, por força mesma das novas conjunturas históricas, na já apontada dimensão nacional que se introduziu no processo das idéias, tal como transparece aos nos referirmos ao racionalismo francês, ao empirismo britânico, ao idealismo alemão, ao espiritualismo italiano, ou ao pragmatismo norte-americano, reconhecendo serem essas as tendências dominantes em cada um dos referidos países.*

*Outra característica: apesar da pluralidade dos sistemas – e nem sempre como consequência do primado político ou econômico das nações em que floresceram -, determinada concepção chegava a dominar o campo do filosofar, assinalando a tendência espiritual de toda uma fase histórica.*

*Pode-se mesmo admitir ter havido uma sucessão de doutrinas dominantes, malgrado a permanência de correntes de idéias tradicionais através dos tempos, ora consideradas reminiscências inúteis, ora expressões superadas do passado. Tal modo de ver correspondia, aliás, à crença otimista no progresso, concebido em função de uma série crescente de fatos e de valores, como se coincidissem sempre a excelência do bem e da verdade com o último elo do desenvolvimento atingido.*

*O século XIX, sobretudo, concebeu a história das idéias sob esse prisma de contínuos superamentos, mas dominado pela expectativa paradoxal de um termo final no processo ao se atingir uma solução única, compreensiva e apaziguadora,*

*quer um Hegel nos apontasse para a dramaturgia auto-reveladora da idéia; quer um A. Comte nos pregasse o advento da era positiva, como fruto das conquistas científicas; quer um Karl Max profetizasse uma nova consciência ideológica universal, determinada pela socialização dos instrumentos de produção, numa sociedade sem privilégios e sem classes.*

*Foi o positivismo, no sentido mais amplo desta palavra, abrangendo todas as tendências baseadas nos mesmos pressupostos, como os de Comte, Renan, Spencer, Haeckel, Stuart Ardigó, Wundt etc., - foi o positivismo que, durante algumas décadas, pareceu realizar, na faixa da cultura do Ocidente, o ideal de uma comunhão de pensamento, como se houvessem sido superadas definitivamente as elucubrações metafísicas de Descartes, Espinosa, Leibniz, Kant ou Hegel. Sob certo ponto de vista, era como se a burguesia triunfante, ancorada na rala metafísica positiva, estivesse em condições de restituir à humanidade uma nova unidade ideológica, já agora fundada nas ciências, e não em meros preconceitos teológicos ou metafísicos...*

*Hoje, ao contrário, percebemos o equívoco e a insuficiência de tais concepções monocórdicas, assim como o perigo que há em se atribuir valor exclusivo a uma data corrente de pensamento, com exclusão das demais.*

*Prevalece, no entanto, no chamado mundo comunista, um campo ideológico cerrado, onde não se admitem senão divergências de exegese no tocante à concepção marxista do homem e do cosmos, sujeitas, ainda assim, as variantes interpretativas à censura da inteligentzia oficial, sendo notórios os processos violentos de restabelecimento da linha justa, ao sabor dos mentores do partido soviético. É a razão*

*pela qual no campo filosófico-jurídico, por exemplo, não se elabora uma obra objetiva e complementar de pesquisas, mas se sucedem, no domínio do Instituto de Direito da Academia das Ciências da U.R.S.S., as orientações de Stuchka, Pashukanis, Vyshinsky e Trainin, numa relação de amigo-inimigo, o líder jurídico-político de hoje e apontar o de ontem com corruptor ou traidor do autêntico marxismo<sup>2</sup>. Visto a essa luz, é inegável que o marxismo, apesar de todas as suas adaptações, continua sendo, substancialmente, uma ideologia do século XIX, não tendo merecido as simpatias dos partidos comunistas os pensadores que têm procurado, especialmente na França e na Itália, ajustar a doutrina às exigências do historicismo contemporâneo, aberto à problemática do valor e da liberdade.*

*Não há dúvida que, vez por outra, também no Ocidente surgem tentativas de uniformização do pensamento, como ainda agora acontece com certos grupos agressivos do neopositivismo, mas, em geral, tais pretensões desfazem-se por si mesmas; e o princípio da pluralidade e da coexistência das teorias, num diálogo livre e fecundo, ressurge, como algo de essencial ao nosso ciclo de cultura.*

---

<sup>2</sup> *Quem quiser verificar a violência dos epítetos com que se mimoseam, sucessivamente, os mentores jurídicos do Instituto de Moscou, encontrará farta messe de exemplos em coletânea Soviet Legal Philosophy, editada pela Harvard University Press, em 1951, assim como na obra fundamental de ANDREI Y. VYSHINSKY, The Law of the Soviet State. Nova Iorque, 1948, trad. de H. W. BABB, págs. 15, 36, 53, 54, 56 etc. Com a queda do mito stalinista, chegou a vez de serem repudiados rigidamente os postulados de VYSHINSKY e seus epílogos, como se pode ver em Sovetskoe Gosudarstvo i Pravo. 1962, nº 4, págs. 3-16, cuja tradução inglesa apareceu em Soviet Law and Government, Summer 1962, págs. 24 e segs.*

*Acresce que a civilização se desdobrou por todos os quadrantes do planeta, determinando a formação de imprevistos focos irradiantes de pensamento, como acontece com as nações latinas da América, e é o caso particular de nossa pátria, cuja luta contra o subdesenvolvimento se processa pari passu com a luta por sua emancipação mental.*

*Seria ingênuo olvidar o muito que as condições materiais representam no tocante à elaboração e à vivência das idéias, mas isto não nos deve levar a simplificar singelamente o problema, como faz João Cruz Costa, para quem economia é consciência, de maneira que graças a desenvolvimento material de nosso país é que seria explicável o crescente interesse pelos estudos filosóficos e, com ele, um mais seguro, embora lento progresso de consciência<sup>3</sup>.*

*O fenômeno é bem mais complexo, sendo irreduzível à monovalência econômica, que nem sequer corresponde ao pensamento de Marx e Engels, como já provado há muito tempo. Os processos culturais desenvolvem-se em uma interação dialética de múltiplas influências, correspondendo a tomada de posição filosófica ao natural desejo de unidade e de síntese insito nas virtualidades criadoras de um indivíduo ou de um povo.*

*Não vivemos, pois, numa época de filosofias dominantes, nem é possível que uma nação, como o Brasil, com o seu lastro de experiência social e histórica, se conforme com os reflexos de uma estrela qualquer, como se fora planeta destituído de luz própria, falho da capacidade autônoma de*

---

<sup>3</sup> V. JOÃO CRUZ COSTA, Panorama da História da Filosofia no Brasil, São Paulo, 1960, págs. 83 e segs.

*pensar, que o pensamento, como a luz, dá individualidade, cor e beleza o quanto existe.*

### *Perspectivas da Filosofia no Brasil*

*Integrados que estamos nas coordenadas da civilização do Ocidente, como filhos da prodigiosa cultura européia, dela só podemos nos emancipar como se emancipam os filhos dignos, dignificando e potenciando a herança paterna, cientes e conscientes da nobreza de nossa estirpe espiritual. Não ignoro as contribuições das culturas ameríndia e africana na modelagem da que justamente se considera a maior democracia racial do planeta, mas tais influências, malgrado a pretensão de certos africanistas, não são de molde a afastar-nos das linhas mestras do pensamento oriundo das fontes greco-latinas. Na biografia filosófica brasileira ou na sociologia de nosso filosofar, identificam-se atitudes e modismos que refletem a presença de elementos estranhos à formação cultural do velho-continente – onde excedem os valores amadurecidos no tempo, e os atos mais renovadores e revolucionários, aparentemente brotados de repentinos impulsos, aprofundam as suas raízes na história, o que não deve suscitar estranheza, pois quanto mais uma cultura se teoriza (e a teoria é a autoconsciência dos ciclos culturais), mais adquire dimensão histórica – mas não é menos certo que todo o pensamento americano se liga, em sua essência, àquelas diretrizes universais do espírito intuídas pelas civilizações mediterrâneas e que, bem analisadas, constituem a razão mesma da filosofia.*

*Se, como penso ter demonstrado, vivemos num mundo plural, ficaríamos divorciados do valor por excelência da cultura do Ocidente, se almejássemos fundir uma única matriz de pensamento para impingi-la às novas gerações. Há talvez um grupo seduzido por essa missão de redenção nacional, mas quem não vê nessa atitude um resquício de velha e surrada tendência iluminista, própria dos que, aparentemente a serviço do povo, na realidade se arvoram em guias e mentores da nacionalidade, para a qual traduzem mensagens alhures concebidas em função de interesses que não são os nossos?*

*Quando surgiu, em 1949, o Instituto Brasileiro de Filosofia, não faltou quem estranhasse a diversidade e o contraste dos estudiosos que o constituíam, pleiteando antes a formação de uma escola, em cujo seio se congregassem os adeptos de uma única doutrina.*

*Preferimos, no entanto, que o Instituto fosse, como continuará a ser, uma entidade destinada a propiciar o diálogo entre os pensadores brasileiros, abstração feita de teorias e sistemas.*

*Se fôssemos uma escola, desde logo marcar-nos-ia a inclinação para a catequese e a intolerância, comprometida no berço a possibilidade de uma compreensão melhor na comunidade brasileira.*

*Nessa pluralidade está a nossa força, assim como reside a nossa fraqueza. Os que se julgam senhores absolutos da verdade tornam-se soldados de cuja filosofia missioneira, agindo com o ímpeto e a paixão dos militantes. Os que, ao contrário, amam a verdade alimentada pelo livre sopro das idéias, mister é que fortaleçam a sua posição pela seriedade*

*das pesquisas, pela meditação serena que é o âmago, a intimidade da filosofia.*

*Não foi sem motivo que o maior dos filósofos preferiu o diálogo para revelar o seu pensamento, pelo cotejo fecundante das idéias, fazendo surgir as verdades universais da efervescência dos pontos de vista, não como um conceito impoerto a priori, mas como algo de plasmável em contato com a disparidade e até mesmo com a oposição dos conceitos.*

*É claro que do diálogo filosófico não se exclui a veemência, nem a paixão pela verdade, mas os caminhos da filosofia são os das convicções livremente elaboradas e transmitidas, não se justificando a polêmica convertida em razão do filosofar. A época da filosofia em mangas de camisa, a distribuir reprimendas ou a dar notas de mérito e demérito aos adversários; a época em que um Sílvio Romero lançava, com azedume, a sua doutrina contra doutrina deve ser considerada, hoje em dia, superada, graças a uma compreensão mais sutil e recatada da tarefa dos que se dedicam aos estudos filosóficos, que podem dissentir, mas não agridem, nem se consideram senhores da última verdade.*

*Nesta altura, seja-me lícito recordar aos cearenses que ninguém mais do que Farias Brito contribuiu para instaurar em nossa pátria essa nova versão do filosofar, estudando pacientemente as doutrinas, e procurando situar-se no mundo das idéias, o que fez antes com desmedida timidez do que com os arremessos e os espalhafatos então em voga.*

*Não é necessário concordar com Farias Brito, aceitando a substância de suas idéias; o que importa é reconhecer que ele representou algo de novo no pensamento brasileiro, como atitude de filosofar. Nesse sentido, poder-se-*



*ia dizer que o Instituto Brasileiro de Filosofia surgiu também sob o signo de Farias Brito, cuja obra, com a dos demais pensadores brasileiros, temos procurado analisar objetivamente, sine ira ac studio*<sup>4</sup>.

*Infelizmente, no plano do pensamento, o Brasil se ignora de maneira impressionante. Muitas vezes temos conhecimento do que ocorre lá foram na Alemanha, na Rússia, ou na China, mas não sabemos da existência de um pensamento palpitante no Estado vizinho. Vivemos insulados, divididos. Uma das exigências fundamentais do Instituto Brasileiro de Filosofia foi e é exatamente esta: pôr em contato os homens que pensam no Brasil; fazê-los ter mais consciência das contribuições do pensamento pátrio.*

*Quero aqui apontar para outro aspecto fundamental, já objeto da cogitação de Sílvio Romero, há mais de um século, mas que conserva inegável atualidade. Ao escrever, ainda jovem, a sua Filosofia no Brasil, observara Sílvio Romero que só temos vivido graças à recepção de influências alienígenas, não existindo uma obra filosófica que traduza um diálogo entre pensadores atuais ou anteriores de nossa própria terra.*

*A história das idéias filosóficas no Brasil escreve-se por linhas oblíquas. Se no Brasil o espiritualismo surge, é porque fulano entrou em contato com a obra de Cousin. Se, depois, o positivismo domina o cenário nacional, tal não acontece como reação contra o espiritualismo aqui existente mas porque beltrano se encontrou com a obra de Augusto Comte. Neste ponto, é, aliás, sintomática a confissão de um de nossos positivistas ortodoxos, revelando seu entusiasmo ao*

---

<sup>4</sup> v. infra o ensaio dedicado ao pensamento de FÁRIA BRITO, págs. 121 e segs.

*deparar-se casualmente com um livro do filósofo francês. Se alguém o houvesse iniciado na leitura da Crítica da Razão Pura, é bem possível que tivesse sido um adepto do criticismo transcendental... É que, até bem pouco tempo, inexistia formação filosófica específica e metódica, sem uma clara tomada de posição no processo histórico da idéias.*

*Poderá alguém, no entanto, perguntar: Mas, se a filosofia brasileira tem sido um rosário de influências: se o pensamento nacional reflete a sucessão dos motivos do pensamento alienígena, como é possível pensar em algo de próprio?*

*Ora, parece-me possível fazer a história do pensamento brasileiro, verificando não só os focos irradiadores das influências recebidas, mas também os modos pelos quais esta ou aquela influência se exerceu. Idéias que na Europa foram idéias-forças em certo sentido, no Brasil atuaram muitas vezes em sentido imprevisto, e até mesmo desconcertante. Se examinarmos, por exemplo, a ideologia positivista, ela na Europa teve um significado, e no Brasil outro, o que é facilmente explicável, pois os sistemas doutrinários, que suscitaram as reformas propugnadas por Augusto Comte, nos planos gnoseológico ou ético, não coincidem, senão palidamente, com as convicções então dominantes no Brasil.*

*Na história das influências, em suma, devemos buscar aquilo que condicionou determinada receptividade, o modo pelo qual fomos influenciados: na maneira de sermos influenciados poderá residir algo de próprio e singular<sup>5</sup>.*

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, cf. *minha Filosofia em São Paulo, 1962, ensaio I.*

*Não devemos, por conseguinte, ficar perplexos e desalentados, a repetir enfadonhamente que o povo brasileiro não tem bossa para a filosofia. Já podemos ter mais confiança em nós mesmos, como reflexo da maturidade do próprio meio em que nosso pensamento se desenvolve e do qual o pensamento é componente essencial.*

*Já lembramos a funcionalidade existente entre as formas da filosofia e as formas de vida, inclusive as de ordem material, muito embora nem sempre cresçam em uníssono a riqueza do ouro e a das idéias. Às vezes, surge um gênio solitário numa sociedade hostil e retrógrada, como é o caso, por exemplo, de Vico, em contraste com o mundo napolitano medíocre e obscurantista de seu tempo, pois o homem de gênio logra emancipar-se da adversidade do meio, encontrando estímulo no desafio envolvente, para a afirmação de sua personalidade. Temerário seria, no entanto, afirmar que uma filosofia, como autoconsciência popular, possa florescer num meio social destituído de condições objetivas essenciais ao revelar-se das vocações.*

*Pois bem, estamos agora, no Brasil, em busca da afirmação integral do nosso ser histórico; já revelamos a nossa arquitetura; já afirmamos o nosso romance; já vivemos altos momentos poéticos; já possuímos uma nobre tradição jurídica, e é mister que se reúna tudo isto e que tudo isto se expresse através de um pensamento embebido de nossas experiências.*

*Não é dito, porém, repito, que o progresso das idéias resultará, automaticamente, do progresso econômico, consagrando-se tese segundo a qual da consciência econômica resultará a consciência dos valores culturais.*

*Poderemos, no meio das maiores benesses materiais, formar uma consciência tecnológica, sem nos levarmos, todavia, ao plano das idéias universais, únicas capazes de dar sentido e concretude aos bens materiais de vida, válidos enquanto instrumentos de aperfeiçoamento do que há em nós de especificamente humano, dos valores espirituais que nos asseguram dimensão própria.*

*Já é lícito considerar superada, no seio do próprio marxismo, a tese falsamente atribuída a Marx e a Engels sobre a redutibilidade de tudo a fatores econômicos, quando o certo é que, segundo os mais esclarecidos adeptos dessa doutrina, o processo histórico vai conferindo valor autônomo às superestruturas originárias, que passam a reagir e a condicionar a infra-estrutura econômica mesma, como anda recentemente foi lembrado por Gláucio Veiga, em trabalho apresentado ao III Congresso Nacional de Filosofia, realizando em São Paulo, em novembro de 1959, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Filosofia<sup>6</sup>.*

*Uma coisa é, em verdade, reconhecer a condicionalidade histórico-social do conhecimento e, por conseguinte, das concepções filosóficas, assim como o dado irrenunciável de nosso ser histórico; outra coisa é perder de vista os valores universais que condicionam o processo histórico enquanto tal, muito embora através dele se revelem.*

*Grave é o risco de, por excessivo amor ao social, concebido como um conjunto empírico de circunstâncias envolventes, olvidar-se o plano da filosofia, que é*

---

<sup>6</sup> v. GLÁUCIO VEIGA. A posição de Weber gente à filosofia marxista, in Anais do III Congresso Nacional de Filosofia. São Paulo, 1961, págs. 203 e segs.

*transcendental em relação à experiência, para substituí-lo pelo da sociologia ou da história. Há exemplos magníficos de sociólogos que, além de sua tarefa própria, sabem se projetar, de forma autêntica e distinta, no mundo da filosofia, mas não faltam, infelizmente, os que convertem a sociologia em um sucedâneo dos estudos filosóficos, contentando-se com generalidades que apenas condicionam o pensar do filósofo ou lhe estimulam a especulação. O Brasil, cumpre dizê-lo, anda cheio dessa pseudofilosofia...*

*O de que andamos, pois, precisados, é de mais nítida compreensão da tarefa específica da pesquisa filosófica, assim como de espírito crítico, o qual marcha sempre unido ao exame objetivo de nossas possibilidades, a começar pelo reconhecimento da necessidade de rigorosa formação metódica, capaz de integrar-nos no processo universal das idéias, a fim de não ficarmos suspensos no vazio de uma falsa auto-suficiência.*

*Ontem o que me imperava era o desânimo em relação a nós mesmos, o desencanto e a cópia servil. Já agora, me pergunto se não estamos correndo o risco de dar início a um novo me-ufanismo, que, ao invés de fazer o panegírico da terra, enalteça em demasia as virtudes do homem brasileiro...*

*Nesse sentido, nada me preocupa tanto como a reiterada apologia de nossas forças intuitivas, de nossa deslumbrante capacidade de adaptação, para dar um jeito na solução dos mais árduos problemas. Tal atitude espiritual pode levar-nos ao esquecimento de que não há ciência sem pena, sem esforço, sem disciplina, sem dedicação perseverante e humilde.*

*Anda muita gente por aí à espera do estalo de Vieira, de uma iluminação cultural súbita, que venha por encanto decidir das vocações... Não há nada mais perigoso, para um povo, que vai adquirindo consciência dos valores próprios, do que essa expectativa de uma solução recebida de presente, de uma via a entreabrir-se como dádiva do céu.*

*Outra forma de filosofia gratuita é a que se espera receber, por inteiro, de um pensador qualquer, nacional ou alienígena, desde que já contenha uma receita cômoda para cada uma de nossas inquietações e perplexidades. Com tal atitude, olvida-se que a filosofia é, acima de tudo, atividade espiritual, empenho e dedicação, só válida à medida que o espírito vai se revelando a si mesmo, na concretidade viva de suas peculiaridades e circunstâncias.*

*Se devemos, porém, repelir todas as formas de gratuidade filosófica, reclamando o imprescindível e duro preparo metodológico, e, acima de tudo, o convívio crítico com os grandes mestres do pensamento como conditio sine qua non do filosofar, não devemos, por outro lado, descambar para o academismo, que é um mal que corrói certos centros universitários, absorvidos nos comentários dos textos, mas sem ânimo ou disposição para a experiência própria, a vivência pessoal e intransferível dos problemas.*

*Quando o instrumental metódico se converte em valor-fim, em aparato ou adorno e é exibido orgulhosamente como um troféu, permanecendo irreveladas ou imaturas as obras de pensamentos a que se destinava, é inegável que estamos diante de um desvio grave na formação cultural, sem capacidade de afirmar valores intrínsecos e de projetar-se originalmente no futuro. Amemos, pois, os textos, dos clássicos, dos medievais e*

*dos modernos, mas que o pensamento neles captado com todo o rigor crítico flua em nossa experiência e sirva de fermento ou de estímulo ao processo especulativo correspondente ao nosso ser pessoal.*

*Nem se pense que, com o esforço de abstração, inerente ao conhecimento filosófico, iremos perdendo contato com o real, suspensos no mundo da pura fantasia, pois o que distingue e singulariza a abstração filosófica é que, quanto mais superamos o contingente e o acessório, mais captamos a realidade em sua essência e concretitude, apreendendo o significado efetivo das partes no todo e o do todo em relação às partes.*

*Uma das grandes virtudes da meditação filosófica consiste nisto, que ela nos previne contra as visões unilaterais e fragmentárias da vida, contra os estrabismos intelectuais que, projetados depois no domínio da religião, da política ou do direito, geram as intolerâncias e os fanatismos inconseqüentes.*

*Tão-somente essa visão unitária e orgânica poder-nos-á possibilitar o aprimoramento de uma comunidade nacional, tão ciosa de seus valores próprios quão aberta aos fecundos influxos do pensamento universal, sem cairmos sob o jugo de uma filosofia dominante, no estilo moscovita, monólito ideológico que apenas tolera comentários reverentes e ortodoxos. Mais do que nunca a causa da filosofia se confunde com a da liberdade.*

*Já vai, porém, longa em demasia esta conferência, tais e tantas são as perguntas que o tema sugere. Na realidade, não me foi possível serão ventilar algumas questões iniciais, visando sobretudo sugerir uma prévia e necessária mudança*

de atitude em face dos problemas. *É com esta renovada consciência de nossa situação histórica que poderemos tornar-nos uma força deveras atuante no supremo diálogo das idéias.*

(Transcrito de Miguel Reale – *Pluralismo e liberdade*, São Paulo, Saraiva, 1963, págs. 47-62).